

PUBLICIDADE LEGAL

OLEOPLAN S.A. – ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO - CNPJ/ME nº 88.676.127/0001-76 - NIRE 43300010864 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2022: DATA, HORA E LOCAL: As 9 horas do dia 10 de outubro de 2022, na sede da Oleoplan S.A. – Óleos Vegetais Planalto ("Companhia"), localizada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, nº 723, bairro Higienópolis, CEP 90550-142. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA: Dispensadas todas as formalidades de convocação, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença dos Acionistas. MESA: A Assembleia foi presidida pelo Sr. Irineu Boff e secretariada pela Sra. Tatiana Regiani. PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Publicadas no dia 15 de junho de 2022, nas edições impressa e digital do Jornal do Comércio de Porto Alegre/RS, pág. 1 do 2º Caderno. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) o exame e discussão das contas dos administradores, do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (iii) a fixação da remuneração dos membros da administração da Companhia para o ano de 2022. DELIBERAÇÕES: Após o exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia, por unanimidade, deliberaram, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, por: (i) Aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme parecer favorável do Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de março de 2022. (ii) Destinar o lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 401.398.555,93 (quatrocentos e um milhões e trezentos e noventa e oito mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e três centavos), sendo: a) R\$ 83.170.913,17 (oitenta e três milhões e cento e setenta e cinco mil e novecentos e treze reais e dezessete centavos) destinado à reserva de crédito presumido de ICMS; b) R\$ 50.225.268,05 (cinquenta milhões e duzentos e vinte e cinco mil e duzentos e sessenta e oito reais e cinco centavos) destinado à reserva de retenção de lucros; e c) R\$ 268.002.374,71 (duzentos e sessenta e oito milhões e dois mil e trezentos e setenta e quatro reais e setenta e um centavos) destinado ao pagamento de dividendos do exercício. Além dos dividendos do exercício, foram distribuídos dividendos adicionais, provenientes da reserva de retenção de lucros da Companhia, no valor de R\$ 231.997.625,29 (duzentos e trinta e um milhões e novecentos e noventa e sete mil e seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e nove centavos). (iii) Fixar a remuneração anual global dos membros da administração da Companhia (assim compreendidos Diretoria e Conselho de Administração), para o exercício de 2022, em até R\$ 9.400.000,00 (nove milhões e quatrocentos mil reais). LAVRATURA: Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia encerrada, da qual lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi transcrita no livro de Atas das Assembleias Gerais e assinada por todos os presentes. ASSINATURAS: Mesa: Sr. Irineu Boff – Presidente, e Sra. Tatiana Regiani – Secretária. Acionistas Presentes: Irineu Boff e IMGC Administração de Participações Ltda, representada por seu administrador Sr. Irineu Boff. A presente ata consiste em cópia fiel àquela lavrada em livro. Porto Alegre/RS, 10 de outubro de 2022. Mesa: Irineu Boff - Presidente; Tatiana Regiani - Secretária. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8492005 em 11/11/2022 da Empresa OLEOPLAN S/A ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO, CNPJ 88676127000176 e protocolo 223769002 - 03/11/2022. Autenticação: 2B33B-8D7506EAB71F7C15292A2A473AFF05322F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

ULTRAPAR S.A.

CNPJ 00.907.800/0001-90 – NIRE 43 3 0003413 5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, ficando desde já a disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. O relatório, juntamente com parecer do auditor independente encontra-se a disposição dos acionistas na sede da empresa.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2023.
A Administração

Balancos Patrimoniais 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	16.568	24.801	37.654	28.601
Contas a receber de clientes (Nota 6)	1.897	521	162.480	120.715
Estoques (Nota 7)	-	-	109.765	78.480
Tributos a recuperar (Nota 8.a)	1.053	760	9.154	6.505
Despesas antecipadas	98	174	829	976
Outros ativos circulantes	1	1	3.528	2.542
	19.617	26.257	323.410	237.819
Não circulante				
Contas a receber de clientes (Nota 6)	15.240	14.790	15.240	14.790
Tributos a recuperar (Nota 8.a)	-	-	3.170	3.422
Outros ativos	-	-	3.000	2.897
Depósitos judiciais (Nota 17)	-	-	4.839	4.857
Tributos Diferidos (Nota 18.a)	-	-	102.315	-
Investimentos (Nota 9)	470.411	328.330	18.515	17.508
Intangível (Nota 10)	-	-	86.225	87.643
Imobilizado (Nota 11)	25.182	28.268	172.415	157.284
	510.833	371.388	405.719	288.401
Total do ativo	530.450	397.645	729.129	526.220
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores (Nota 12)	65	70	89.342	64.371
Empréstimos financiamentos (Nota 13)	-	-	52.749	26.998
Salários e encargos sociais (Nota 14)	164	113	8.405	5.145
Tributos a pagar (Nota 8.b)	57	75	1.882	1.289
Dividendos a pagar (Nota 19.b)	30.837	-	30.837	-
Outros passivos (Nota 15)	108	79	9.020	4.247
	31.231	337	192.235	102.050
Não circulante				
Obrigações c/partes relac. (Nota 16)	31.094	27.671	62.920	27.671
Empréstimos financiamentos (Nota 13)	-	-	89	338
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18.a)	1.335	1.849	-	19.758
Provisão para contingências (Nota 17)	-	-	6.717	8.294
Outros passivos (Nota 15)	32.429	29.520	378	321
Total do passivo	63.660	29.857	262.339	158.432
Patrimônio líquido (Nota 19)	367.788	380.594	367.788	380.594
Reserva de Lucros	99.002	-	99.002	-
Prejuízos acumulados	-	-	(12.806)	-
Total do patrimônio líquido	466.790	367.788	466.790	367.788
Total do passivo e patrimônio líquido	530.450	397.645	729.129	526.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Atribuído aos acionistas da Companhia		Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados		
Em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	(2.364)	-	380.594
Prejuízo do exercício	-	-	-	(12.806)	-	(12.806)
Absorção do capital pelos prejuízos acumulados (Nota 19.a)	(2.364)	-	-	-	-	2.364
Em 31 de dezembro de 2021	380.594	-	-	(12.806)	-	367.788
Absorção do capital pelos prejuízos acumulados (Nota 19.a)	(12.806)	-	-	-	-	12.806
Lucro do exercício	-	-	-	129.839	-	129.839
Constituição da reserva legal	-	6.492	-	(6.492)	-	-
Dividendos obrigatórios (Nota 19.b)	-	-	-	(30.837)	-	(30.837)
Retenção de Lucros	-	-	-	(92.510)	-	(92.510)
Em 31 de dezembro de 2022	367.788	6.492	-	92.510	-	466.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Ultrapar S.A. (a "Companhia" ou a "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A Companhia e empresas controladas, em conjunto ("Grupo" ou "Consolidado"), têm por objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a industrialização, comercialização, a importação e exportação de derivados do cacau e de chocolates em geral, doces de leite, balas e semelhantes em geral. O Grupo também possui atividades que compreendem: (a) a participação permanente ou não, em outras sociedades de qualquer ramo de atividade; (b) a incorporação, a compra e a venda de imóveis; (c) a locação e administração de bens imóveis, (d) a prestação de serviços de consultoria em assuntos relativos ao mercado imobiliário. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração da sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.1. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstração financeira requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. a) **Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.4. b) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas sociedades controladas, cuja participação percentual na data destas demonstrações financeiras está apresentada a seguir:

Participação direta

Controladas	2022	2021
Neugebauer Alimentos S.A.	100%	100%
Mumu Alimentos S.A.	100%	100%

Participação indireta

Controladas	2022	2021
Chocolates Neugebauer Ltda.	100%	99,99%

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. c) **Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o con-

trole. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. d) **Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. e) **Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. f) **Coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas por retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As alterações de normas emitidas e em vigor a partir de 01 de janeiro de 2022, são as seguintes:

Norma alterada	Objetivo
CPC 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de contabilidade	Garantir que as primeiras demonstrações contábeis de uma entidade de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB, referenciadas como IFRSs, contenham informações de alta qualidade.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Estabelecer princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros que devem apresentar informações pertinentes e úteis aos usuários de demonstrações contábeis para a sua avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade.
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações.
CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios	Aprimorar a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações que entidade fornece em suas demonstrações contábeis acerca de combinação de negócios e sobre seus efeitos.
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

De acordo com as alterações de normas referenciadas acima e avaliadas pela Administração, não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Não existem novas normas emitidas e vigentes que ainda não tenham sido adotadas pela Administração. Adicionalmente, elencamos abaixo a norma nova e as alterações de normas emitidas até o momento, mas não vigentes no exercício findo de 31 de dezembro de 2022:

Norma nova e normas alteradas	Objetivo	Vigência
IFRS 17/CPC 50 Contratos de seguros	O objetivo da nova norma é fornecer um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes e assegurar que a entidade forneça informações que representem de forma fidedigna a essência desses contratos de seguros.	01/01/2023
IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Os objetivos destas alterações foram as seguintes: (i) especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante; (ii) ajudar as entidades a aplicar o julgamento da materialidade para divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro	O objetivo das alterações é esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.	01/01/2023

Na opinião da Administração, não haverá impacto significativo das alterações de normas mencionadas acima, nas demonstrações financeiras a findar-se em 31 de dezembro de 2023.

2.3. Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras: Como o impacto do Covid-19 está em declínio no Brasil nos últimos meses, houve redução das medidas restritivas para enfrentar os problemas de saúde pública e impacto econômico de anos anteriores. A Administração entende que não houve eventos e transações que tenham impacto relevante na performance operacional que devam ser consideradas em divulgações adicionais de notas explicativas, além daquelas já existentes, também não vislumbra impactos que possam afetar a continuidade das operações e dos negócios. **2.4. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. a) **Conversão em moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa e suas controladas atuam (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e contas a receber são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas), líquidas". b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. c) **Ativos financeiros:** Classificação: Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita (Nota 20)	1.342	1.607	535.650	392.606
Custo das vendas (Nota 21)	-	-	(413.452)	(319.717)
Lucro bruto	1.342	1.607	122.198	72.889
Despesas com vendas (Nota 21)	-	-	(71.702)	(55.091)
Despesas administrativas (Nota 21)	(16.597)	(16.330)	(48.545)	(38.633)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9.c)	144.339	1.583	653	(132)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 22)	1.509	(224)	9.784	(7.378)
Prejuízo operacional	130.593	(13.364)	12.370	(13.589)
Receitas Financeiras (Nota 23)	2.276	1.201	9.060	5.561
Despesas Financeiras (Nota 23)	(3.544)	(1.126)	(13.650)	(6.059)
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	129.325	(13.289)	7.780	(14.087)
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 18.c)	-	-	(14)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 18.c)	514	483	122.073	1.281
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	129.839	(12.806)	129.839	(12.806)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	-	-	129.839	(12.806)
Ações do capital social no final do exercício (em milhares)	-	-	429.859	429.859
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em R\$	-	-	0.30205	(0.02979)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	129.839	(12.806)	129.839	(12.806)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	129.839	(12.806)	129.839	(12.806)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social incluindo operações descontinuadas	129.325	(13.289)	7.780	(14.087)
Ajustes				
Depreciação e amortização	3.133	3.174	16.926	16.671
Resultado de participações societárias	(144.339)	(1.583)	(653)	132
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	25	-	(2.135)	-
Amortização da mais valia de ativos	1.372	1.372	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	139	49	1.449	1.252
Dividendos Propostos	890	-	-	-
Provisão para				
Provisão para contingências	-	-	(1.577)	122
Provisão para perda com estoques	-	-	173	-
Crédito PIS/COFINS não realizado líquido	-	-	-	(3.757)
Despesas (receitas) financeiras não realizadas, líquidas	-	-	4.434	1.279
Variáveis cambiais não realizadas, líquidas	-	-	197	(403)
Outros ajustes ao lucro líquido	4	-	239	(281)

Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução em contas a receber (1.965) 356 (43.878) (13.368) (Aumento) redução em estoques - - (31.415) (25.276) (Aumento) redução em tributos a recuperar (293) 102 17.349 19.165 (Aumento) redução em outros ativos 76 152 (920) 900 (Aumento) redução em fornecedores (5) (57) 24.990 22.153 (Aumento) redução em salários e encargos sociais (18) (66) (19.209) (4.666) (Aumento) redução em outros passivos 3.452 22.832 8.009 27.298 Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações (8.161) 12.421 (14.981) 28.061 Juros pagos (8.161) 12.421 (917) (1.285) Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais (8.161) 12.421 (15.898) 26.776 Fluxos de caixa das atividades de investimentos Aquisições/ aportes em investidas - - (350) (450) Aquisições de bens do ativo imobilizado (187) (49) (31.590) (7.550) Vendas de bens do ativo imobilizado 115 859 3.374 862 Investimentos recebidos - - 4.804 - Aquisição de ativo intangível - - (294) (256) Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos (72) 5.614 (28.860) (7.390) Fluxos de caixa das atividades de financiamento Amortização de empréstimos - - (81.823) (33.751) Ingressos de empréstimos - - 105.634 30.941 Ingresso mútuo com partes relacionadas - - 30.000 - Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento (8.233) 18.035 9.053 16.576 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 24.801 6.766 28.601 12.025 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 16.568 24.801 37.654 28.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado: • Aplicações financeiras; • Contas a receber de clientes. **Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **Mensuração:** Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados no grupo de receitas e despesas financeiras juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **Impairment:** Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados no grupo de receitas e despesas financeiras juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada da demonstração do resultado. O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. d) **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de

»» Continuação ULTRAPAR S.A. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos		Taxa de juros anual - %		Consolidado	
Moeda nacional	Vencimento	2022	2021	2022	2021
Financiamento de imobilizado - BNDES	15/08/2024 (i)	6,2%	338	1.088	
Empréstimo de capital de giro - Itaú	18/01/2023 (ii)	5,47%	50.919	-	
Empréstimo de capital de giro - BNP	06/07/2022 (iii)	4,25%	-	12.454	
Conta garantida - Itaú	N/A (iv)	4,28%	-	3.430	
Conta garantida - Bradesco	N/A (v)	4,28%	1.581	4.784	
ACC - Adiantamento contrato de Câmbio Itaú	07/03/2022 (v)	2,72%	-	5.580	
Passivo circulante			52.749	26.998	
Passivo não circulante			89	338	

(i) Os custos dos "Financiamentos de imobilizado" são, basicamente, em FINAME - custo médio ponderado de 5,3% a.a., e BNDES Automático - Custo de 11% a.a., podendo ou não sofrer variação em caso de oscilação da TJLP. (ii) Os custos do "Empréstimos de capital de giro" do Itaú são compostos basicamente por 100% da variação do CDI, acrescida de 5,473% aa, calculada na base de 360 dias. (iii) O custo do "Empréstimos de capital de giro" do Itaú e Bradesco (conta garantida) é composto basicamente pela taxa pós-fixada de 4,281% a.a. que equivale a 0,350% a.m. com parâmetro de reajuste de 100% do CDI. (v) Os custos do "Adiantamento de contrato em moeda estrangeira (dólar)", são compostos por juros de 2,72% a.a., com prazo pré-definido de no máximo 90 dias, mais a variação cambial da moeda contratada. Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas ("covenants"). a) **Garantias:** Os financiamentos de imobilizado - BNDES da controlada Neugebauer, referem-se à linhas de FINAME e estão garantidos por alienação fiduciária dos bens objeto do financiamento e por aval da Companhia. b) **Vencimento do saldo de empréstimos de longo prazo:** Os montantes no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Anos		Consolidado	
2023	2024	2022	2021
89	90	89	338

c) **Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

	2022	2021
Ingresso novos empréstimos	105.634	30.941
Amortização do principal	(81.823)	(33.751)
Atualização dos juros	2.608	1.279
Amortização dos juros	(917)	(1.285)
Movimento	25.502	(2.816)

14. **Salários e encargos sociais**

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
2.128	2.128	4.764	3.900
126	80	3.153	1.245
38	33	8.405	5.145

15. **Outros passivos**

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
378	320	1.980	1.027
108	79	3.865	1.495
108	79	9.398	4.568

16. **Obrigações com partes relacionadas**

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
31.094	27.671	31.094	27.671
31.826		62.920	27.671

(i) Corresponde, substancialmente a valores a reembolsar aos acionistas, com prazo de vencimento indeterminado e correção de juros de 100% do CDI. (ii) Captação de recurso feito pela Controlada Neugebauer com os Acionistas da Ultrapar S.A., para o investimento para expansão da capacidade produtiva, devido a demanda de crescimento do mercado, impulsionada principalmente pela linha de tablets (baras). Com a pandemia esse crescimento ficou potencializado pelas ocasiões de consumo. Com isso a empresa acelerou o ganho de share, e por consequência, investimentos, principalmente nas linhas de preparação de massas e conformação de barras, os quais tiveram que ser antecipados no Plano Diretor. Para atender a esse investimento, em setembro de 2022, a Companhia realizou contrato de mútuo com os acionistas Ultrapar S/A. Os custos do mútuo são compostos basicamente por 100% da variação do CDI acumulada, acrescida de 1,10% a.a., calculada na base de 360 dias, com vencimentos até 2027.

Consolidado

2022		2021	
7.826	6.000	6.000	6.000
6.000	6.000	6.000	6.000
6.000	6.000	31.826	

17. **Provisão para contingências e depósitos judiciais:** A Companhia e suas controladas apresentam os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a riscos tributários, trabalhistas e cíveis:

Descrição	Consolidado		2021	
	Depósito Judicial	Provisão p/ contingências	Depósito Judicial	Provisão p/ contingências
Contingências trabalhistas ...	2.690	3.162	2.699	3.650
Contingências cíveis	2.149	3.555	2.158	4.644
	4.839	6.717	4.857	8.294

A movimentação das provisões para contingências:

	Movimento
Saldo inicial	8.294
Provisão constituída	804
Reversão de provisão	(2.381)
Saldo final	6.717

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais

externos. As contingências trabalhistas e previdenciárias consistem, principalmente, em reclamações de ex-colaboradores pleiteando complemento de remuneração. Dentre os valores provisionados há um processo na esfera cível ao qual possui valor individual significativo. Trata-se de liquidação de sentença promovida por Milton e Scherer e Cia Ltda. em face de Ernesto Neugebauer S/A, ao objetivo de apurar, através de perito judicial, o lucro de 33,33% sobre o total das vendas feitas pela requerida na área de atuação da autora. Em novembro de 2020, após julgado um recurso desfavorável, o escritório especializado que cuida da causa classificou a contingência (montante atualizado R\$4.296) como provável. Para essa contingência existe um depósito judicial cível no valor de R\$2.061. O Grupo possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e judicial, envolvendo risco de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Consolidado	
2022	2021
2.976	22.428
583	281
7.741	7.368
11.300	30.078

A redução desses valores consiste na exclusão de um processo em que a Mumu Alimentos S.A. era parte envolvida, relacionado a um terreno localizado na cidade de Viámão. Em dezembro de 2022 esse terreno foi vendido e nessa operação, a obrigação processual foi transferida aos novos proprietários.

18. **Imposto de renda e contribuição social:** a) **Composição dos tributos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos montam os seguintes valores:

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
-	-	1.073	1.241
-	-	1.209	1.579
-	-	657	850
-	-	468	220
-	-	122.043	-
-	-	125.540	3.890
-	-	(21.800)	(21.800)
(4.421)	(4.421)	(4.421)	(4.421)
2.954	2.487	2.954	2.487
132	85	132	86
(1.335)	(1.849)	(23.135)	(23.648)
(1.335)	(1.849)	102.315	(19.758)

(i) Em 2022 a companhia realizou o registro de ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, decorrentes dos prejuízos acumulados em exercícios anteriores. Conforme requisitos do CPC 32, itens 24 e 35, a companhia realizou a avaliação sobre a disponibilidade de lucros tributáveis futuros mediante seu histórico de prejuízos, constatando, conforme projeções, crescimentos dos lucros futuros em medida que seja possível o consumo da totalidade dos valores apresentados. O registro e a manutenção dos impostos diferidos ativos estão suportados por estudos elaborados pela Administração, que comprovam a capacidade do Grupo em gerar lucros tributáveis futuros, que garantem a realização dos créditos de impostos. A expectativa do Grupo é realização de parte do diferido no ano de 2023 e nos anos seguintes deverá manter margens positivas suficientes para a realização do ativo diferido registrado, conforme demonstrado abaixo:

Ativo diferido	
2023	5.049
2024	3.659
2025	5.973
2026	8.750
2027	102.019
	125.450

b) **Despesa de imposto de renda e contribuição social**

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
-	-	(9)	-
-	-	(5)	-
-	-	(14)	-
378	355	89.700	942
136	128	32.373	339
514	483	122.073	1.281
514	483	122.059	1.281

Imposto de renda corrente
Contribuição social corrente
Total de imposto corrente
Imposto de renda diferido
Contribuição social diferido
Total de imposto diferido
IR e CS no resultado do exercício

c) **Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social:** A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
129.325	(13.289)	7.780	(14.087)
-	-	(9)	-
-	-	(5)	-
-	-	(14)	-
34%	34%	34%	34%
(43.971)	4.518	(2.645)	4.790

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social
Alíquota nominal combinada do IRPJ/CSLL - %
Imposto de renda e contrib. social às alíquotas da legislação
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:

Gratificações Diretoria/Funçãoários	-	(184)	-
Incentivos fiscais	-	7.227	1.614
Resultado de equiv. patrimonial ..	49.075	538	222 (45)
Outras despesas não dedutíveis ...	(3.988)	(3.135)	(3.988) (3.148)
Outras diferenças permanentes....	-	-	(14) (95)
Tributos diferidos não reconhecido sobre prejuízos	(602)	(1.438)	(602) (1.835)
Diferido sobre prejuízo fiscal / base negativa de exercícios anteriores	-	-	- 122.043
Imposto de renda e contrib. social no resultado do exercício	514	483	122.059 1.281

Corrente

Diferido	514	483	122.073	1.281
----------------	-----	-----	---------	-------

19. **Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social é dividido em 429.859.420 ações ordinárias sem valor nominal e encontram-se integralmente subscritas e integralizadas. Em 2022 foi deliberado em Assembleia a absorção do prejuízo de 2021 com redução do capital no montante de R\$12.806, sem o cancelamento de ações. b) **Dividendos:** Os acionistas têm direito de receber anualmente, como dividendo obrigatório, o equivalente a 25% do lucro líquido, após a dedução da parcela destinada à constituição da reserva legal, e quando deliberado pela Assembleia Geral, as parcelas destinadas às reservas para contingências e de lucros a realizar.

	2022	2021
Lucro (prejuízo) do exercício	129.839	(12.806)
Reserva Legal (5%)	6.492	-
Base ajustada para cálculo dos dividendos	123.347	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	30.837	-

Será destinado a aprovação via Assembleia Geral Ordinária os valores propostos de dividendos, bem como a destinação dos valores remanescentes do lucro da companhia decorrentes do exercício de 2022.

c) **Reserva de incentivos fiscais de controlada:** Até 31 de dezembro de 2019 a controlada Neugebauer Alimentos S.A. não havia destinado os valores do incentivo utilizado para a conta de reserva de incentivos fiscais em virtude do exposto na Lei 12.973/2014, que determina que, caso a Companhia tenha prejuízo no exercício em que recebeu o incentivo fiscal, a constituição da reserva deve ocorrer nos exercícios subsequentes em que a Companhia apure lucro contábil. Em 31 de dezembro de 2022 a controlada destinou parte do lucro contábil do exercício no montante de R\$46.909 (R\$ 1.131 em 31 de dezembro de 2021) para a conta de reserva de incentivos fiscais.

20. **Recicla:** A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Consolidado	
2022	2021
799.856	607.010
(22.847)	(16.693)
(21.289)	(14.233)
(6.385)	(12.749)
(209.392)	(169.395)
(3.593)	(1.334)
535.560	392.606

21. **Custos e despesas por natureza**

Consolidado	
2022	2021
(304.866)	(232.000)
(64.474)	(50.483)
(18.487)	(15.266)
(10.883)	(10.490)
(14.742)	(11.478)
(413.542)	(319.717)

22. **Despesas com vendas**

Despesas com pessoal	(21.968)	(18.477)
Despesas com serviços de terceiros	(11.994)	(9.350)
Despesas com fretes	(25.295)	(19.008)
Depreciação/amortização	(262)	(217)
Despesas de marketing	(6.950)	(4.141)
Outras despesas	(5.233)	(3.898)
	(71.702)	(55.091)

23. **Despesas administrativas**

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
(2.253)	(4.162)	(18.619)	(13.651)
(8.267)	(6.337)	(16.437)	(12.969)
-	-	(3.011)	(1.483)
(3.133)	(3.174)	(4.404)	(4.592)

22. **Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

Consolidado	
2022	2021
5.504	3.607
775	1.140
-	2.922
2.571	-
(1.004)	-
(175)	-
2.093	(291)
9.764	7.378

23. **Resultado financeiro, líquido**

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
(3.428)	(1.040)	(8.229)	(2.362)
-	-	(38)	(64)
-	-	(4.657)	(3.275)
(116)	(86)	(726)	(358)
(3.544)	(1.126)	(13.650)	(6.059)
92	-	304	93
-	-	4.490	3.614
2.116	1.171	3.982	1.695
68	30	284	159
2.276	1.201	9.060	5.561
(1.268)	75	(4.590)	(498)

24. **Subvenções governamentais de controlada:** Corresponde à parcela do lucro decorrente das subvenções governamentais para investimentos, que devem ser transferidos para a reserva de incentivos fiscais, à medida em que a controlada Neugebauer gere lucro.

Base Real		Diferimento		Incentivo	
Fundopem (a)		zida ICMS (SP) (b)		Municipal (PR e RS) (c)	
				Pai (d)	
				Total	

Despesas com juros	(3.428)	(1.040)	(8.229)	(2.362)
Descontos concedidos	-	-	(38)	(64)
Despesa variação cambial	-	-	(4.657)	(3.275)
Outras despesas financeiras	(116)	(86)	(726)	(358)
Despesas financeiras	(3.544)	(1.126)	(13.650)	(6.059)
Receitas com juros	92	-	304	93
Receita variação cambial	-	-	4.490	3.614
Rendimento de aplic. financeiras ..	2.116	1.171	3.982	1.695
Outras receitas financeiras (a)	68	30	284	159
Receitas financeiras	2.276	1.201	9.060	5.561
Receitas (desp.) financ., líquidas ..	(1.268)	75	(4.590)	(498)

a) **Fundopem:** A controlada Neugebauer Alimentos S.A. tem incentivo fiscal, nos termos do Livro I, art. 32, CXXIV, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26 de agosto de 1997, conforme Primeiro aditivo ao Termo de Acordo firmado em 17 de novembro de 2011, em decorrência dos investimentos realizados na nova fábrica de chocolates Neugebauer. O benefício fiscal é apropriado com base em crédito fiscal presumido de 50% (cinquenta por cento) sobre o incremental real de ICMS devido pelo estabelecimento, relativamente às operações com mercadorias de produção própria, ficando limitado ao montante investido na nova planta industrial, conforme atestado de comprovação do investimento emitido pela Coordenadoria-Adjunta do Sistema Estadual de Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas - SEADAP, da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, no valor total de R\$ 7.145.859,35 UIF/RS, e estará limitado pelo período máximo de 12 anos (início em mai/15 até abr/27), ficando condicionado ao número não inferior à 250 empregos diretos ao longo do período de apropriação do incentivo e ao atingimento da base de ICMS incremental de 23.201,93 UIF/RS. O benefício é apropriado mensalmente, somente quando atingido os gatilhos, e reconhecido a crédito no resultado como outras receitas operacionais e a débito na conta de ICMS a recuperar no ativo circulante. O montante de incentivos fiscais reconhecidos durante o exercício de 2022 foi de R\$5.504 (2021 - R\$3.607). b) **Base reduzida de ICMS - Estado de SP:** A controlada Neugebauer Alimentos S.A. tem incentivo fiscal, nos termos do Regulamento ICMS-SP, Artigo 51, onde indica a redução da base de cálculo nas operações ou prestações arroladas no Anexo II, exceto na operação própria praticada por contribuinte

sujeito às normas do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - "Simples Nacional", em conformidade com suas disposições (Lei 6.374/89, art. 5º e Lei Complementar nº 123/06). (Redação dada ao artigo pelo Decreto 54.650, de 06-08-2009; DOE 07-08-2009; efeitos a partir de 01-08-2009). A redução de base de cálculo prevista para as operações ou prestações internas aplica-se, também, no cálculo do valor do imposto a ser recolhido a título de substituição tributária, quando a redução da base de cálculo for aplicável nas sucessivas operações ou prestações até o consumidor ou usuário final. (Redação dada ao parágrafo pelo Decreto 61.744, de 23-12-2015; DOE 24-12-2015; produzindo efeitos a partir de 01-01-2016). O Artigo 39 indica que fica reduzida a base de cálculo do imposto incidente nas saídas internas com os produtos alimentícios, classificados segundo a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias do Sistema Harmonizado - NBM/SH, realizadas por estabelecimento fabricante ou atacadista, de forma que a carga tributária corresponda ao percentual de 12% (doze por cento) (Lei 6.374/89, art. 112); (Artigo acrescentado pelo Decreto 49.113 de 10-11-2004; DOE 11-11-2004; produzindo efeitos em relação às operações realizadas a partir de 01-12-2004). O montante de incentivos fiscais oriundos dos decretos do estado de SP, que foram apurados durante o exercício de 2022 foi de R\$7.206. Estes valores foram excluídos no LALUR e constituídos em reserva de incentivos fiscais. c) **Diferimento de ICMS - Estados de SP e PR:** A controlada Neugebauer Alimentos S.A. tem incentivo fiscal, nos termos do Regulamento ICMS-SP, Artigo



Irani Papel e Embalagem S.A.

CNPJ Nº 92.791.243/0001-03
NIRE Nº 4330002799
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da **Irani Papel e Embalagem S.A.** submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o respectivo relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. As Demonstrações Financeiras estão elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, plenamente convergentes ao IFRS, e nas normas estabelecidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Mensagem aos Acionistas

A Irani Papel e Embalagem S.A. é uma empresa de embalagens sustentáveis de papel, integrada, com robusta base florestal própria destinada à produção de celulose, utilizada na produção de papel. A essência dos seus negócios é a produção e a comercialização de embalagens sustentáveis de papelão ondulado e papel para embalagens sustentáveis. As principais matérias-primas são as florestas plantadas de Pinus (fibra longa) de propriedade da Companhia e aparas de papel para reciclagem, no que se denomina economia circular.

Destques de 2022

Em 2022, tivemos a normalização das atividades sociais e econômicas, após o longo período de pandemia, que elevou a atividade de serviços antes restritos. Os hábitos de vida mais sustentáveis e os compromissos com a diversidade se consolidaram ainda mais, à medida que a sociedade e as entidades, especialmente as empresas, evoluíram nas pautas ambientais, sociais e de governança (ESG). Na perspectiva econômica, o ano de 2022 foi marcado pela elevação da inflação no mundo, o que levou os bancos centrais a aumentarem fortemente os juros. Os juros encerraram o ano acima de 4% a.a. nos EUA e em 13,75% a.a. no Brasil. Essa dinâmica de aperto dos juros tem levado a previsões de redução de crescimento para 2023 para o Brasil e o mundo.

De acordo com a Empapel, a expedição em toneladas de papelão ondulado no ano de 2022 registrou redução de 2,2% na comparação com 2021, com 3.953 mil toneladas, refletindo a migração do consumo de bens e mercadorias para serviços.

A receita líquida da Irani em 2022 apresentou crescimento de 5,0% no comparativo com o ano de 2021, reflexo do arrefecimento do mercado de embalagens e devido à robusta base de comparação que foi o ano de 2021. O mercado doméstico representou 85% das vendas da Companhia e o mercado externo chegou a 15% em 2022. O segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) representou, em 2022, 55% da receita líquida, o segmento de Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) representou 35% e o segmento de Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina), 10%. Encerramos o ano com recordes de R\$ 1.686.666 mil de Receita Líquida, Lucro Líquido de R\$ 378.210 mil e R\$ 537.988 mil de EBITDA Ajustado. A relação dívida líquida/EBITDA (alavancagem operacional) foi de 1,38 vezes e a posição de caixa (incluindo aplicações financeiras) foi de R\$ 1.049.208 mil. A dívida bruta em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 1.791.128 mil, sendo 85% com vencimento no longo prazo e 98% era denominada em moeda local.

Principais indicadores econômico-financeiros

PRINCIPAIS INDICADORES - CONSOLIDADO	4T22	3T22	4T21	Var. 4T22/3T22	Var. 4T22/4T21	2022	2021	Var. 2022/2021
Econômico e Financeiro (R\$ mil)								
Receita Líquida de Vendas	408.410	441.405	414.068	-7,5%	-1,4%	1.686.666	1.605.834	5,0%
Mercado Interno	365.138	386.006	350.716	-5,4%	4,1%	1.440.498	1.356.318	6,2%
Mercado Externo	43.272	55.399	63.352	-21,9%	-31,7%	246.168	249.516	-1,3%
Lucro Bruto (incluindo *)	192.773	207.191	168.073	-7,0%	14,7%	808.072	632.024	27,9%
(*) Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	40.208	37.571	3.114	7,0%	1191,2%	139.003	43.849	217,0%
Margem Bruta	47,2%	46,9%	40,6%	0,3p.p.	6,6p.p.	47,9%	39,4%	8,5p.p.
Resultado Operacional antes de Tributos e Participações	114.374	138.267	97.410	-17,3%	17,4%	518.360	390.213	32,8%
Margem Operacional	28,0%	31,3%	23,5%	-3,3p.p.	4,5p.p.	30,7%	24,3%	6,4p.p.
Lucro Líquido	85.919	95.530	63.326	-10,1%	35,7%	378.210	285.313	32,6%
Margem Líquida	21,0%	21,6%	15,3%	-0,6p.p.	5,7p.p.	22,4%	17,8%	4,6p.p.
EBITDA ajustado ¹	119.236	137.368	134.181	-13,2%	-11,1%	537.988	493.921	8,9%
Margem EBITDA ajustada	29,2%	31,1%	32,4%	-1,9p.p.	-3,2p.p.	31,9%	30,8%	1,1p.p.
Dívida Líquida	741.920	649.732	386.472	14,2%	92,0%	741.920	386.472	92,0%
Dívida Líquida/EBITDA ajustado(x)	1,38	1,18	0,78	16,9%	76,9%	1,38	0,78	76,9%
Dados Operacionais (t)								
Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)								
Produção/Vendas	39.687	45.759	36.666	-13,3%	8,2%	159.840	157.549	1,5%
Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)								
Produção	76.136	76.800	73.491	-0,9%	3,6%	293.556	297.188	-1,2%
Vendas	30.216	30.182	32.325	0,1%	-6,5%	124.880	126.056	-0,9%
Mercado Interno	26.272	25.985	28.052	1,1%	-6,3%	107.460	109.157	-1,6%
Mercado Externo	3.944	4.197	4.273	-6,0%	-7,7%	17.420	16.899	3,1%
Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina)								
Produção	2.495	3.008	3.235	-17,1%	-22,9%	13.732	15.450	-11,1%
Vendas	2.279	3.021	3.249	-24,6%	-29,9%	13.700	15.529	-11,8%
Mercado Interno	91	73	112	24,7%	-18,8%	350	441	-20,6%
Mercado Externo	2.188	2.948	3.137	-25,8%	-30,3%	13.350	15.088	-11,5%

¹ EBITDA (lucro antes de juros, tributos, depreciação, amortização e exaustão) ver o capítulo neste relatório da administração.

- A receita líquida no 4T22 registrou redução de 1,4% quando comparada ao 4T21 e reduziu 7,5% em relação ao 3T22. No comparativo dos anos, a receita líquida aumentou 5,0% em 2022 em relação a 2021 e atingiu R\$ 1.686.666 mil, principalmente em função do aumento de volume e de preços do segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado).
- O volume de vendas do segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) aumentou 1,5% na comparação com 2021, e totalizou 159,8 mil toneladas em 2022, devido à forte demanda do segmento no ano e também à boa performance das operações industriais e à entrada em operação do Gaia II, que adicionou nova capacidade produtiva. Já o segmento de Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel e Terebintina) apresentou redução de 11,8%, alcançando 13,7 mil toneladas, devido à redução da demanda e à dinâmica menos favorável deste segmento durante o ano de 2022.
- O lucro bruto do 4T22 apresentou aumento de 14,7% em comparação ao 4T21 e redução de 7,0% quando comparado ao 3T22. Em comparação a 2021, apresentou aumento de 27,9% e alcançou R\$ 808.072 mil. O crescimento em 2022 está relacionado ao crescimento da receita, aliado a reduções de custos de produção e, ainda, ao valor justo dos ativos biológicos, maior no ano de 2022 em comparação ao ano de 2021.
- As despesas com vendas em 2022 totalizaram R\$ 133.873 mil, um aumento de 23,2% quando comparadas a 2021, e representaram 7,9% da receita líquida consolidada, maior que os 6,8% em 2021, principalmente em função do crescimento de custos fixos e, ainda, das despesas variáveis de vendas como fretes, pressionados pelo aumento dos combustíveis. As despesas administrativas em 2022 totalizaram R\$ 93.969 mil, um aumento de 15,9% quando comparadas a 2021 no montante de R\$ 81.094 mil, e representaram 5,6% da receita líquida consolidada, maior que os 5,0% em 2021, em função principalmente do crescimento ordinário dos custos fixos no período.
- O resultado líquido foi de R\$ 85.919 mil de lucro no 4T22 em comparação ao lucro de R\$ 63.326 mil no 4T21 e R\$ 95.530 mil no 3T22. No comparativo dos anos, o resultado foi de R\$ 378.210 mil de lucro em 2022 quando comparado aos R\$ 285.313 mil de lucro em 2021. Os principais impactos no lucro líquido deste ano foram relacionados ao crescimento da receita líquida de vendas e também à variação do valor justo dos ativos biológicos, com consequente aumento percentual da margem bruta e do resultado líquido.
- O EBITDA Ajustado no 4T22 foi de R\$ 119.236 mil com margem de 29,2%, 11,1% inferior ao apurado no 4T21, que foi de R\$ 134.181 mil com margem de 32,4%, e 13,2% inferior quando comparado ao 3T22, que foi de R\$ 137.368 mil com margem de 31,1%. Em 2022, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 537.988 mil, crescimento de 8,9% em relação a 2021 e com margem de 31,9%, 1,1 ponto percentual superior a 2021, demonstrando a boa performance da Companhia em relação à redução de custos e consequente melhoria das margens.
- A relação dívida líquida/EBITDA foi de 1,38 vezes em 2022, contra 0,78 vezes em 2021. A elevação do indicador se deve ao aumento da dívida líquida em nível superior ao aumento do EBITDA Ajustado, devido ao fluxo de caixa livre negativo no período, ocasionado pelos desembolsos da execução dos investimentos da Plataforma Gaia. A realavancagem é natural durante a execução dos investimentos e encontra-se em linha com os parâmetros estabelecidos na Política de Gestão Financeira da Companhia, que estabelece uma meta de 2,5x.
- Foi concluída com sucesso no 4T22 a captação de R\$ 720 milhões através da emissão de debêntures, que serviram de lastro para emissão de CRAs emitidos da Eco Securitizadora. A emissão contou com mais de 80% de participação de pessoas físicas e os recursos serviram para reforço da posição de liquidez da Companhia para investimentos no cultivo de florestas.
- A posição de caixa ao fim de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.049.208 mil (composta por aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa) e 85% da dívida bruta está classificada no longo prazo, sendo 98% denominada em reais e 2% denominada em moeda estrangeira.
- A Irani passou a compor a carteira do Índice Dividendos da B3 (IDIV), um seleto grupo de ações com destaque quanto à remuneração aos acionistas e à carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), indicador comparativo de desempenho das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa. Essas conquistas reforçam o comprometimento com o ESG e a geração de retorno aos acionistas, o que demonstra a força do nosso modelo de negócio como tendência secular.

PANORAMA DOS NEGÓCIOS

Os negócios da Irani Papel e Embalagem S.A. são compostos por três segmentos, independentes em suas operações e integrados de modo harmônico, buscando otimizar o uso das florestas plantadas de pinus, por meio do seu multiuso, a reciclagem de papel no conceito da economia circular e a verticalização dos negócios.

Segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas e possui duas unidades industriais: Embalagem SC Campina da Alegria e Embalagem SP Indaiatuba.

Segmento de Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) tem por finalidade a produção de papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e de papéis reciclados destinados ao mercado externo e interno e a maior parte transferida para conversão nas unidades do Segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado). Conta com uma fábrica com quatro máquinas de papel, localizada em Vargem Bonita - SC (Papel SC Campina da Alegria) e uma fábrica com uma máquina de papel em Santa Luzia - MG (Papel MG Santa Luzia).

Segmento de Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina) comercializa madeira, breu e terebintina. Industrializa produtos de base florestal no Estado do Rio Grande do Sul, a partir do ativo florestal de propriedade da Companhia localizado na região e da compra de terceiros. Utilizando resina natural da floresta de pinus, a unidade de negócio denominada Resina RS Balneário Pinhal, com uma planta industrial localizada em Balneário Pinhal - RS, produz breu e terebintina, que são utilizados na manufatura de vernizes, tintas, sabões, colas, adesivos, dentre outros. O breu e a terebintina são destinados principalmente ao mercado externo.

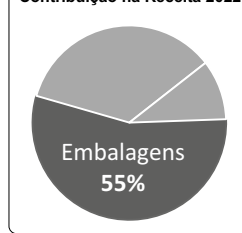
Controladas
A Irani Papel e Embalagem S.A. possui as seguintes controladas integrais:

- Habitaisul Florestal S.A., com base fundiária de 5,9 mil hectares, dos quais 3,9 mil hectares plantados com pinus no Rio Grande do Sul, fornecedora de resina para a unidade Resinas da Irani Papel e Embalagem S.A. e também fornecedora de madeira para clientes da região;
- HGE - Geração de Energia Sustentável S.A., não operacional;
- Irafror Comércio de Madeiras Ltda., que realiza operações de administração e comercialização de madeiras e florestas para a controladora Irani Papel e Embalagem S.A. e também para o mercado;
- Irani Soluções para E-commerce Ltda., que atua no comércio eletrônico de embalagens, e tem como objetivo fornecer soluções em embalagens sustentáveis para o mercado, por meio do e-commerce;
- Irani Ventures Ltda., que atua com o objetivo de investir em startups selecionadas, com soluções inovadoras, com produtos e serviços de alta tecnologia voltados para os negócios da Companhia, já validados pelo mercado e com alto potencial de crescimento.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

1.1. Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)

Contribuição na Receita 2022



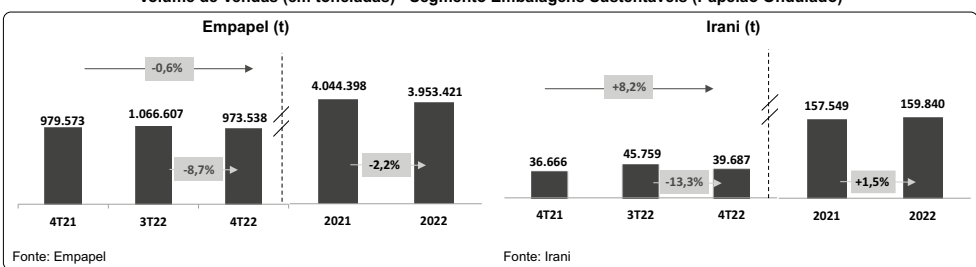
O volume de vendas de embalagens sustentáveis de papelão ondulado do Mercado Empapel em toneladas, conforme demonstrado nos gráficos abaixo, registrou estabilidade quando comparado com o 4T21, quando o desempenho do volume de vendas do Mercado Irani registrou aumento de 8,2%, totalizando 39.687 toneladas. Na comparação com o 3T22, o Mercado Empapel reduziu 8,7%, quando o Mercado Irani reduziu 13,3%. No ano de 2022, o Mercado Empapel reduziu 2,2% em relação a 2021 e o Mercado Irani aumentou 1,5%. Este crescimento, superior que o do mercado, se deve principalmente à boa performance das operações industriais, que proporcionaram maior disponibilidade para venda, e ao início da operação do Gaia II, que adicionou capacidade produtiva.

Em toneladas, a participação de mercado da Irani no segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado) no 4T22 foi de 4,1%, 3,7% no 4T21, e 4,3% no 3T22. Em 2022, a participação de mercado da Irani foi de 4,0%, quando em 2021 foi de 3,9%.

O volume de vendas de caixas em 2022 do Mercado Irani registrou aumento de 3,5% em comparação a 2021, e redução de 1,6% do Mercado Empapel. As vendas de chapas do Mercado Irani reduziram 6,2% em comparação a uma redução de 5,9% do Mercado Empapel quando comparado com 2021.

As unidades Embalagem SP Indaiatuba e Embalagem SC Campina da Alegria produziram respectivamente por 54% e 46% do total vendido em 2022 de papelão ondulado, com suas produções voltadas inteiramente ao mercado interno.

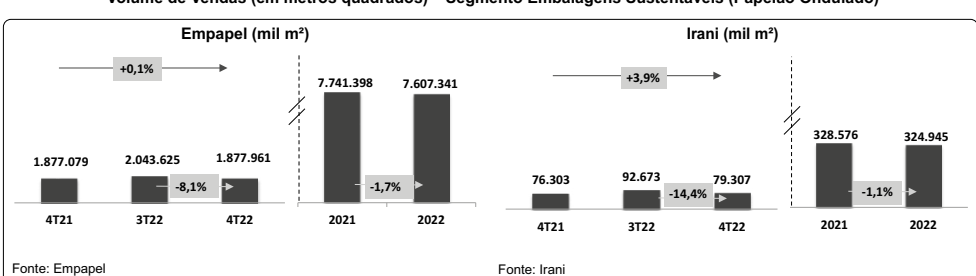
Volume de Vendas (em toneladas) - Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)



Em metros quadrados (m²), o volume de vendas de embalagens sustentáveis de papelão ondulado do Mercado Empapel apresentou estabilidade no 4T22 em comparação ao 4T21, enquanto o Mercado Irani registrou aumento de 3,9%. Comparativamente ao 3T22, o Mercado Empapel apresentou queda de 8,1%, enquanto o Mercado Irani registrou redução de 14,4%. No comparativo do ano de 2022 com 2021, o Mercado Empapel registrou redução de 1,7% quando o Mercado Irani registrou redução de 1,1%. Em metros quadrados, a participação do Mercado Irani foi de 4,2% no 4T22, 4,0% no 4T21, e 4,5% no 3T22. O volume de vendas pela Irani em 2021 acumulou 324.945 mil m², atingindo uma participação de mercado de 4,3% no ano.

Ainda em metros quadrados, o desempenho das vendas de caixas em 2022 no Mercado Irani registrou aumento de 1,3% em comparação a uma queda de 1,0% do Mercado Empapel. Já as vendas de chapas do Mercado Irani registraram redução de 10,2% em comparação a uma redução de 5,9% do Mercado Empapel.

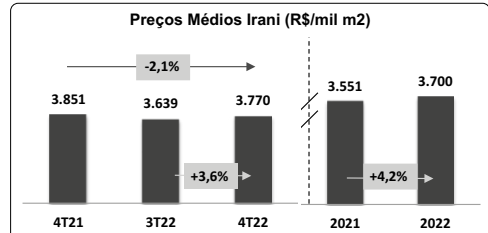
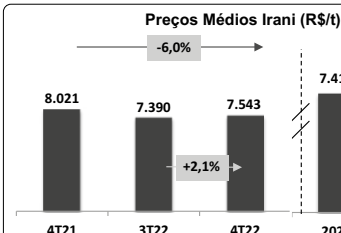
Volume de Vendas (em metros quadrados) - Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)



O volume da fábrica de Embalagens SP Indaiatuba atingiu 66.898 toneladas de caixas e 19.505 toneladas de chapas em 2022 em comparação com 70.341 toneladas de caixas e 21.928 toneladas de chapas em 2021.

O volume da fábrica de Embalagens SC Campina da Alegria registrou volume de vendas de 61.814 toneladas de caixas e 11.623 toneladas de chapas em 2022 em comparação com 54.042 toneladas de caixas e 11.238 toneladas de chapas em 2021.

O preço médio Irani (CIF) tonelada, registrou redução de 6,0% no 4T22 em comparação ao 4T21. No comparativo do terceiro trimestre de 2022, o Mercado Irani registrou aumento de 2,1%. No ano de 2022, a variação nos preços do Mercado Irani registrou aumento de 1,8% em comparação a 2021.



Nota metodológica: Os preços Irani são sem IPI, com PIS, COFINS, ICMS e ajustados de acordo com o mix de caixas e chapas de mercado. O preço médio Irani (CIF) m², registrou redução de 2,1% no 4T22 em comparação ao 4T21. No comparativo do terceiro trimestre de 2022, o Mercado Irani registrou aumento de 2,1%. No ano de 2022, a variação nos preços do Mercado Irani registrou crescimento de 4,2% em comparação a 2021.

Nota metodológica: Os preços Irani são sem IPI, com PIS, COFINS, ICMS e ajustados de acordo com o mix de caixas e chapas de mercado.

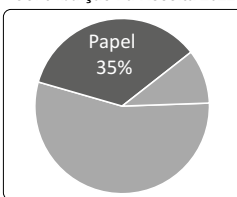
Os preços por m² refletem melhor a dinâmica de mercado por não considerarem eventuais variações de gramatura nos papéis utilizados para fabricação das caixas e chapas.

A participação das vendas deste Segmento por Sub-Segmento no ano de 2022 ficou conforme apresentado no gráfico abaixo:



1.2 Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)

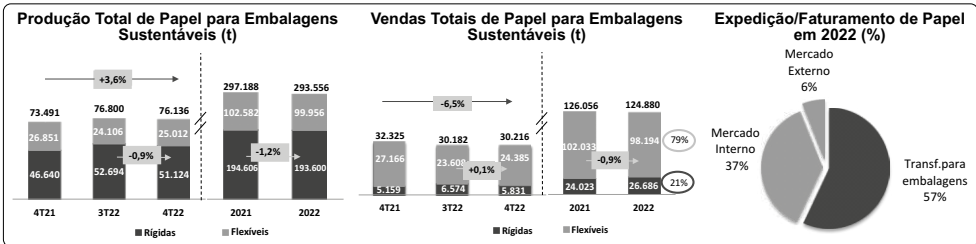
Contribuição na Receita 2022



A Irani atua no segmento de Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) nos mercados de papéis para embalagens rígidas (papelão ondulado) e flexíveis (sacaria).

O 4T22 marcou o início das operações do Gaia III, referente a modernização da Máquina de Papel 2, que produz papéis para embalagens sustentáveis destinadas ao varejo (especialmente o Bagkraft).

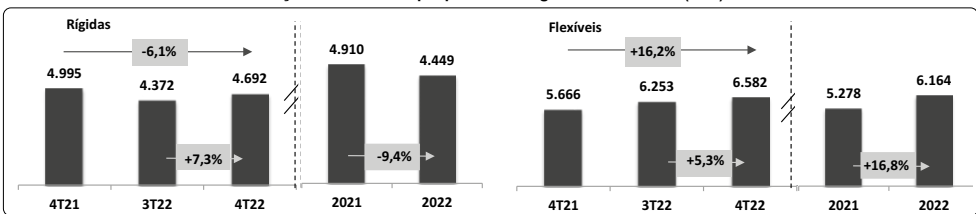
A produção total de papel para embalagens sustentáveis da Companhia no trimestre foi superior em 3,6%, em comparação com o 4T21, e estável em relação ao 3T22. Em relação às vendas, houve redução de 6,5% quando comparadas com o 4T21 e estabilidade na comparação ao 3T22. No acumulado do ano, a produção totalizou 293.556 toneladas, com redução de 1,2% em relação a 2021 e as vendas totalizaram 124.880 toneladas, estáveis em relação ao ano anterior.



No 4T22, as transferências internas de papel para embalagens rígidas (Papelão Ondulado) totalizaram 40.522 toneladas (40.108t no 4T21 e 46.998t no 3T22). Para a fábrica Embalagem SP Indaiatuba, foram transferidas 18.608 toneladas (22.319t no 4T21 e 23.570t no 3T22) e, para a fábrica Embalagem SC Campina da Alegria, foram transferidas 21.914 toneladas no 4T22 (17.789t no 4T21 e 23.428t no 3T22). No ano de 2022, as transferências totalizaram 164.191 toneladas (169.220t em 2021), sendo 84.400t para a fábrica Embalagem SP Indaiatuba em 2022 (96.144t em 2021) e 79.791t para fábrica Embalagem SC Campina da Alegria (73.076t em 2021).

Do total das transferências internas em 2022, 51% foram para a fábrica Embalagem SP Indaiatuba e 49% para a Embalagem SC Campina da Alegria. A Companhia adota, para fins de avaliação gerencial de desempenho dos negócios, preços de mercado para transferência de papéis rígidos do segmento de Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) para o segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado). Os papéis para embalagens rígidas apresentaram queda de 6,1% nos preços do 4T22 quando comparados aos praticados no 4T21 e aumento de 7,3% quando comparados ao 3T22. Em 2022, apresentaram queda de 9,4% em relação a 2021, devido à pressão por redução de preços desses produtos verificada no mercado. Os papéis para embalagens flexíveis, por sua vez, demonstraram aumento de 16,2% quando comparados aos do 4T21, e 5,3% quando comparados aos do 3T22 devido especialmente ao início das operações do Gaia III durante o 4T22. No comparativo dos anos, o aumento registrado foi de 16,8% entre 2022 e 2021. Os papéis para embalagens flexíveis são utilizados na fabricação de sacos e sacolas para lojas, alimentos e tele-entrega (delivery), e têm apresentado uma dinâmica muito positiva nos últimos anos em função da maior utilização do papel, especialmente em substituição ao plástico, seguindo a tendência ESG.

Preços Médios do Papel para Embalagens Sustentáveis (R\$/t)

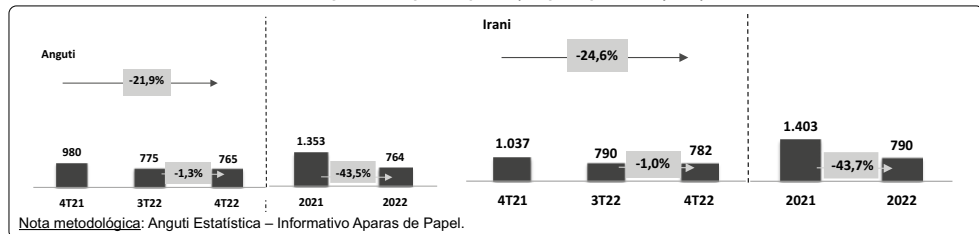


Continua...

Aparas

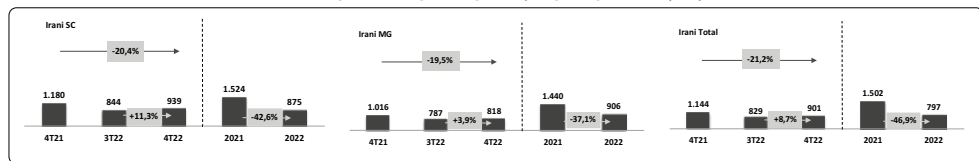
O Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) recicla aparas (papel usado) como matéria-prima para fabricação de boa parte dos produtos...

Evolução do Preço de Aparas (Preço Líquido R\$/t/FOB)



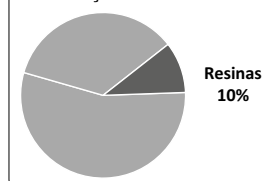
Nota metodológica: Anguti Estatística - Informativo Aparas de Papel.

Evolução do Preço de Aparas (Preço Líquido R\$/t/CIF)



1.3 Segmento Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina)

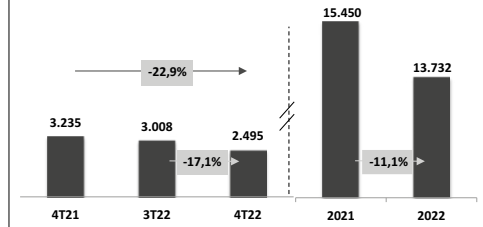
Contribuição na Receita 2022



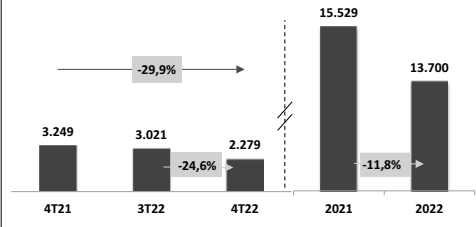
Em 2022, a operação Florestal do Rio Grande do Sul produziu e comercializou 62 mil metros cúbicos de toras de pinus para o mercado local...

O volume de produção na unidade Resina RS Balneário Pinhal no 4T22 apresentou redução de 22,9% quando comparado ao do 4T21...

Produção de Breu e Terebintina (t)

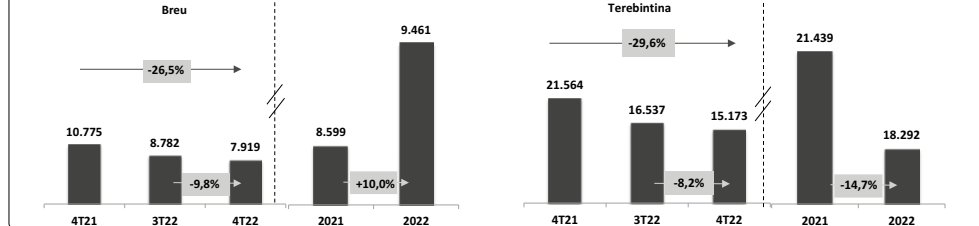


Venda de Breu e Terebintina (t)



Em 2022, o preço médio bruto do Breu foi 10,0% superior a 2021. Já o preço da Terebintina teve redução de 14,7% quando comparado a 2021.

Preços Médios (R\$/t)

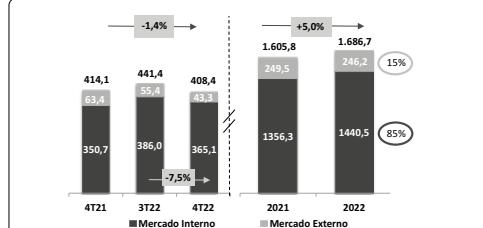


2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

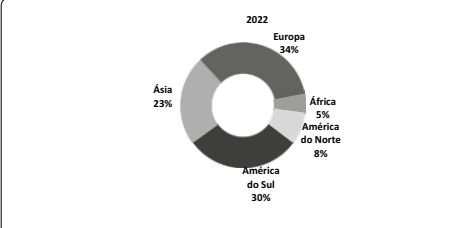
2.1 Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas do 4T22 foi de R\$ 408.410 mil, queda de 1,4% quando comparada à do 4T21 e redução de 7,5% quando comparada à do 3T22...

Receita Líquida (R\$ milhões)

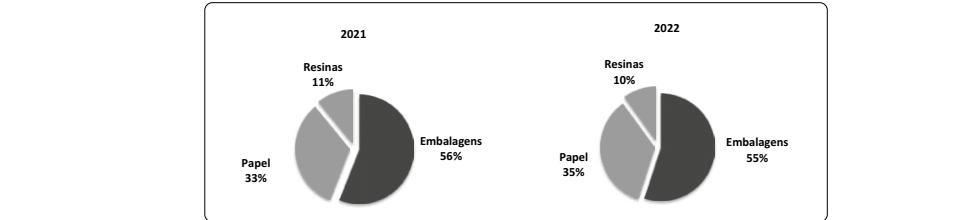


Receita Líquida Mercado externo por Região



O principal segmento de atuação da Irani é o segmento de Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado), responsável por 55% da receita líquida consolidada em 2022...

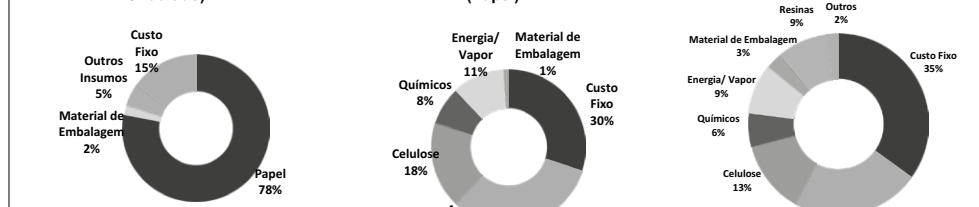
Receita Líquida por Segmento



2.2 Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2022 foi de R\$ 1.017.597 mil, estável em comparação a 2021 em valores absolutos, mas que reflete a redução de custo das Aparas verificada no período...

Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)



*a formação do custo do Segmento Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel) não considera a variação do valor justo dos ativos biológicos.

2.3 Despesas e Receitas Operacionais

As despesas com vendas em 2022 totalizaram R\$ 133.873 mil, sendo 23,2% superiores quando comparadas às de 2021, e representam 7,9% da receita líquida consolidada...

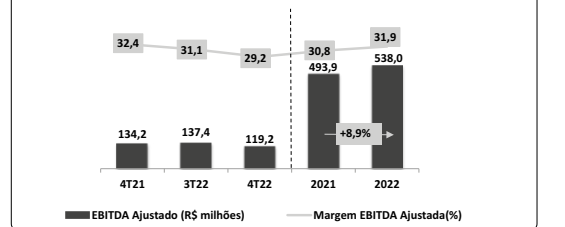
3. GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA AJUSTADO)

Table showing EBITDA Adjusted and Margem EBITDA Adjustada for 4T22, 3T22, 4T21, 2022, and 2021. Includes a small bar chart for EBITDA Adjusted and Margem EBITDA Adjustada.

1 Variação do valor justo dos ativos biológicos, por não representar geração de caixa no período. 2 Eventos Não Recorrentes: O valor de (R\$ 21.352) mil refere-se a crédito de PIS e COFINS sobre depreciação...

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA Ajustado da operação, totalizou no ano de 2022 R\$ 537.988 mil, com margem de 31,9% e 8,9% superior a 2021...

EBITDA Ajustado (R\$ milhões) e Margem EBITDA Ajustada (%)



4. RESULTADO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

Resultado Financeiro

Table showing Financial Result from 4T22 to 2021, including items like Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, and Resultado Financeiro.

O resultado financeiro, sem variação cambial, foi negativo de R\$ 14.502 mil no 4T22, estável em relação aos R\$ 13.396 mil no 4T21, e R\$ 14.094 mil no 3T22.

No ano de 2022, o resultado financeiro, sem variação cambial, foi negativo em R\$ 58.400 mil contra R\$ 43.926 mil em 2021. O aumento de 2022 em relação a 2021 deve-se principalmente: (i) ao aumento da taxa básica de juros (SELIC)...

A variação cambial impactou positivamente os resultados da Companhia em R\$ 327 mil no 4T22, frente ao impacto positivo de R\$ 165 mil no 4T21...

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha apenas 2% da sua dívida em moeda estrangeira. Considerando os fatores citados, o resultado financeiro foi de R\$ 14.175 mil negativos no 4T22...

A taxa de câmbio, que era de R\$ 5,58/US\$ em 31 de dezembro de 2021, ficou 6,45% inferior ao fim de dezembro de 2022 e chegou a R\$ 5,22/US\$.

Table showing exchange rates for Dollar final and Dollar médio from 4T22 to 2021.

Table showing Debt and Liquid Debt/EBITDA from 4T22 to 2021, including Circulante, Dívida Bruta, and Dívida líquida/EBITDA.

1 Dívida Bruta é calculada somando os empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos - swap. A dívida líquida, em 31 de dezembro de 2022, totalizou R\$ 741.920 mil comparada a R\$ 386.472 mil em 31 de dezembro de 2021...

A dívida bruta, em 31 de dezembro de 2022, totalizava R\$ 1.791.128 mil comparada a R\$ 892.740 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 100,6% ou R\$ 898.388 mil, devido principalmente: (i) a 5ª Emissão de Debêntures Privadas no 4T22...

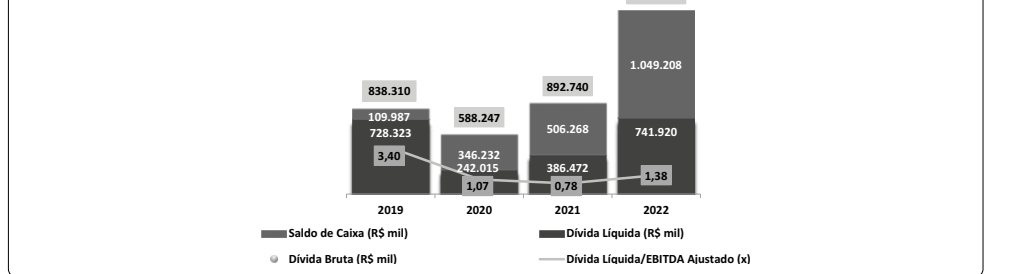
A posição de caixa ao fim de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.049.208 mil (composta por aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa), comparada a R\$ 506.268 mil em 31 de dezembro de 2021.

Os juros efetivos, que consideram o custo do BNDES e a comissão das cartas fiança, garantias da operação, são de IPCA + 6,24% a.a. O ingresso dos recursos ocorrerá mediante pedidos de liberação, na medida em que forem efetuadas as aquisições e o pagamento dos equipamentos da Plataforma Gaia.

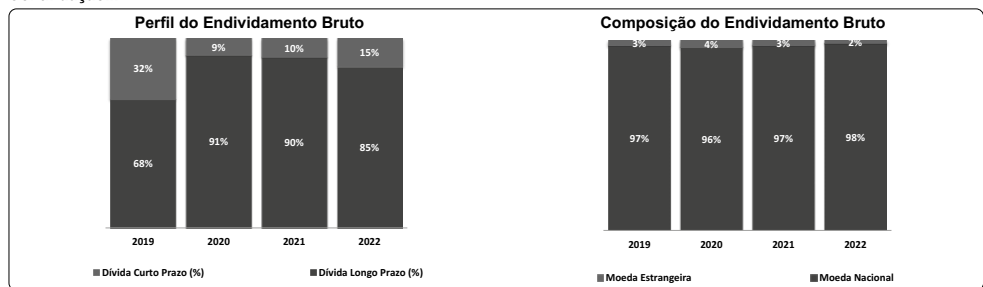
Até 31 de dezembro de 2022, ocorreram duas liberações parciais, que totalizam R\$ 412.615 mil, sendo a primeira durante o 4T21 no montante de R\$ 236.517 mil e a segunda durante o 3T22, no montante de R\$ 176.099 mil. Restam, portanto, serem recebidos R\$ 71.384 mil.

Os juros efetivos, que consideram o custo do BNDES e a comissão das cartas fiança, garantias da operação, são de IPCA + 6,24% a.a. O ingresso dos recursos ocorrerá mediante pedidos de liberação, na medida em que forem efetuadas as aquisições e o pagamento dos equipamentos da Plataforma Gaia.

Endividamento e Dívida Líquida/EBITDA



Continua...



5. RATING DE CRÉDITO

Em 24 de fevereiro de 2022, a S&P Global Ratings efetuou revisão anual dos ratings de crédito e das emissões de debêntures da Companhia. Foi mantido o rating de crédito de emissor de longo prazo de brAA na Escala Nacional Brazil, atribuído em 5 de julho de 2021. Segundo a agência, a perspectiva estável do rating de emissor indica a expectativa de que a Irani manterá uma geração de caixa crescente nos próximos anos, com maior rentabilidade e fortalecendo suas métricas de crédito, além da expectativa de que a empresa se manterá como entidade isolada em relação a riscos de refinanciamento no nível do grupo controlador.

Também foram mantidos os ratings 'brAA+' atribuídos em 5 de julho de 2021 a 3ª Emissão Pública de Debêntures Verdes e 4ª Emissão Privada de Debêntures Verdes.

Em 26 de setembro de 2022, a S&P Global Ratings atribuiu o rating 'brAA (sf)' aos CRAs da 194ª Emissão da Eco Securitizadora vinculado e lastreado pela 5ª Emissão Privada de Debêntures Verdes.

6. POSIÇÃO DE CAIXA

A posição de caixa da Companhia, que em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 506.268 mil e encerrou 2022 em R\$ 1.049.208 mil, teve aumento de 107,2% em 2022. As origens e aplicações dos recursos estão apresentadas conforme segue:

7. FLUXO DE CAIXA LIVRE

	4T22	3T22	4T21	2022	2021
Fluxo de Caixa Livre EBITDA Ajustado	119.236	137.368	134.181	537.988	493.921
(-) Capex ⁽¹⁾	(136.778)	(124.193)	(154.606)	(544.689)	(395.561)
(-) Juros pagos/recebidos	(28.162)	(27.310)	(4.025)	(11.381)	(42.834)
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(26.847)	(27.513)	(30.374)	(102.446)	(85.653)
(+/-) Capital de giro	(7.042)	12.858	(1.990)	(10.538)	5.047
(-) Dividendos + JCP	(23.567)	(23.626)	(25.670)	(158.786)	(89.933)
(-) Recomp. par. de ações	(4.479)	(15.983)	(18.565)	(46.471)	(18.565)
(+/-) Outros	1.267	14.089	1.014	28.496	5.640
Fluxo de Caixa Livre	(52.582)	(54.310)	(100.035)	(307.807)	(127.938)
Recomp. par. de ações	4.479	15.983	18.565	46.471	18.565
Plataforma Gaia ⁽¹⁾	108.510	98.681	127.166	440.339	313.959
Projetos Expansão	25	-	68	78	1.858
Fluxo de Caixa Livre ajustado⁽²⁾	83.999	83.979	71.434	337.867	296.376

FCL ajustado Yield⁽³⁾

	4T22	3T22	4T21	2022	2021
FCL ajustado	18,8%	18,8%	18,8%	18,8%	16,7%

(1) Considera o desembolso de R\$ 5.965 mil no 4T21, R\$ 1.162 mil no 1T22, R\$ 24.845 mil no 2T22, R\$ 1.329 mil no 3T22 e R\$ 10.120 mil de juros e fianças imobilizados, referentes ao financiamento dos investimentos da Plataforma Gaia.

(2) Excluídos dividendos, JCP e Recomp. par. de ações, Plataforma Gaia e Projetos Expansão.

(3) Yield - FCL ajustado dividido pelo valor médio de mercado nos UDM.

8. RETURN ON INVESTED CAPITAL (ROIC)

O retorno sobre o Capital Investido (ROIC) foi de 23,0% nos últimos 12 meses, uma redução de 1,5 p.p. em relação aos 12 meses findos em 30 de setembro de 2022 e de 1,9 p.p. frente aos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2021. A redução registrada nas comparações deve-se principalmente ao aumento no Capital Investido Ajustado. Esse efeito é natural durante o ramp-up dos Investimentos da Plataforma Gaia, uma vez que o Capex finalizado é adicionado imediatamente ao Capital Investido Ajustado, enquanto os retornos gerados pelos Projetos impactam o Fluxo de Caixa Operacional Ajustado de maneira gradual.

O ROIC em patamares elevados demonstra o comprometimento em gerar retornos consistentes acima do custo do capital (WACC). Nosso ROIC é referência no setor de embalagens sustentáveis no Brasil e no mundo, e demonstra a força da sustentabilidade (ESG) como tendência secular que impulsiona nossos resultados econômicos.

ROIC (R\$ mil) - UDM(1)

	4T22	3T22	4T21
Ativo Total	2.689.926	2.528.667	2.083.547
(-) Passivo Total (ex-divida)	(533.923)	(512.923)	(482.848)
(-) Obras em andamento	(580.687)	(502.546)	(201.851)
Capital Investido	1.575.317	1.513.198	1.398.849
(-) Ajuste CPC 29(2)	(132.556)	(110.808)	(81.116)
Capital Investido Ajustado	1.442.761	1.402.390	1.317.733
EBITDA Ajustado	537.988	552.933	493.921
(-) Capex Manutenção	(104.274)	(103.401)	(79.745)
(-) Imposto de Renda e CSLL (caixa)	(102.446)	(105.973)	(85.653)
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	331.268	343.559	328.523
ROIC(3)	23,0%	24,5%	24,9%

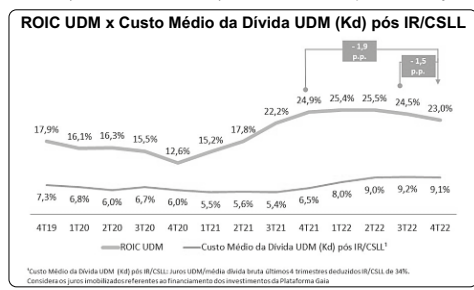
(1) Média dos saldos patrimoniais dos 4 últimos trimestres (Últimos Doze Meses)

(2) Diferencial do valor justo ativos biológicos menos Impostos Diferidos do Valor justo dos ativos biológicos

(3) ROIC (Últimos Doze Meses): Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / Capital Investido Ajustado

9. AVALIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS (FLORESTAS)

A partir de 2010, a Companhia passou a mensurar o valor justo dos seus ativos biológicos (florestas) periodicamente, conforme determina o CPC 29/IAS 41. A variação do valor justo dos seus ativos biológicos produziu efeitos no resultado da Companhia de 2022, conforme demonstrado a seguir:



ROIC UDM x Custo Médio da Dívida UDM (Kd) pós I/R/CSLL

Ano	ROIC UDM	Custo Médio da Dívida UDM (Kd) pós I/R/CSLL
2019	17,9%	7,3%
2020	16,1%	6,8%
2021	16,3%	6,0%
2022	15,5%	6,7%
2023	12,6%	6,0%
2024	15,2%	5,5%
2025	17,8%	5,6%
2026	22,2%	6,4%
2027	24,9%	5,2%
2028	25,4%	6,0%
2029	25,5%	9,0%
2030	24,5%	9,2%
2031	23,0%	9,1%

Fonte: Plano de Negócios 11/12/2021

Efeitos das variações do valor justo dos ativos biológicos

	2022	2021
R\$ mil		
Variação do valor justo dos ativos biológicos	139.003	43.849
Exaustão do valor justo dos ativos biológicos	(24.191)	(15.454)
A variação do valor justo dos ativos biológicos foi positiva em 2022, devido principalmente ao aumento de preço da madeira verificada no período. A variação do valor justo dos ativos biológicos, bem como sua exaustão, é reconhecida no Custo dos Produtos Vendidos - CPV. Esta determinação contábil permite avaliar de forma mais precisa o valor de mercado das florestas da Companhia, conferindo maior adequação às suas Demonstrações Financeiras.		

10. RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES

O resultado operacional antes dos tributos e participações no 4T22 foi de R\$ 114.374 mil positivo ante R\$ 97.410 mil no 4T21 e R\$ 138.267 mil positivo no 3T22. Em 2022, o resultado operacional antes dos tributos e participações totalizou R\$ 518.360 mil positivo, superior em comparação a 3T21, registrado em R\$ 390.213 mil.

11. LUCRO LÍQUIDO

No 4T22, o lucro líquido foi de R\$ 85.919 mil em comparação ao lucro de R\$ 63.326 mil no 4T21 e R\$ 95.530 mil de lucro no 3T22. No ano de 2022, o resultado líquido foi de R\$ 378.210 mil de lucro comparado a R\$ 285.313 mil de lucro no mesmo período do ano anterior. Os principais impactos no lucro líquido deste ano foram relacionados ao crescimento da receita líquida de vendas e também a variação do valor justo dos ativos biológicos, com consequente aumento percentual da margem bruta e do resultado líquido.

12. INVESTIMENTOS

A Companhia mantém sua estratégia de investir na modernização e na automação dos seus processos produtivos. Os investimentos deste trimestre somaram R\$ 106.745 mil e foram basicamente direcionados para reflorestamento, manutenção e melhorias das estruturas físicas, software, máquinas e equipamentos da Companhia. Deste montante, R\$ 81.962 mil foram destinados à execução dos investimentos dos Projetos Gaia I, II e III, além de R\$ 16.426 mil nos Projetos Gaia VI, VII, VIII e IX.

R\$ mil

	4T22	2022
Prédios	1.203	5.190
Equipamentos	102.030	498.721
Intangível	-	2.721
Reflorestamento	3.512	18.189
Total	106.745	524.821

13. PLATAFORMA GAIA

1º Ciclo

Os destaques no quarto trimestre de 2022 no projeto **Gaia I** - Recuperação de Produtos Químicos e Utildades começam pela caldeira de recuperação, em que foi realizado início da montagem do precipitador e teste hidrostático em todo o sistema de pressão. Além disso, foram realizadas a energização da sala elétrica da ETA (Estação de Tratamento de Água), a conclusão da fabricação do Turbo Gerador 4, a instalação dos tanques de terébutina e a inauguração da nova sala de controle. Para o pátio de madeira, foram realizadas a entrega e a instalação da nova grua e sala elétrica, e, por fim, na área de caustificação e lavador de celulose, foi finalizada a montagem dos filtros de lama de cal. Em andamento, continuam a montagem dos equipamentos, os acabamentos civis e de elétrica para a caldeira de recuperação e o pátio de madeiras, bem como a montagem de tubulações, elétrica, cabearamentos e equipamentos para cozimento e lavagem, ETA e caustificação.

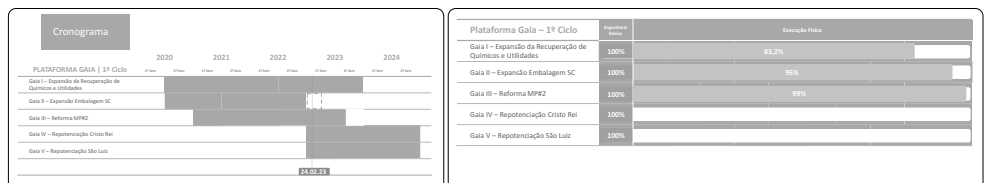
O projeto **Gaia II** encaminha-se para sua conclusão. A instalação, comissionamento, startup e operação assistida dos braços robóticos Rosie e Ada, assim como a segunda linha de paletização, foram concluídos no dia 28 de dezembro. Com isso, a última pendência do escopo do Gaia II é a entrega e a instalação do pacote de melhorias da Ward, máquina que já vem operando desde agosto. A chegada dos itens para upgrade será em fevereiro e a instalação está prevista para março.

O startup do projeto **Gaia III** - Reforma da Máquina de Papel 2 finalizou a parada de máquina para execução da reforma no último trimestre. O startup foi realizado 4 dias antes do previsto. Apesar da estimativa de desembolso ao término do projeto ser de R\$ 61 milhões, a curva de performance da máquina está acima do esperado, sinalizando um maior volume de produção com melhora significativa na qualidade do papel e indicadores de retorno acima do previsto.

Em relação ao projeto **Gaia IV** - Repotenciação Cristo Rei, há estudos ambientais para o processo de licenciamento ambiental e obtenção da LAP - Licença Ambiental Prévia.

O projeto **Gaia V** - Repotenciação São Luiz está aguardando o recebimento da LAP - Licença Ambiental Prévia, pelo IMA (Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina).

No 4T22, foram investidos R\$ 81.962 mil no primeiro Ciclo da Plataforma Gaia, sendo R\$ 59.937 mil no Gaia I, R\$ 6.768 mil no Gaia II e R\$ 15.257 mil no Gaia III. Ao total, foram investidos R\$ 673.143 mil desde início do primeiro ciclo, sendo o total R\$ 492.351 mil no Gaia I e R\$ 122.055 mil no Gaia II e R\$ 58.737 mil no Gaia III.



2º Ciclo

O projeto **Gaia VI** - Sistema de Gerenciamento de Informações de Processo teve ampliação de escopo para todas as unidades de negócio. Anteriormente estava previsto apenas para a Unidade Papel SC. Em função disso, o projeto foi atualizado em prazo, custos e indicadores de retorno. O Valor do Capex que era de R\$ 5.173 mil passou a ser R\$ 18.400 mil. Durante o último trimestre de 2022, para a Papel SC foi concluída a obra de instalação da fibra óptica e validada a comunicação da rede de coleta entre OPC (*Open Platform Communication*), coletor e servidor. Está sendo realizada a coleta de dados (tags) das máquinas, nas quais MP1 e MP5 estão com todos os dados coletados e integrando com o P1 System. Da mesma forma, foi concluída a instalação da fibra óptica na Papel MG e em Resinas. Em andamento, está sendo desenvolvida a estrutura de dados (*Asset Framework*) e há o desenvolvimento dos primeiros relatórios de informações gerenciais com dados em tempo real.

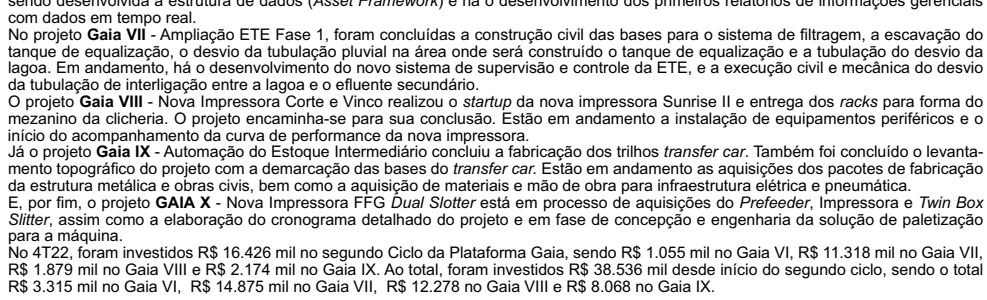
No projeto **Gaia VII** - Ampliação ETE Fase 1, foram concluídas a construção civil das bases para o sistema de filtragem, a escavação do tanque de equalização, o desvio da tubulação pluvial na área onde será construído o tanque de equalização e a tubulação do desvio da lagoa. Em andamento, há o desenvolvimento do novo sistema de supervisão e controle da ETE, e a execução civil e mecânica do desvio da tubulação de interligação entre a lagoa e o efluente secundário.

O projeto **Gaia VIII** - Nova Impressora Corte e Vinco realizou o *startup* da nova impressora Sunrise II e entrega dos racks para forma do mezanino da clícheria. O projeto encaminha-se para sua conclusão. Estão em andamento a instalação de equipamentos periféricos e o início do acompanhamento da curva de performance da nova impressora.

Já o projeto **Gaia IX** - Automação do Estoque Intermediário concluiu a fabricação dos trilhos transfer car. Também foi concluído o levantamento topográfico do projeto com a demarcação das bases do transfer car. Estão em andamento as aquisições dos pacotes de fabricação da estrutura metálica e obras civis, bem como a aquisição de materiais e mão de obra para infraestrutura elétrica e pneumática.

E, por fim, o projeto **GAIA X** - Nova Impressora FFG Dual Slotter está em processo de aquisições do *Prefeeder*, Impressora e *Twin Box Slitter*, assim como a elaboração do cronograma detalhado do projeto e em fase de concepção e engenharia da solução de paletização para a máquina.

No 4T22, foram investidos R\$ 16.426 mil no segundo Ciclo da Plataforma Gaia, sendo R\$ 1.055 mil no Gaia VI, R\$ 11.318 mil no Gaia VII, R\$ 1.879 mil no Gaia VIII e R\$ 2.174 mil no Gaia IX. Ao total, foram investidos R\$ 38.536 mil desde início do segundo ciclo, sendo o total R\$ 3.315 mil no Gaia VI, R\$ 14.875 mil no Gaia VII, R\$ 12.278 mil no Gaia VIII e R\$ 8.068 mil no Gaia IX.



Plataforma Gaia - 3º e 4º Ciclos	Unidade	Investimento Estimado (R\$mil)	Investimento Realizado (R\$mil)	Investimento Realizado até 31/12/2022
Gaia I - Expansão da Recuperação de Químicos e Utildades	Papel SC	581.309	494.849	59.937
Gaia II - Expansão Embalagem SC	Embalagem SC	150.433	138.189	6.768
Gaia III - Reforma MP2	Embalagem SC	57.613	44.556	15.257
Gaia IV - Repotenciação Cristo Rei	Papel SC	33.300	28.158	-
Gaia V - Repotenciação São Luiz	Papel SC	62.864	58.055	-
Gaia VI - Sistema de Gerenciamento de Informações de Processo - PM2	Papel SC	18.400	15.904	1.055
Gaia VII - Ampliação ETE Fase 1	Embalagem SP	22.886	20.917	11.318
Gaia VIII - Nova Impressora Corte e Vinco	Embalagem SP	23.339	15.034	1.879
Gaia IX - Automação do Estoque Intermediário	Embalagem SC	42.860	29.987	2.174
Gaia X - Nova Impressora FFG Dual Slotter	Embalagem SC	109.510	37.073	-
Total		1.028.889	862.992	98.388

14. MERCADO DE CAPITAIS

3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES VERDES

A Companhia emitiu em 2019 **Debêntures Verdes (CELU13)** no mercado de capitais brasileiro no montante de R\$ 505.000 mil. As debêntures possuem prazo final de pagamento em 2025, têm carência de principal até julho de 2023 e os juros são pagos semestralmente. As debêntures são negociadas no mercado secundário pelo código CELU13. A emissão foi realizada com taxa de CDI + 4,5% a.a. e, ao final de 2022, estava sendo negociada no mercado secundário por CDI + 2,87% a.a. Conforme previsto na Escritura de Emissão da CELU13, a Companhia possui opção de Resgate Antecipado Facultativo total ou parcial e opção de Amortização Antecipada Facultativa, a partir de 19 de julho de 2023.

4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES VERDES

A Companhia emitiu, em 03 de março de 2021, **Debêntures Verdes (RANI14)** com colocação privada no montante de R\$ 60.000 mil. As debêntures verdes possuem prazo final de pagamento em 2029, têm carência de principal até junho de 2026 e os juros são pagos semestralmente, após dezembro de 2021. A emissão foi realizada com taxa de IPCA + 5,5% a.a., sendo vedada sua negociação pública. Durante o 4T21, o mercado de juros no Brasil sofreu forte stress devido à pressão inflacionária verificada e, ainda, em função das incertezas sobre as contas fiscais do governo. Com este cenário de elevação das taxas de juros futuros no mercado, abriu-se uma janela de oportunidade para converter a taxa de juros da operação da 4ª Emissão de **Debêntures Verdes (RANI14)**, de IPCA + 5,50% a.a. para CDI + 0,71% a.a. via uma operação de *Swap*. A taxa convertida de CDI + 0,71% a.a. é muito abaixo da taxa de juros da 3ª Emissão de **Debêntures Verdes (CELU13)** que foi emitida a CDI + 4,50% a.a. e que, ao final do 4T21, estava sendo negociada no mercado secundário a CDI + 2,45% a.a. A administração da Companhia entende ser saudável manter uma parte maior da dívida indexada ao CDI, uma vez que o financiamento da Plataforma Gaia, via FINAME (BNDES), está sendo contratado em IPCA +. Na mesma linha, o caixa da Companhia está aplicado em CDI e a dívida em CDI + garante maior alinhamento para fins de proteção. A contratação do *Swap* foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme exige a Política de Gestão Financeira.

A emissão possui Rating brAA+ pela S&P Global Ratings e é caracterizada como "Debêntures Verdes" com base em Parecer de Segunda Opinião emitido pela consultoria especializada SITAWI Finanças do Bem, com base nas diretrizes do *Green Bond Principles* de junho de 2018.

5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES VERDES (CRA - CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO)

Conforme Reunião do Conselho de Administração de 10 de agosto de 2022 ratificada pela Reunião do Conselho de Administração de 08 de setembro de 2022. Fato Relevante 11 de agosto de 2022 e Comunicado ao Mercado de 18 de outubro de 2022 a Irani concluiu a 5ª (quinta) emissão de 720.000 (setecentas e vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para colocação privada, com valor unitário de R\$ 1 mil cada, na data de sua emissão, no montante total de R\$ 720.000 mil, dos quais: (i) 486.307 (quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e sete) debêntures da 1ª Série, correspondentes ao valor de R\$ 486.307 mil, remuneradas a CDI + 1,40% a.a. em periodicidade semestral e amortizadas em parcela única no vencimento em 12 de agosto de 2027; (ii) 233.693 (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e noventa e três) debêntures da 2ª Série, correspondentes ao valor de R\$ 233.693 mil, remuneradas a CDI + 1,75% em periodicidade semestral e amortizadas em duas parcelas de igual valor, em 11 de agosto de 2028 e no vencimento em 13 de agosto de 2029.

As Debêntures não contam com qualquer garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Irani como garantia, e foram vinculadas a uma operação de securitização, servindo de lastro para a emissão e a distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 194ª (centésima nonagésima quarta) emissão da Eco Securitizadora De Direitos Creditórios Do Agronegócio S.A.

As Debêntures e, consequentemente, os CRA foram caracterizados como "debêntures verdes" e "CRA Verde" (*Green Bond*), respectivamente, com base em Parecer de Segunda Opinião emitido pela consultoria especializada NINT - Natural Intelligence Ltda.

Em 26 de setembro de 2022, a S&P Global Ratings atribuiu o rating 'brAA (sf)' aos CRAs da 194ª Emissão da Eco Securitizadora vinculada e lastreado pela 5ª Emissão Privada de Debêntures Verdes.

Mais de 80% dos CRAs foram subscritos por pessoas físicas.

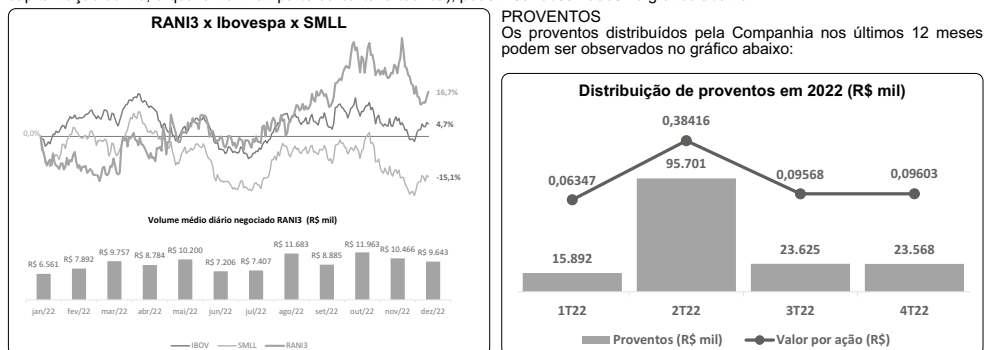
Os recursos líquidos obtidos pela Irani com a Emissão serão destinados exclusivamente às suas atividades no agronegócio, no âmbito da silvicultura e da agricultura, em especial por meio do emprego dos recursos em investimentos, custos e despesas relacionados com florestamento, reflorestamento, aquisição de defensivos agrícolas, adubos, madeira, serviços de manejo e colheita de florestas e derivados como resinas e de logística integrada de transporte, armazenagem, descascamento e picagem de madeira.

CAPITAL SOCIAL

A Companhia está listada no segmento especial da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado, mais elevado nível de governança corporativa da B3.

Todas as ações possuem direito a voto e *tag along* de 100%. Ao final de 2022, as ações ordinárias eram negociadas a R\$ 8,60. As ações da Companhia compõem atualmente os índices IGC-NM, IGCX, ITAG, IMAT, IBRA, SMLL, IGCT, IGPTV, IAGRO, IDIV e ISE da B3.

A performance e o volume de negociação da ação da Companhia no acumulado dos últimos 12 meses, em comparação com o índice Ibovespa (principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3) e com o SMLL (indicador do desempenho de empresas de menor capitalização da B3, o qual a Irani faz parte da carteira teórica), podem ser observados no gráfico abaixo:



O total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos nos últimos doze meses foi de R\$ 0,6393469 por ação, totalizando um montante de R\$ 158.786 mil, e equivalente a um *dividend yield* anual de 9,27%, considerando a cotação da ação em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 6,90.

De acordo com Política de Distribuição de Dividendos e JCP, a Administração está propondo a distribuição de 25% do Lucro Líquido (base para dividendos) referente ao 4T22 e 25% adicionais sobre o Lucro Líquido (base para dividendos) do ano de 2022, uma vez que a alavancagem operacional da Companhia encerrou o ano de 2022 abaixo de 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA). Essas distribuições, a serem deliberadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, corresponde a R\$ 0,086562 por ação referente ao 4T22 e R\$ 0,380621 por ação adicional referente ao ano de 2022.

PROGRAMA DE RECOMPRA

Em Reunião do Conselho de Administração de 17 de agosto de 2022, foi aprovado o novo Programa de Recomp. par. de ações de emissão da Companhia ("Programa de Recomp. par. 2022") com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. O programa passou a vigorar a partir de 18 de agosto de 2022 com limite de aquisição de até 9.833.806 ações ordinárias, representativas de 10% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia recomprou 1.487.700 ações, o que representa 15,13% do programa executado, ao valor de R\$ 11.642 mil, incluídos os custos de negociação, equivalente a um preço médio por ação recomprada de R\$ 7,82. O capital social da Irani, em 31 de dezembro de 2022, era representado por 246.359.319 ações ordinárias (RANI3) e a Companhia mantinha em tesouraria 1.487.700 ações ordinárias.

15. SUSTENTABILIDADE (ESG - ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE)

O compromisso com os tópicos ESG está na essência dos negócios da Irani a partir de um modelo de negócios integrado, com uso de recursos naturais renováveis, de economia circular (reciclagem) e de baixo carbono, utilizando energia renovável para a maior parte de seu consumo energético e tendo as pessoas no centro da estratégia. Com isso, praticamos uma gestão integrada que incorpora à estratégia a promoção de práticas robustas de governança e um círculo virtuoso de preservação ambiental, desenvolvimento humano e social, inovação e retorno econômico diferenciado.

Continuação...

Signatária do Pacto Global e do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção há mais de 15 anos, a Companhia aderiu ao Instituto Capitalismo Consciente com o intuito de contribuir com o movimento para transformar o jeito de se fazer investimentos e negócios no Brasil.

Também faz parte do **Movimento Nacional ODS SC** e do **Movimento Nacional ODS RS** e do núcleo catarinense do **Observatório Social Brasileiro**.

Contamos ainda com um longo histórico de compromisso com a transparência. Por isso, buscamos nos atualizar quanto às melhores práticas de gestão e relato sobre sua estratégia, desempenho e iniciativas de sustentabilidade. Desde 2006, divulgamos relatórios anuais acompanhando as principais tendências no reporte de informações de sustentabilidade. Em 2022, publicamos nosso segundo Relato Integrado. Assegurado pela KPMG Auditores Independentes, esse documento público adota as orientações para o relato integrado do **International Integrated Reporting Council** (IIRC), GRI Standard da **Global Reporting Initiative** (GRI), **Sustainability Accounting Standards Board** (SASB), relacionando as práticas relacionadas aos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU**. Todas as publicações estão disponíveis para consulta em <http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/relatorio-de-sustentabilidade/>.

Para assegurar a evolução de tópicos ESG, realizamos reuniões periódicas desde 2018 com gestores industriais e corporativos sob a liderança do Diretor-Presidente e com a participação de toda a diretoria, delineando as diretrizes necessárias para que a implementação da estratégia de sustentabilidade esteja alinhada ao planejamento estratégico da Companhia. Ao longo do tempo e no âmbito dessas discussões, foram instituídos grupos de trabalho para aprimorar e avançar na implementação de práticas aderentes aos ODS da ONU e no mapeamento de oportunidades que inspiraram um conjunto de compromissos a serem persistidos até 2030 nos âmbitos da:

- Segurança Ocupacional**

Zero acidentes de trabalho com afastamento

Redução de 38 para 25 acidentes de trabalho com afastamento de 2021 para 2022.

- Diversidade**

Ter 40% de mulheres no quadro da empresa e 50% de mulheres em cargos de liderança
Aumentar um avanço de 9% nos indicadores relacionados a Igualdade de Gênero, fechando 2022 com 22% de mulheres no quadro da empresa e 18% na liderança.

- Água**

Reduzir 30% do consumo de água por tonelada produzida

Aumento de 4% em comparação a 2021.

- Energia**

Ser autossuficiente em geração de energia renovável

52,04% de autogeração de energia e 67,25% de geração de energia renovável.

- Resíduos**

Zerar o envio de resíduos para aterro

Redução de 6.740 toneladas em relação ao volume total enviado ao aterro em 2021, equivalente a 28% de redução.

- Mudanças Climáticas**

Aumentar em 20% o saldo positivo entre emissões e remoções dos Gases de Efeito Estufa (GEE)

Redução de 88% do saldo positivo entre emissões e remoções dos Gases de Efeito Estufa (GEE), influenciado pela redução de estoque de carbono das áreas florestais de Santa Catarina, as quais tiveram impacto em razão das atividades de manejo e silvicultura (redução de área de parcerias não renovadas).

Em 2022, a Companhia passou a contar com um Núcleo de Sustentabilidade, uma estrutura horizontal e multidisciplinar com o desafio de cultivar e promover a sustentabilidade (ESG), engajando os colaboradores e as partes interessadas. As principais entregas realizadas por este núcleo foram o início de uma campanha sobre sustentabilidade denominada *Movimentos que criam futuros*, a análise de cenários para substituição de equipamentos alimentados por combustíveis não-renováveis e uma oferta de capacitação sobre leis de incentivo fiscal e elaboração de projetos para as comunidades no entorno.

Avançamos na avaliação do *Carbon Disclosure Project* (CDP), passando de índice D para B. Este fator contribuiu para que pudéssemos, pela primeira vez, integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) que reúne as empresas mais bem avaliadas em práticas de governança e sustentabilidade.

A estratégia de sustentabilidade da Companhia é suportada pela sua **Política de Sustentabilidade**, e por um **sistema de gestão certificado** pelas normas ISO 9001 e ISO 14001, esta última especificamente assegurando o Segmento Embalagens Sustentáveis (Papelaõ Ondulado). Combinando adequadas práticas de manejo e processos operacionais cada vez mais eficientes, a Irani vem se consolidando como uma empresa com balanço de carbono positivo para o clima ano após ano. Isto significa que a Companhia sequestra da atmosfera mais carbono do que emite, caracterizando-a como empresa de baixo carbono. Além disso, divulga anualmente o Inventário de Gases de Efeito Estufa, elaborado de acordo com a metodologia GHG Protocol e o primeiro do Brasil a ser certificado pela ISO 14064.

A Companhia dispõe, ainda, de dois projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo aprovados pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) e diversas práticas de incentivo à economia circular por meio de parcerias. Fazendo uso de alternativas e tecnologias capazes de reintroduzir os resíduos dos processos produtivos em novas cadeias de valor, fomenta o empreendedorismo, a geração de emprego e renda nas comunidades no entorno, além de evitar o envio destes resíduos para aterro, conferindo relevante contribuição ambiental. As práticas estão disponíveis para consulta em: <http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/gestao-ambiental/>.

15.1 Gestão do Desempenho Ambiental

Todas as unidades de negócio da Irani possuem licenças expedidas pelos órgãos competentes e renovadas sistematicamente antes do término de sua validade de forma a manter as operações da Companhia em plena atividade. As condicionantes aplicáveis são devidamente implementadas e as evidências são protocoladas junto aos órgãos ambientais de acordo com a periodicidade estipulada em cada licença. Monitoramentos constantes são realizados, assim como a implementação das ações necessárias visando o atendimento à legislação ambiental vigente. A Política de Sustentabilidade confirma o intuito da manutenção do atendimento aos requisitos legais aplicáveis, a melhoria contínua dos processos e reforça compromissos voluntários assumidos pela Companhia.

A efetividade do sistema de gestão ambiental se reflete nas certificações conquistadas:

- Forest Stewardship Council® (FSC®)**: instrumento voluntário e independente para assegurar que a matéria-prima utilizada pela Companhia seja manejada, extraída e beneficiada de uma maneira ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável, o que possibilita a fabricação de produtos com selo específico FSC®. As florestas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul possuem a certificação de manejo florestal (FSC®-C020437 / FSC®-C116791) e as unidades de papel, embalagem de papelão ondulado e resinas possuem a certificação FSC® de Cadeia de Custódia (FSC®-C009947).

- ISO 14064:2006**: dispõe sobre as diretrizes técnicas com princípios e requisitos para desenvolver, relatar e gerenciar inventários de Gases de Efeito Estufa (GEE). A Irani foi a primeira empresa brasileira a certificar um inventário de acordo com esta norma, comprovando que a Companhia é uma empresa com balanço de carbono positivo para o clima, o que significa que as florestas têm potencial de absorção superior às emissões provenientes dos seus processos produtivos.

- ISO 14001:2015**: especifica os requisitos para a implementação e a operação de um sistema de gestão ambiental. As unidades de embalagens já possuem esta certificação, corroborando com o comprometimento com as questões ambientais e práticas focadas em sustentabilidade.

Tal como citado no item 15, a Companhia adota diversas práticas a fim de minimizar os impactos decorrentes de suas atividades e de gerar valor na comunidade onde atua. Nesse sentido, destacam-se dois Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) aprovados pela ONU. Ambos os MDL s geram Reduções Certificadas de Emissões (CERs) comercializadas na forma de créditos de carbono em parceria com o Instituto Ekos Brasil no programa Compromisso com o Clima, com apoiadores e parceiros engajados na responsabilidade de buscar práticas que contribuam para a desaceleração das mudanças climáticas. Realizamos em 2022 o processo de renovação do período de créditos para mais sete anos do projeto *Irani Wastewater Methane Avoidance Project* na ONU, e auditamos os créditos gerados pelo projeto entre 2020-2021 no montante de 42.226 CERs. Para 2023, auditaremos os créditos gerados pelo projeto *Irani Biomass Electricity Generation Project* entre 2019-2022.

Do volume total de papel produzido pela Irani, 72,7% foi proveniente da reciclagem de aparas de papel, fomentando a economia circular. As fibras do papel podem ser recicladas inúmeras vezes. A taxa de reciclagem no Brasil é, hoje, uma das maiores do mundo, ficando em 87%. (Fonte: Empapel).

A busca por alternativas de economia circular é constante e contribui não somente para o nosso negócio, como minimizar os impactos ambientais, mas no incentivo ao empreendedorismo e à arrecadação de tributos, à geração de emprego e renda nas comunidades no entorno. O carvão oriundo da queima de biomassa na caldeira de cogeração da Irani é direcionado para uma empresa parceira, que transforma este resíduo em briquetes de carvão vegetal para churrasco e lareiras sob o nome comercial Carvão Ecomais.

De forma pioneira e inovadora, a Irani também implantou o projeto para recuperação de plástico (resíduo proveniente da reciclagem de aparas de papelão), gerando um novo subproduto denominado aparas mistas de plástico. Este subproduto é utilizado como matéria-prima para a indústria do plástico para produção de moudões, telhas e chapas de plástico reciclado, criando uma cadeia produtiva com valor agregado e com o benefício ambiental, ao evitar a disposição de resíduos plásticos em aterro.

Em 2022, geramos uma receita de R\$ 2.812 mil com venda de resíduos provenientes das Unidades Papel e Embalagem SC. Esta foi a maior receita registrada desde que iniciamos a prática, resultado potencializado pela valorização dos resíduos comercializados, como o carbonato de cálcio, a lixívia de sabão, as cinzas grossas de caldeira e as scutas metálicas. Atualmente, contamos com 18 empresas parceiras que atuam com suas atividades vinculadas aos nossos resíduos, fomentando e fortalecendo a economia circular e contribuindo para o alcance do compromisso ESG de zerar a destinação de resíduos não-perigosos para aterro até 2030. Em 2022, alcançamos a marca de destinação de 7,7% de todo o resíduo gerado para aterro.

Principais resíduos enviados para Aterro Unidade Papel e Embalagem SC (em toneladas)	2022	2021
Rejeitos do processo de papel reciclado¹	15.168,07	18.920,81
Outros²	605,38	402,86
Total	15.773,45	19.323,67
Percentual equivalente	7,70%	9,45%

NOTA: A melhoria na qualidade das aparas compradas para o processo produtivo de papel reciclado contribuiu para a redução da quantidade de plástico destinado a aterro.

¹ Compostos por resíduos de plástico do F5, tira trança da MP5 e peneira giratória da MP5.

² Compostos por resíduos de construção civil, resíduos plásticos em geral, entre outros.



Outras iniciativas de economia circular estão disponíveis em: <http://www.irani.com.br/praticas-sustentaveis/gestao-ambiental/>.

15.2 INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

Desenvolvimento de Pessoas

A Irani encerrou o ano de 2022 com 2.362 colaboradores. Busca alcançar a excelência por meio da gestão participativa e do investimento em programas, ações e benefícios que ofereçam, em um ambiente de trabalho agradável, condições de desenvolvimento pessoal e profissional para seus colaboradores. Alcançamos um índice de 86% da Pesquisa GPTW em 2022. Adicionalmente, foram investidos no ano de 2022 R\$ 43.926 mil em benefícios de alimentação, transporte, seguro de vida e plano de saúde, R\$ 1.959 mil em capacitação e aprimoramento pessoal, R\$ 10.596 mil no Programa de Participação nos Resultados - PPR e R\$ 7.036 mil no programa de SUPERA.

As pessoas são os propulsores para cumprir a missão e os catalisadores para atingir a visão. Por isso, formar equipes de alta performance e fazer com que as pessoas desenvolvam o máximo de seu potencial pessoal e profissional são parte da estratégia. Este estímulo ao desenvolvimento é oferecido aos colaboradores por meio de cinco programas estruturantes: GERA, CRESCER, CUIDA, MOTIVA e SUPERA. O Programa GERA dispõe de um conjunto de processos que visa atrair, engajar e acompanhar a trajetória dos profissionais da Irani, buscando assegurar que estejam adequados e integrados à cultura organizacional. Assim, ao acompanhar todo o ciclo do vínculo profissional, espera-se que o desenvolvimento das pessoas seja reconhecido como mérito de ambas as partes. O Gera Diversidade tem a diversidade com uma de suas frentes e suas atividades são conduzidas respeitando a diversidade e a igualdade de oportunidades independentemente de gênero, idade, etnia, religião, nacionalidade, estado civil, orientação sexual e deficiência de qualquer natureza, alinhando-se aos nossos valores para que sejamos cada vez mais diversos e inclusivos. Os dois últimos – Protagonismo e Diversidade & Inclusão – são valores “novos” que passaram a fazer parte dos direcionadores em 2021, quando ocorreu a revisão da Intenção Estratégica para o ciclo 2021/2030. Entre essas, porque embora sejam novos enquanto valores escritos, já eram praticados pela Irani. Eles refletem algo que se acredita, pratica, estimula nos colaboradores e acontece no dia a dia. E se somam ao Propósito, que também foi incorporado aos direcionadores em 2021: transformar a vida das pessoas com atitudes e soluções sustentáveis.

Desde o início da jornada, ocorreu um avanço de 9% nos indicadores ESG relacionados a Igualdade de Gênero, fechando 2022 com 22% de mulheres no quadro e 18% na liderança e com R\$ 500 mil investidos no ano de 2022 em ações afirmativas e desenvolvimento de lideranças e colaboradores no tema da Diversidade e Inclusão. Abaixo as principais ações:

- Capacitação ao time de atração sobre vieses inconscientes e como eles impactam a tomada de decisão;
- Por mais um ano consecutivo, foi promovido o “Encontro com a Diversidade”, *on-line* e aberto para ao público externo, parceiros, amigos, familiares assistirem. Com 142 participantes simultâneos pelo Zoom, totalizando 267 visualizações pelo YouTube e novos inscrtos no canal;
- Reafirmado o compromisso com o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+;
- Criação do primeiro banco de talentos LGBTI+ com um aproveitamento de 6% com candidatos contratados;
- Patrocínio à Feira DiverS/A 2022! A maior feira de empregabilidade LGBTI+ da América Latina.
- Assinatura da carta aberta aos presidentáveis, de apoio à diversidade, ao respeito e à inclusão de pessoas LGBTI+ nos ambientes de trabalho brasileiros;
- 1º Programa de Mentoria Feminina, com participação de 20 mulheres convidadas com objetivo de fortalecer a autoconfiança e promover ampliação da consciência, avançando possibilidades de atuação, carreira e desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres. Essas participantes disseminaram os aprendizados com outros grupos de colaboradores, totalizando 80 pessoas que refletiram sobre a jornada de equidade, respeito e liberdade para todos;
- Lançamento do projeto Eu valorizo a Diversidade, programa de indicação de grupos minorizados na empresa. O objetivo é, por meio de ações afirmativas, buscar o engajamento de todos para ser uma empresa cada vez mais diversa e inclusiva. Desde seu início, em março/22, teve mais de 50 indicações e se encerra em abril/23;
- Foi realizado, durante a iniciativa piloto na unidade de Indaiatuba, o programa + Delas na Operação que visa oportunizar a profissionalização de mulheres na área industrial, promovendo a equidade de gênero. Resultando na contratação de duas estagiárias para a área Manutenção Industrial da unidade;
- Capacitações das lideranças também foi o foco com iniciativas de Inclusão da temática no Programa Lídera, Jornada Plural com os Diretores: (Re)aprendizados sobre o tema e o papel da alta liderança e Mentoria com CEO: Apoio ao desenvolvimento com relação ao tema. O Programa CRESCER atua como parceira das lideranças, buscando entender a realidade de cada unidade e áreas de apoio. Esses programas, inspirados pelo Planejamento Estratégico da Companhia, têm ainda como objetivos fortalecer a cultura de aprendizagem e oferecer melhores soluções para ajudar as lideranças a promoverem um ambiente estimulante para equipes de alta performance. Nesse sentido, temos um olhar estruturado de Educação Corporativa para fortalecer a cultura de aprendizagem com três escolas internas: ITEC (Técnica), DNA (Cultura) e LÍDERA (Liderança).
- O Programa CUIDA foi estruturado para propiciar mudanças comportamentais e melhorar as condições físicas do ambiente de trabalho. É constituído por um conjunto de procedimentos práticos e aplicáveis dentro de um modelo de gestão integrada de saúde e segurança, que visa a redução de acidentes, o aumento de percentual de atendimento à legislação e o maior acultramento dos colaboradores quanto aos temas de saúde e segurança.

Pelo Programa MOTIVA, a Companhia trabalha o clima organizacional por meio de práticas de gestão de pessoas e de clima organizacional. A atuação das lideranças, dos colaboradores e dos grupos de apoio na gestão do clima, assim como na pesquisa e na monitoria de clima, é um dos meios utilizados para se criar um dos melhores ambientes para trabalhar.

Já o Programa SUPERA é um programa de avaliação anual com base em competências e de gestão de resultados com o objetivo de oportunizar o autoconhecimento, o desenvolvimento das pessoas, o fortalecimento da cultura de *feedback*, a identificação de talentos e o reconhecimento dos colaboradores.

Sociedade

Os investimentos sociais da Irani buscam atender ao objetivo estratégico de promover o desenvolvimento das comunidades do entorno, no intuito de compartilhar valor e gerar prosperidade para todos os públicos impactados pelos negócios da Companhia.

Nossos grupos de voluntariado seguem atuantes em todas as unidades de negócio, fomentando oportunidades de aprimoramento de competências e desenvolvimento comunitário. No total, mobilizamos 495 voluntários da companhia em 29 ações realizadas.

Aportes de recursos próprios e via leis de incentivo foram realizados ao longo de 2022. Foram direcionados mais de R\$ 3,2 milhões para a realização de projetos nas áreas de cultura, educação ambiental e esporte por meio de leis federais de incentivo fiscal, além de aportes para Fundos da Infância e Adolescência e Fundo do Idoso.

No âmbito do investimento social privado, também buscamos estabelecer parcerias sólidas para o desenvolvimento de projetos nas áreas de cidadania, educação socioambiental, cultura, esporte e inclusão social. Em 2022, foram investidos quase R\$ 267 mil em projetos como:

- Projeto Aluno Destaque, que objetiva incentivar e desenvolver os cinco melhores alunos da E.E.B. Galeazzo Paganelli, em Campina da Alegria (SC).

- Parceria com a Associação Junior Achievement nos Estados de SC, RS e MG, incentivando o empreendedorismo em jovens de escolas públicas e privadas.
- Núcleos de iniciação ao voleibol em parceria com a Associação Joaçabense de Voleibol (AJOV), compartilhando técnicas esportivas on-line para, em média, 300 alunos.
- Projeto Broto do Galho, com um núcleo produtivo de artesanato a partir de resíduos industriais na comunidade de Campina da Alegria, gerando ocupação produtiva e renda extra.
- Coral para a comunidade de Campina da Alegria e entorno com aulas regidas por maestro e produção de vídeos especiais para campanhas internas da Companhia.
- Aporte de recursos no 20º Fundo de Apoio a Projetos Sociais (FAPS), promovido pelo Instituto Guga Kuerten, contribuindo com a realização de 30 projetos da região do Alto Irani, Alto Uruguai, Meio Oeste e Planalto Sul catarinense.

Nossas doações institucionais somaram R\$ 642 mil contribuindo com diversas iniciativas das comunidades no entorno nas áreas da saúde, cultura e lazer, atividades assistenciais e cidadania.

15.3 Governança

A Companhia está listada no segmento especial Novo Mercado da B3, o mais elevado nível de governança corporativa do País. Possui Conselho de Administração composto por cinco membros, dos quais dois são independentes. Como suporte ao Conselho de Administração, a Companhia possui três comitês: Comitê de Auditoria, Comitê de Estratégia e ESG e Comitê de Pessoas. Todas as ações da Companhia são negociadas na B3 (RANI3) e possuem direito a voto e *tag along* de 100%. A diretoria estatutária é composta por cinco diretores. Como suporte à diretoria estatutária, funcionam dois comitês: Comitê de Ética e Comitê de Investimentos, e quatro núcleos: Núcleo de Sustentabilidade (ESG), Núcleo de Gestão de Pessoas, Núcleo de Inovação e Núcleo de Diversidade e Inclusão.

Desde o início da crise sanitária, a Companhia adotou as mais rigorosas normas de higiene e segurança para continuar produzindo insumos que são essenciais neste momento. Ciente da importância para as comunidades nas quais atua e o do seu papel no cenário econômico brasileiro, a Irani também participou de iniciativas para o combate à COVID-19, com ações que contam com a mobilização de diferentes recursos e experiências da Companhia, com foco em saúde e assistência social, priorizando o cuidado com as comunidades nas regiões onde a empresa possui operações.

15.4 Prêmios e Reconhecimentos

A Companhia recebeu, em 2022, os seguintes reconhecimentos:

- Rating ‘A’ Pesquisa Humanizadas**: A 3ª edição da pesquisa Empresas Humanizadas destacou empresas com elevado nível de maturidade de gestão e de qualidade das relações com *stakeholders*. A Irani está entre as 11 organizações que alcançaram o Índice A, sendo a primeira vez que participa do estudo, além do importante reconhecimento no Prêmio Melhores para o Brasil, destinado às organizações que se destacaram na pesquisa.

- Prêmio Nacional da Inovação**: Com mais de 2 mil empresas participantes e apenas 44 selecionadas, figura entre as 3 empresas finalistas da categoria Grandes Empresas: Inovação em Sustentabilidade do Prêmio Nacional da Inovação.

- Certificado de Energia Renovável e o Selo Energia Renovável**: O certificado de Energia Renovável emitido pela Electra afirma que a Irani consome energia a partir de fontes renováveis (energia produzida a partir de fontes limpas, como eólica, solar, pequenas centrais hidrelétricas ou centrais geradoras hidrelétricas).

- 20 Empresas Mais Ágeis do País**: 6º lugar na categoria de Times de até 100 pessoas e a entrada para o *Ranking* dos Cases Mais Ágeis do Brasil com o “Uso de metodologia ágil em jurídico interno tradicional”.

- Prêmio Campeãs da Inovação**: Reconhecimento pela Revista Amanhã com mais um Prêmio Campeãs da Inovação.

- Prêmio Melhores e Maiores, na categoria Papel e Celulose**: O prêmio Melhores e Maiores, da EXAME, busca reconhecer as empresas que apresentaram maior crescimento no último ano a partir de três importantes critérios: responsabilidade social, ambiental e compliance corporativo, resultados contábeis e crescimento dentro do segmento.

- Troféu Transparência - Prêmio ANEFAC**: Pelo 2º ano consecutivo, a Irani foi reconhecida com o Troféu Transparência, figurando entre as dez empresas com demonstrações financeiras mais transparentes do País em 2022, na categoria Receita Líquida Abaixo de R\$ 5 bilhões.

- Empresas que melhor se comunicam com jornalistas**: Promovida pela Plataforma Negócios da Comunicação e pelo CECOM - Centro de Estudos da Comunicação, a 12ª Pesquisa Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas convidou 25 mil jornalistas de todo o País para nomear, de forma livre e direta, as empresas com ações de comunicação mais eficientes e que construíram um bom relacionamento com os profissionais das redações, a Irani está entre as 3 melhores empresas que se comunicam com os jornalistas.

- 10 Melhores Empresas para Trabalhar GPTW - Rio Grande do Sul 2022**: A conquista do 8º lugar no *ranking* significa mais um passo na caminhada para valorização das diferenças, virtudes e forças de cada um.

- Top 5 Papel e Celulose da Premiação Época NEGÓCIOS 360º**: A premiação destaca as melhores empresas do País a partir de critérios que vão além do desempenho financeiro e consideram também as práticas de RH, capacidade de inovar, responsabilidade socioambiental, visão de futuro e governança corporativa.

- Prêmio Grandes Cases de Embalagem**: Por meio do projeto Vitabox, desenvolvido em conjunto com a Papirus, para o Grupo Pão de Açúcar (ChefTime) que recebeu pelo case da embalagem. Essa premiação é resultado de investimentos constantes em tecnologia no desenvolvimento de produtos naturalmente sustentáveis e renováveis.

- Ranking Top Open Corps 3º lugar na categoria Florestal, Celulose e Papel e Ranking TOP 100 Open Corps**: Esse reconhecimento é fruto de uma cultura fortalecida pela inovação e por importantes investimentos realizados em iniciativas como Irani Labs e Irani Ventures.

- 5ª posição do ranking GPTW SC, categoria empresas de grande porte**: Este é o 4º ano consecutivo que a Irani está entre as Melhores Empresas para Trabalhar GPTW - Santa Catarina 2022, desta vez na 5ª posição do *ranking*, categoria empresas de grande porte.

- Destaque Saúde Emocional 2022**: A organização se dedica a cuidar das pessoas de maneira ativa e preventiva em que cada colaborador sente que está inserido em um ambiente de confiança onde pode se desenvolver e encontrar equilíbrio emocional.

- Prêmio Top Ser Humano ABRH-RS na Categoria Organização, com o case**: Cultivando o Clima para Protagonizar o Futuro: A premiação promovida pela ABRH-RS destacou, mais uma vez, excelentes exemplos de gestão com foco na valorização das pessoas.

- Certificação de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**: Mais uma vez, a Irani recebeu a Certificação de Responsabilidade Social da ALESC.

- Indústria GPTW Estamos entre as 20 Melhores Empresas para Trabalhar**: Figurar mais uma vez como uma das melhores indústrias para se trabalhar no Ranking GPTW avançando 19 posições em relação ao último ano.

- Prêmio Valor Inovação Brasil e entre as empresas mais inovadoras do País**: A conquista da terceira posição no ranking da categoria Papel e Celulose é fruto dos investimentos realizados e da colaboração de todos que colocam em prática, no seu cotidiano, o valor da inovação em busca de novas soluções.

- Melhores em Gestão® - ciclo 2021**: Pela primeira vez, estamos na lista das Melhores em Gestão® - ciclo 2021, recebendo o bronze e figurando entre as 10 empresas reconhecidas. O Prêmio Melhores em Gestão® é uma iniciativa da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), que reconhece práticas de gestão, resultados e suas evidências nas organizações, realizando o Diagnóstico de Maturidade da Gestão (DMG) e identificando oportunidades de melhoria contínua do Modelo de Excelência da Gestão® (MEG).

16. SERVIÇOS DE AUDITORIA

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22, informamos que, durante o exercício de 2022, a KPMG Auditores Independentes prestou serviço de auditoria das demonstrações financeiras no montante de R\$ 648 mil.

Também prestou serviços de verificação do Relato Integrado da Companhia referente ao ano de 2021 por meio da KPMG Assessores Ltda., no montante de R\$ 31 mil.

Foram prestados outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras em 2022, principalmente referentes à 5ª Emissão de Debêntures simples privada (CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio). Os honorários totais desse serviço totalizaram R\$ 415 mil.

WEBINAR DE RESULTADOS

Em português (com tradução simultânea em inglês):

Data e Horário: segunda-feira, 27 de fevereiro de 2023 às 12h00 (Brasília)

Inscreva-se: https://irani.zoom.us/webinar/register/WN_Inpe_HMAQXCSPBBemMKEk5g

A videoconferência ficará disponível no website da Companhia.

A tradução simultânea em inglês estará disponível no acesso pelo aplicativo no computador ou celular.

17. PERSPECTIVAS

O ano de 2023 iniciou trazendo inúmeras incertezas no front econômico, tanto mundial como local. No âmbito global, pairam muitas dúvidas sobre o comportamento da inflação e, consequentemente, dos juros e seus efeitos. Há previsões de possível recessão na Europa e nos EUA, em menor ou maior grau. No âmbito local, o Brasil está passando por uma transição política, que naturalmente provoca instabilidades até ficar claro para o mercado e para a sociedade a direção das estratégias do novo governo. Além disso, o Brasil segue no processo de combate à inflação com juros elevados. Este cenário de incertezas sobrepostas torna bastante difícil qualquer previsão sobre o desempenho econômico do Brasil e do setor de embalagens para o ano de 2023. Neste sentido, uma boa dose de cautela é recomendada, com preservação de liquidez e austeridade em custos até que a visibilidade melhore.

Apesar do cenário desafiador, acreditamos que a força da tendência secular em sustentabilidade (ESG) e o forte posicionamento da Companhia oferecerão boas oportunidades ao longo do ano. Seguimos fortes e nosso otimismo continua o mesmo!

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a cada um dos nossos colaboradores pelo empenho neste exercício, aos nossos acionistas e credores pela confiança, e aos nossos clientes, fornecedores e comunidades de entorno, pelo apoio e estímulo, indispensáveis ao crescimento e ao desenvolvimento da Irani durante o ano de 2022.

Porto Alegre, fevereiro de 2023.

A Diretoria.

Continua...

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)											
ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21			31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
CIRCULANTE											
Caixa e equivalentes de caixa	5	702.762	11.050	735.194	30.410	Empréstimos e financiamentos	16	47.533	69.142	47.533	69.142
Aplicações financeiras	5	314.014	475.858	314.014	475.858	Debêntures	17	226.062	22.190	226.062	22.190
Contas a receber de clientes	6	258.215	255.039	258.472	255.345	Instrumentos financeiros derivativos - swap	18	-	52	-	52
Estoques	7	132.123	122.007	133.758	123.058	Passivo de arrendamento	34	7.025	6.950	7.025	6.950
Tributos a recuperar	8.a	28.554	20.888	28.639	20.898	Fornecedores	19	199.312	151.042	175.313	133.718
Instrumentos financeiros derivativos - swap	18	131	-	131	-	Obrigações sociais e previdenciárias	-	55.749	48.330	56.385	48.898
Outros ativos	9	32.059	11.677	32.411	11.954	Obrigações tributárias	-	19.162	20.661	19.447	20.982
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	2.562	41.200	2.562	41.200	IRPJ e CSLL a pagar	-	2.907	3.125	3.402	3.569
Total do ativo circulante		1.470.420	937.719	1.505.181	958.723	Parcelamentos tributários	21	5.941	9.081	5.941	9.081
						Adiantamento de clientes	-	2.569	3.063	2.569	3.118
						Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	23.b	22.120	16.345	22.120	16.345
						Outras contas a pagar	-	11.470	10.263	11.633	10.564
						Total do passivo circulante		599.850	360.244	577.460	344.609
NÃO CIRCULANTE											
Contas a receber de clientes	6	984	2.123	984	2.123	NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	8.a	46.016	12.284	46.016	12.284	Empréstimos e financiamentos	16	412.672	236.862	412.672	236.862
IRPJ e CSLL a recuperar	8.b	28.843	25.665	28.843	25.665	Debêntures	17	1.105.908	564.127	1.105.908	564.127
Depósitos judiciais	-	407	378	708	660	Instrumentos financeiros derivativos - swap	18	-	367	-	367
Outros ativos	9	5.086	4.526	5.113	4.553	Passivo de arrendamento	33	13.662	16.116	13.662	16.116
Instrumentos financeiros derivativos - swap	18	916	-	916	-	Obrigações sociais e previdenciárias	-	14.549	12.509	14.549	12.509
Outros investimentos	12.b	-	-	1.500	-	Outras contas a pagar	-	59	59	59	59
Total do ativo realizável a longo prazo		82.252	44.976	84.080	45.285	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	22	27.926	19.463	28.095	19.813
						Parcelamentos tributários	21	2.511	7.662	2.511	7.662
						Obrigações tributárias	-	-	205	-	205
Investimentos em controladas	12.a	218.265	159.369	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	228.970	200.858	235.337	205.533
Propriedade para investimento	13	18.524	21.367	18.524	21.367	Total do passivo não circulante		1.806.257	1.058.228	1.812.793	1.063.253
Ativo biológico	15	195.958	109.798	343.727	219.056	TOTAL DO PASSIVO		2.406.107	1.418.472	2.390.253	1.407.862
Imobilizado	14.a	1.389.748	941.868	1.407.801	960.056	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Direito de uso de ativos	33	21.988	24.474	21.988	24.474	Capital social	23.a	543.934	543.934	543.934	543.934
Intangível	14.b	134.037	136.339	134.037	136.339	Reserva de capital	-	960	960	960	960
Total do ativo não circulante		2.060.772	1.438.191	2.010.157	1.406.577	Reservas de lucros	23.e	454.968	292.131	454.968	292.131
						Ações em tesouraria	23.c	(11.642)	(25.399)	(11.642)	(25.399)
						Ajustes de avaliação patrimonial	23.f	136.865	145.812	136.865	145.812
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	-	1.125.085	957.438	1.125.085	957.438
						Participação dos não controladores	-	-	-	-	-
						Total do patrimônio líquido		1.125.085	957.438	1.125.085	957.438
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.531.192	2.375.910	3.515.338	2.365.300

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)												
	Nota explicativa	Capital social			Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação atribuível aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
		Capital social	Custos na emissão de ações	Ações em tesouraria	Pagamento baseado em ações	Legal	Estatutária de ativos biológicos					
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2021		566.895	(22.961)	(6.834)	960	4.538	10.636	73.171	4.990	154.759	786.154	786.160
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	285.313	-	-	285.313
Realização - custo atribuído	23.f	-	-	-	-	-	-	-	8.947	-	-	8.947
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	23.d	-	-	-	-	(3.557)	-	-	3.557	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(3.557)	-	(8.947)	297.817	-	285.313	285.313
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	-	-	-	-	-	-	285.313	-	285.313
Aumento/Redução de capital de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Diluição de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Ações em tesouraria	23.c	-	-	(18.565)	-	-	-	-	-	(18.565)	-	(18.565)
Destinações propostas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	23.e	-	-	-	-	14.266	-	-	(14.266)	-	-	-
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	(24.576)	-	(70.888)	(95.464)	-	(95.464)
Dividendos adicionais propostos	23.d	-	-	-	-	-	70.888	-	(70.888)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	23.e	-	-	-	-	-	141.775	-	(141.775)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	(18.565)	-	14.266	-	-	(297.817)	(114.029)	(6)	(114.035)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		566.895	(22.961)	(25.399)	960	18.804	7.079	261.258	4.990	145.812	957.438	957.438
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	378.210	-	-	378.210
Realização - custo atribuído	23.f	-	-	-	-	-	-	-	8.947	-	-	8.947
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	23.d	-	-	-	-	(4.567)	-	-	4.567	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(4.567)	-	-	(8.947)	391.724	378.210	378.210
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	-	-	-	-	-	-	378.210	-	378.210
Ações em tesouraria	23.c	-	-	(46.471)	-	-	-	-	-	(46.471)	-	(46.471)
Destinações propostas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	23.e	-	-	-	-	18.910	-	-	(18.910)	-	-	-
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	(70.888)	-	(93.204)	(164.092)	-	(164.092)
Dividendos adicionais propostos	23.d	-	-	-	-	-	93.204	-	(93.204)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	23.e	-	-	60.228	-	-	126.178	-	(186.406)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	13.757	-	18.910	-	-	(391.724)	(210.563)	-	(210.563)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		566.895	(22.961)	(11.642)	960	37.714	2.512	409.752	4.990	136.865	1.125.085	1.125.085

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)						
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21			31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	25	1.678.519	1.599.932	1.686.666	1.605.834	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Varição do valor justo dos ativos biológicos	15, 26	82.430	28.689	139.003	43.849	Lucros antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)		515.486	389.415	518.360	390.213
Custo dos produtos vendidos	26	(1.020.966)	(1.019.023)	(1.017.597)	(1.017.659)	Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido obtido das atividades operacionais:					
LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		739.983	609.598	808.072	632.024	Varição do valor justo dos ativos biológicos	15.a	(82.430)	(28.689)	(139.003)	(43.849)
Com vendas	26	(130.926)	(106.286)	(133.873)	(108.620)	Depreciação, amortização e exaustão	13, 14, 15 e 33	75.461	73.644	103.028	92.444
Perdas por impairment contas a receber		(523)	(173)	(512)	56	Resultado na alienação de ativo imobilizado		(11.990)	(2.516)	(11.990)	(2.516)
Gerais e administrativas	26	(91.841)	(79.225)	(93.969)	(81.094)	Equivalência patrimonial	12	(63.510)	(18.352)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	15.561	7.503	15.597	7.490	Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	22	9.832	2.314	9.664	2.516
Participação dos administradores	20	(15.452)	(14.032)	(15.452)	(14.032)	Provisão para impairment de contas a receber de clientes	6	443	(83)	431	(350)
Resultado da equivalência patrimonial	12	63.510	18.352	-	-	Varições monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap		125.849	61.831	125.849	61.831
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		580.312	435.737	579.863	435.824	Juros sobre passivos de arrendamento		2.389	2.297	2.389	2.297
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	28	(64.826)	(46.322)	(61.503)	(45.611)	Juros sobre aplicações financeiras		(43.969)	(16.835)	(43.969)	(16.385)
Receitas financeiras		99.423	52.487	102.825	53.261	Participação dos administradores	20	6.410	10.830	6.410	10.830
Despesas financeiras		(164.249)	(98.809)	(164.328)	(98.872)	Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS		(502)	-	(502)	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		515.486	389.415	518.360	390.213	(Aumento) diminuição de ativos:		533.971	473.804	571.169	496.529
Imposto de renda e contribuição social corrente	29	(109.164)	(62.088)	(110.346)	(62.477)	Contas a receber		20.804	(48.875)	20.865	(47.844)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	(28.112)	(42.014)	(29.804)	(42.423)	Estoques		(10.116)	(29.169)	(10.700)	(30.081)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		378.210	285.313	378.210	285.313	Impostos a recuperar		(44.743)	41.271	(44.818)	41.273
Lucro atribuível a:						Outros ativos		(21.388)	(617)	(21.482)	(702)
Acionistas controladores		378.210	285.313	378.210	285.313	Dividendos recebidos		16.991	14.080	-	-
		378.210	285.313	378.210	285.313	Aumento (diminuição) de passivos:					
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$	24	1,5248	1,1342	1,5248	1,1342	Fornecedores		71.106	34.650	62.967	26.704

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Irani Papel e Embalagem S.A.** ("Companhia"), é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, segmento Novo Mercado, e com sede na Avenida Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Edifício João Benjamin Zaffari, Bairro Boa Vista, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagens sustentáveis, tais como papelão ondulado, papel para embalagens e industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas (recurso natural renovável) e a reciclagem de papel. As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº 4. Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda., ambas empresas do Grupo Habitasul.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As operações da Companhia não apresentam características cíclicas ou sazonais que poderiam afetar a comparabilidade e interpretação dessas demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 23 de fevereiro de 2023.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos menos despesas para vender, instrumentos financeiros derivativos – *swap* e instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas notas explicativas nº 15, nº 18 e nº 31, respectivamente.

2.1. Novas alterações de pronunciamentos ainda não vigentes

A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As mesmas serão aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. As seguintes alterações em normas vigentes não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1);
 - IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS17 Contratos de Seguro;
 - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2);
 - Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8);
 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alteração ao CPC 32/IAS 12).
- 2.2. Novas alterações em pronunciamentos técnicos adotados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Foram emitidas as seguintes revisões das normas abaixo pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2022 pela Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação:
- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
 - Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
 - Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
 - Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Ativos financeiros

A Companhia, no reconhecimento inicial de um ativo financeiro, classificou seus ativos como a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

c.1) Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*, quando necessário. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c.2) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado
 Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

c.3) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os créditos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes. A Companhia utiliza percentuais distintos conforme o prazo de vencimento, de forma a mensurar a probabilidade de perda, aumentando o percentual da provisão de risco de crédito conforme os títulos ficam vencidos a mais tempo. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida do ativo.

d) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

e) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos Financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

f.1) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como o custo da margem de juro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

g) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio ponderado móvel de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e gastos necessários para realizar a venda.

O custo da matéria transferida de ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

i) Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas pelo método do custo, sendo seu valor justo divulgado em nota explicativa. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que se encontra alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

j) Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

k) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por *goodwill*), licenças de *softwares*, marca e carteira de clientes.

O *ágio* é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O *ágio* de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de ganho por compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O *ágio* é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre *ágio* não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do *ágio* relacionado com a entidade vendida.

O *ágio* é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou.

Os *softwares* são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas registradas na Companhia não possuem vida útil definida e por esse motivo não estão sendo amortizadas.

A carteira de clientes, adquirida em uma combinação de negócios, é reconhecida pelo valor justo na data da aquisição e é contabilizada pelo seu valor justo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

l) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas plantadas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidos os custos para vender. A variação de cada período é reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa nº 15.

m) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("Impairment")

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do *ágio*, o valor recuperável é testado anualmente, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O *ágio* de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer *ágio* alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao *ágio* não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros para suas operações continuadas.

n) Imposto de renda e contribuição social (Corrente e diferido)

São registrados pelo valor líquido original (captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pela inflação) e os representantes dos empregados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

p) Arrendamento
 p.1) Definição de arrendamento
 De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

p.2) Como arrendatário
 A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 34.

p.3) Como arrendador
 A Companhia arrenda suas propriedades para investimento conforme nota explicativa nº 13. A Companhia continua classificando esses arrendamentos como arrendamentos operacionais, conforme CPC 06, não havendo impactos em suas demonstrações financeiras.

q) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, formal ou não formal, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante considerado, pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

r) Benefícios a empregados

Participação nos resultados
 A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados, com base em metodologia própria de apuração que leva em conta o lucro atribuído a cada um dos segmentos operacionais. As provisões são reconhecidas em relação aos termos de acordo firmados entre a Companhia e os representantes dos empregados os quais são anualmente revisados.

s) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 14), avaliação do valor justo dos ativos mantidos para venda (nota explicativa nº 10), a realização dos créditos tributários diferidos (nota explicativa nº 11), provisões para *impairment* de contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 15), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 22), além de redução do valor recuperável de ativos não financeiros (nota explicativa nº 14) e julgamentos relacionados à apuração do crédito tributário de PIS e COFINS (nota explicativa nº 8).

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

t) Reconhecimento das receitas

As etapas para o reconhecimento da receita compreendem: i) a identificação do contrato com o cliente; ii) a identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; e v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

u) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período (nota explicativa nº 33).

v) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Irani Papel e Embalagem S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)			
Empresas controladas - participação direta	Atividade	31.12.22	31.12.21
Habitasul Florestal S.A.	Produção florestal	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável S.A. *	Geração de energia elétrica	100,00	100,00
Irrafior - Comércio de Madeiras LTDA	Comércio de madeiras	100,00	100,00
Irani Soluções para E-Commerce LTDA **	Comércio eletrônico de embalagens	100,00	100,00
Irani Ventures LTDA	Participação em outras sociedades ou empreendimentos	100,00	100,00

* não operacional.

** Anteriormente Irani Geração de Energia Sustentável LTDA.

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Fundo fixo	15	19	17	20
Bancos	5.293	7.470	5.302	7.544
Aplicações financeiras de liquidez imediata i)	697.454	3.561	729.875	22.846
Total de caixa e equivalentes de caixa	702.762	11.050	735.194	30.410
Aplicações financeiras ii)	314.014	475.858	314.014	475.858
Total de aplicações financeiras	314.014	475.858	314.014	475.858
Total caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	1.016.776	486.908	1.049.208	506.268

i) As aplicações financeiras de liquidez imediata têm a finalidade de atender a necessidade de caixa imediata da Companhia.
ii) As aplicações financeiras têm a finalidade de atender os compromissos não imediatos da Companhia, que se referem basicamente aos investimentos da plataforma Gaia, conforme descrito na nota explicativa nº 14.
As aplicações financeiras de liquidez imediata sem carência e as aplicações financeiras com carência inferior a 86 dias são remuneradas com renda fixa, à taxa média de 103,0% do CDI (102,8 % em 31 de dezembro de 2021). A gestão do caixa é realizada de acordo com a Política de Gestão Financeira da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de julho de 2021.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	242.583	243.435	242.840	243.753
Clientes - partes relacionadas	259	242	259	242
Clientes - mercado externo	24.726	33.035	24.726	33.035
Clientes - renegociação	2.687	10.902	2.687	10.902
	270.255	287.614	270.512	287.932
Perdas estimadas em contas a receber de clientes	(11.056)	(30.452)	(11.056)	(30.464)
	259.199	257.162	259.456	257.468
Parcela do circulante	258.215	255.039	258.472	255.345
Parcela do não circulante	984	2.123	984	2.123

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
À vencer	244.812	247.689	244.993	247.952
Vencidos até 30 dias	12.293	7.431	12.371	7.474
Vencidos de 31 a 60 dias	1.717	2.627	1.717	2.627
Vencidos de 61 a 90 dias	431	49	431	49
Vencidos de 91 a 180 dias	111	335	111	335
Vencidos há mais de 180 dias	10.891	29.483	10.889	29.495
	270.255	287.614	270.512	287.932

A Companhia constituiu provisão para perdas estimadas em contas a receber de clientes para parte relevante das contas a receber vencidas há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões para *impairment* de contas a receber para os títulos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor, a análise prospectiva e análises históricas de perda obtidas pela Companhia. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2022:

	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto em 31.12.2022	Provisão para perda estimada em 31.12.2022
A vencer	0,23%	244.993	(559)
Vencidos até 30 dias	0,24%	12.371	(30)
Vencidos de 31 a 180 dias	43,20%	2.259	(976)
Vencidos acima de 181 dias	87,16%	10.889	(9.491)
		270.512	(11.056)

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.
A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de dezembro de 2022 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia. Em geral, 97% dos títulos de contas a receber não possuem histórico de inadimplência.
A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Saldo no início do exercício	(30.452)	(30.535)	(30.464)	(30.814)
Provisões para perdas reconhecidas	(443)	-	(431)	-
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	19.839	-	19.839	-
Reversão de provisões para perdas reconhecidas	-	83	-	350
Saldo no final do exercício	(11.056)	(30.452)	(11.056)	(30.464)

Parte dos recebíveis, no valor de R\$ 50.000 está cedida como garantia de algumas operações financeiras (R\$ 83.793 em 31 de dezembro de 2021), conforme divulgado nas notas explicativas nº 16 e nº 17, em 31 de dezembro de 2022.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Produtos acabados	64.799	59.353	66.096	60.213
Materiais de produção	37.978	35.551	38.034	35.589
Materiais de consumo	28.647	26.367	28.929	26.520
Outros estoques	699	736	699	736
	132.123	122.007	133.758	123.058

Para o exercício de 2022, a Companhia não reconheceu provisões relacionadas a seus estoques.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Saldo no início do exercício	-	(36)	-	(36)
Reversão de provisão ao valor realizável líquido	-	36	-	36
Saldo no final do exercício	-	-	-	-

8. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) **Tributos a recuperar**

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
ICMS	47.772	22.520	47.772	22.524
PIS/COFINS	25.828	9.551	25.828	9.556
IPI	35	40	35	40
IRRF sobre aplicações	-	-	66	1
Outros	935	1.061	954	1.061
	74.570	33.172	74.655	33.182

Parcela do circulante 28.554 20.888 28.639 20.898
Parcela do não circulante 46.016 12.284 46.016 12.284

Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia e aquisição interestadual de matéria prima pela unidade Resinas-RS que a Companhia vende para terceiros. Adicionalmente durante o primeiro trimestre de 2022 a Companhia reconheceu crédito extemporâneo de ICMS referente crédito presumido no Estado de SC no valor de R\$ 18.526 que vem sendo compensado mensalmente, com impacto positivo no lucro operacional antes dos efeitos tributários, líquido de honorários advocatícios, no valor de R\$ 17.229.

Os saldos de créditos de PIS e COFINS se referem basicamente a crédito sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia, e que vem sendo recuperado em 24 ou 48 parcelas conforme classificação e utilização dos ativos adquiridos.

b) **Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar**

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
IRPJ a recuperar	21.208	18.871	21.208	18.871
CSLL a recuperar	7.635	6.794	7.635	6.794
	28.843	25.665	28.843	25.665

Parcela do não circulante 28.843 25.665 28.843 25.665
A Companhia ajuizou em 2013, a Ação Ordinária nº 0042549-88.2013.4.01.3400/DF, objetivando, entre outros pedidos, a inexistência de multa e juros moratórios incidentes nestas restituições.

No dia 27 de setembro de 2021, o STF julgou o RE 1.063.187 RG/SC - Tema 962, em sede de repercussão geral, declarando inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores alinentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

No dia 19 de outubro de 2021, a Companhia protocolou pedido de Tutela de Evidência junto ao TRF1 para que o recurso de Apelação interposto seja julgado conforme o entendimento que o STF aplicou sobre o tema, o qual aguarda análise.

Diante do julgamento acima mencionado, em sede de repercussão geral no STF, considerando provável êxito da ação da Companhia, em conformidade com o CPC 32/IAS 12, bem como ICPC 22/IFRIC 23, a Companhia reconheceu no exercício de 2021 o valor de R\$ 25.197 a título de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC na repetição de indébito, o valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 28.843. Considerando não haver expectativa de julgamento imediato da ação interposta pela Companhia e ainda a provável demora dos procedimentos de liberação do crédito para compensação, o mesmo foi classificado como não circulante.

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Adiantamento a fornecedores	770	1.152	784	1.182
Créditos com funcionários	3.030	2.587	3.235	2.759
Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A	524	4.003	524	4.003
São José Desenvolvimento Imobiliário 93 Ltda	25.650	-	25.650	-
Despesas antecipadas	1.290	2.345	1.290	2.345
Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP - Precatórios	5.086	4.526	5.086	4.526
Outros créditos	795	1.590	955	1.692
	37.145	16.203	37.524	16.507

Parcela do circulante 32.059 11.677 32.411 11.954
Parcela do não circulante 5.086 4.526 5.113 4.553

O saldo a receber da Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A, refere-se à operação de venda Imóveis Rurais realizada no exercício findo de 31 de dezembro de 2019, o qual a Companhia estima realizar nos próximos 12 meses.

O saldo a receber de Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP – Precatórios refere-se a Ação Ordinária nº 1030021-89.2014.8.26.0053 que teve declarada a favor da Companhia a inexistência dos juros de mora incidentes sobre os valores de ICMS parcelados administrativamente com taxa superior à SELIC. O valor atualizado do referido precatório emitido em 6 de julho de 2021 é de R\$ 5.086, o qual a Companhia estima realizar até o final de 2024.

O saldo a receber da São José Desenvolvimento Imobiliário 93 Ltda., refere-se à operação de venda de ativos mantidos para venda, realizada em fevereiro de 2022, conforme nota explicativa nº 10.

10. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em 2019 a Companhia descontinuou as operações de Embalagem de Papelão Ondulado na Unidade de Vila Maria em São Paulo/SP.

Em dezembro de 2019, foi assinado Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, para a venda do imóvel industrial onde estava localizada a fábrica de embalagem de papelão ondulado, no valor de R\$ 41.200. A concretização da transação estava sujeita ao atendimento de determinadas condições precedentes, que em virtude da pandemia da COVID-19 que impôs severas restrições à circulação de pessoas e funcionamento de órgãos públicos, não foram totalmente cumpridas até o final de 2020. Diante disso, a Companhia firmou, em dezembro de 2020, aditamento ao Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda prevendo adiamento de prazo para cumprimento das referidas condições precedentes.

Em fevereiro de 2022, a Companhia celebrou o segundo aditamento ao Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel, relacionado a venda dos ativos classificados como ativos não circulantes mantidos para venda, ratificando a determinação do preço de venda em R\$ 41.200, e ajustando a condição de pagamento considerando recebimento de parcela inicial no valor de R\$ 6.000, já recebida no mês de janeiro de 2022, e o saldo parcelado em 12 parcelas mensais atualizadas[RF1] pela variação dos depósitos interbancários ("DI"), tal como medido pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados ("CETIP"). Considerando o recebimento de parte do preço de venda e o atendimento total das condições precedentes, reconheceu no exercício de 2022 a venda da totalidade dos Prédios e terrenos, o efeito positivo no resultado antes dos tributos sobre lucro foi de R\$ 3.383.

Em reunião do Conselho de Administração, em 21 de junho de 2022, a Companhia destinou para venda máquinas e equipamentos substituídos por novos equipamentos no escopo da Plataforma Gaia.

Estes ativos foram avaliados pela Administração e foram classificados como mantidos para venda, pela condição dos ativos, pela alta probabilidade da realização de venda e pelo empenho na realização da venda pela Administração da Companhia.

(a) Perda por redução ao valor recuperável relativa ao grupo de ativos mantidos para venda

	31.12.22	31.12.21
Ativos mantidos para venda	-	41.200
Prédios e terrenos	2.562	-
Máquinas e equipamentos	2.562	41.200
Ativos mantidos para venda	5.124	41.200

(c) Ganhos e perdas acumulados incluídos nos Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Não há ganhos acumulados ou perdas acumuladas incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda.

(d) Mensuração do valor justo
Em 2021, a mensuração do valor justo de R\$ 41.200 para o grupo de prédios e terrenos, foi realizada com base no Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda mencionado acima.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou, para o exercício de 2022, o regime de caixa na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre as variações cambiais e registrou o passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar. Não houve alteração na forma de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre as variações cambiais com relação ao ano anterior.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Imposto de renda diferido ativo	5.856	8.327	5.856	8.327
Sobre provisões temporárias	-	20.490	49	20.514
Sobre prejuízo fiscal	-	-	-	-
Contribuição social diferida ativa	2.108	2.997	2.108	2.997
Sobre provisões temporárias	-	7.376	18	7.385
Sobre base negativa	7.964	39.190	8.031	39.223

Passivo de imposto diferido (líquido)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Imposto de renda diferido passivo	419	-	419	-
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	53.739	35.200	56.205	36.545
Valor justo dos ativos biológicos	94.899	116.116	96.837	118.054
Custo atribuído do ativo imobilizado	-	32	-	32
Subvenção governamental	25.158	25.158	25.158	25.158
Amortização ágio fiscal	151	-	151	-
Contribuição social diferida passiva	19.346	12.672	20.678	13.399
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	34.165	41.802	34.863	42.500
Valor justo dos ativos biológicos	-	11	-	11
Custo atribuído do ativo imobilizado	9.057	9.057	9.057	9.057
Subvenção governamental	236.934	240.048	243.368	244.756
Amortização ágio fiscal	228.970	200.858	235.337	205.533

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada seguir:

	Controladora ativo		Consolidado ativo	
	Saldo inicial 01.01.21	Reconhecido no resultado	Saldo inicial 01.01.21	Reconhecido no resultado
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Provisão para riscos diversos	(13.239)	1.915	(11.324)	1.915
Total diferenças temporárias	(65.993)	38.127	(27.866)	38.127
Prejuízo fiscal e base negativa	(79.232)	40.042	(39.190)	40.042
	Saldo inicial 01.01.22	Reconhecido no resultado	Saldo inicial 01.01.22	Reconhecido no resultado
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Provisão para riscos diversos	(11.324)	3.360	(7.964)	3.360
Total diferenças temporárias	(11.324)	3.360	(7.964)	3.360
Prejuízo fiscal e base negativa	(27.866)	27.866	(27.866)	27.866
	Saldo inicial 01.01.22	Reconhecido no resultado	Saldo inicial 01.01.22	Reconhecido no resultado

Passivo de imposto diferido (líquido)

	Controladora passivo		Consolidado passivo	
	Saldo inicial 01.01.21	Reconhecido no resultado	Saldo inicial 01.01.21	Reconhecido no resultado
Impostos diferidos passivos com relação a:				
Variação cambial reconhecida por caixa	413	(413)	-	570
Valor justo dos ativos biológicos	39.704	8.168	47.872	25.213
Custo atribuído e revisão da vida útil	163.690	(5.772)	157.918	(28.854)
Subvenção governamental	54			

Continuação...

Em 17 de setembro de 2021, a HGE Geração de Energia S.A. recebeu aporte de capital da controladora Irani Papel e Embalagem S.A., no valor de R\$ 20 integralizados em moeda corrente.

(iii) Em 10 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição da empresa Irani Ventures Ltda, subsidiária integral da Companhia, com o objetivo de investir em startups selecionadas, de acordo com a tese de investimento da empresa, devidamente homologado pelo Comitê de Investimento. O total do aporte aprovado é de R\$ 10.000, o qual foi integralizado no ato R\$ 2.500, R\$ 5.000 em 10 de agosto de 2022 e o saldo de R\$ 2.500 será integralizado em janeiro de 2023 ou de acordo com a necessidade de caixa da controladora.

b) Outros investimentos

São títulos patrimoniais designados ao valor de custo referente a empréstimo concedido pela controladora da Companhia Irani Ventures Ltda a Companhia Trashin Gestão e Coleta de Recicláveis S.A., a título de mútuo conversível em participação societária no valor de R\$ 1.500. A Companhia pretende manter este investimento no longo prazo em linha com sua tese de investimento em startups.

13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Controladora	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2021			
Saldo inicial	18.686	2.855	21.541
Depreciação	-	(174)	(174)
Saldo contábil líquido	18.686	2.681	21.367
Custo	18.686	5.377	24.063
Depreciação acumulada	-	(2.696)	(2.696)
Saldo contábil líquido	18.686	2.681	21.367
Em 31 de dezembro de 2022			
Saldo inicial	18.686	2.681	21.367
Baixas/Alienações	(162)	(2.564)	(2.726)
Depreciação	-	(117)	(117)
Saldo contábil líquido	18.524	-	18.524
Custo	18.524	2.813	21.337
Depreciação acumulada	-	(2.813)	(2.813)
Saldo contábil líquido	18.524	-	18.524

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2021								
Saldo inicial	120.685	130.555	328.918	3.535	6.123	33.026	8.296	631.138
Aquisições	-	2.055	16.069	2.581	2.952	354.090	-	377.747
Baixas/Alienações	-	(173)	(5.452)	(1)	(120)	(10)	-	(5.756)
Transferências	-	373	19.318	-	131	(19.822)	-	-
Depreciação	-	(5.190)	(49.858)	(792)	(2.017)	-	(645)	(58.502)
Crédito de PIS e COFINS	-	8	250	3	6	228	-	495
Transferências para direito de uso de ativos	-	-	-	(2.526)	(728)	-	-	(3.254)
Saldo contábil líquido	120.685	127.628	309.245	2.800	6.347	367.512	7.651	941.868
Custo	120.685	209.304	983.587	11.964	26.365	367.512	16.099	1.735.516
Depreciação acumulada	-	(81.676)	(674.342)	(9.163)	(20.019)	-	(8.448)	(793.648)
Saldo contábil líquido	120.685	127.628	309.245	2.801	6.346	367.512	7.651	941.868
Em 31 de dezembro de 2022								
Saldo inicial	120.685	127.628	309.245	2.801	6.346	367.512	7.651	941.868
Aquisições	-	5.114	59.823	4.518	2.540	431.686	-	503.681
Baixas/Alienações	(200)	-	(595)	-	(36)	-	(5)	(836)
Reversão impairment	-	-	3.151	219	504	-	-	3.874
Transferências	-	25.518	92.539	(5)	486	(118.538)	-	-
Depreciação	-	(6.284)	(45.653)	(1.178)	(2.220)	-	(1.109)	(56.444)
Crédito de PIS e COFINS	-	61	2	-	1	103	-	167
Mantidos para venda	-	-	(2.562)	-	-	-	-	(2.562)
Saldo contábil líquido	120.485	151.978	416.009	6.355	7.621	680.763	6.537	1.389.748
Custo	120.485	239.938	1.136.004	16.696	29.860	680.763	16.094	2.239.840
Depreciação acumulada	-	(87.960)	(719.995)	(10.341)	(22.239)	-	(9.557)	(850.092)
Saldo contábil líquido	120.485	151.978	416.009	6.355	7.621	680.763	6.537	1.389.748
Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2021								
Saldo inicial	136.869	131.348	329.014	3.863	6.154	33.298	8.296	648.842
Aquisições	-	2.055	16.074	2.856	2.963	354.595	-	378.543
Baixas/Alienações	-	(173)	(5.451)	(1)	(120)	(10)	-	(5.755)
Transferências	-	373	19.318	-	131	(19.822)	-	-
Depreciação	-	(5.350)	(49.891)	(895)	(2.034)	-	(645)	(58.815)
Crédito de PIS e COFINS	-	8	250	3	6	228	-	495
Transferências para direito de uso de ativos	-	-	-	(2.526)	(728)	-	-	(3.254)
Saldo contábil líquido	136.869	128.261	309.314	3.300	6.372	368.289	7.651	960.056
Custo	136.869	213.730	983.862	13.327	26.882	368.289	16.099	1.759.058
Depreciação acumulada	-	(85.469)	(674.548)	(10.026)	(20.511)	-	(8.448)	(799.002)
Saldo contábil líquido	136.869	128.261	309.314	3.301	6.371	368.289	7.651	960.056
Em 31 de dezembro de 2022								
Saldo inicial	136.869	128.261	309.314	3.301	6.371	368.289	7.651	960.056
Aquisições	-	5.190	59.858	4.518	2.552	431.793	-	503.911
Baixas/Alienações	(200)	-	(595)	-	(37)	-	(5)	(837)
Reversão impairment	-	-	3.151	219	504	-	-	3.874
Transferências	-	26.026	92.809	(5)	505	(119.335)	-	-
Depreciação	-	(6.451)	(45.704)	(1.311)	(2.233)	-	(1.109)	(56.808)
Crédito de PIS e COFINS	-	2	61	-	1	103	-	167
Mantidos para venda	-	-	(2.562)	-	-	-	-	(2.562)
Saldo contábil líquido	136.669	153.028	416.332	6.722	7.663	680.850	6.537	1.407.801
Custo	136.669	244.948	1.136.584	18.059	30.407	680.850	16.094	2.263.610
Depreciação acumulada	-	(91.920)	(720.252)	(11.337)	(22.744)	-	(9.557)	(855.810)
Saldo contábil líquido	136.669	153.028	416.332	6.722	7.663	680.850	6.537	1.407.801

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

Controladora	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Software em desenvolvimento	Total
Em 31 de dezembro de 2021					
Saldo inicial	104.380	-	36.358	-	140.738
Aquisições	-	-	243	589	832
Transferências	-	-	589	(589)	-
Amortização	-	-	(5.232)	-	(5.232)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	1	-	1
Saldo contábil líquido	104.380	-	31.959	-	136.339
Custo	104.380	-	54.346	-	164.073
Amortização acumulada	-	-	(22.387)	-	(22.387)
Saldo contábil líquido	104.380	-	31.959	-	136.339
Em 31 de dezembro de 2022					
Saldo inicial	104.380	-	31.959	-	136.339
Aquisições	-	-	872	1.849	2.721
Baixas/Alienações	-	-	(3)	(3)	-
Reversão impairment	-	-	19	-	19
Transferências	-	-	1.849	(1.849)	-
Amortização	-	-	(5.039)	-	(5.039)
Saldo contábil líquido	104.380	-	29.657	-	134.037
Custo	104.380	-	57.083	-	166.810
Amortização acumulada	-	-	(27.426)	-	(27.426)
Saldo contábil líquido	104.380	-	29.657	-	134.037
Consolidado	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Software em desenvolvimento	Total
Em 31 de dezembro de 2021					
Saldo inicial	104.380	-	36.358	-	140.738
Aquisições	-	-	245	591	836
Transferências	-	-	591	(591)	-
Amortização	-	-	(5.236)	-	(5.236)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	1	-	1
Saldo contábil líquido	104.380	-	31.959	-	136.339
Custo	104.380	-	54.354	-	164.081
Amortização acumulada	-	-	(22.395)	-	(22.395)
Saldo contábil líquido	104.380	-	31.959	-	136.339
Em 31 de dezembro de 2022					
Saldo inicial	104.380	-	31.959	-	136.339
Aquisições	-	-	872	1.849	2.721
Baixas/Alienações	-	-	(3)	(3)	-
Reversão impairment	-	-	19	-	19
Transferências	-	-	1.849	(1.849)	-
Amortização	-	-	(5.039)	-	(5.039)
Saldo contábil líquido	104.380	-	29.657	-	134.037
Custo	104.380	-	57.091	-	166.818
Amortização acumulada	-	-	(27.434)	-	(27.434)
Saldo contábil líquido	104.380	-	29.657	-	134.037

c) Método de depreciação / amortização

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação / amortização definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %
Prédios e construções *	31.12.22
Equipamentos e instalações	2,90
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	7,11
Veículos e tratores	15,17
Softwares	18,26
	20,00
	10,84

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhorias dos ativos imobilizados existentes, agregando valor aos ativos com o intuito de manutenção do processo produtivo da Companhia, e a execução dos investimentos do Projeto Gaia I - Expansão da Recuperação de Químicos na Papel SC e do Projeto Gaia II - Expansão da Embalagem SC.

Durante o exercício de 2022, foram capitalizados juros de financiamentos no valor de R\$ 28.564 (R\$ 5.413 durante o exercício de 2021) e despesas com comissão das cartas fiança no valor de R\$ 10.482 (R\$ 1.713 durante o exercício de 2021), referente a Plataforma Gaia, considerando que tais ativos em construção atendem ao critério de ativos qualificáveis que demoram um tempo substancial para ficar prontos. As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade Embalagem SP - Indaiatuba que é depreciada pelo método linear à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD - Administração de Imóveis Ltda. e PFC - Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Irani Papel e Embalagem S.A..

Consolidado	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2021			
Saldo inicial	18.686	2.855	21.541
Depreciação	-	(174)	(174)
Saldo contábil líquido	18.686	2.681	21.367
Custo	18.686	5.377	24.063
Depreciação acumulada	-	(2.696)	(2.696)
Saldo contábil líquido	18.686	2.681	21.367
Em 31 de dezembro de 2022			
Saldo inicial	18.686	2.681	21.367
Baixas/Alienações	(162)	(2.564)	(2.726)
Depreciação	-	(117)	(117)
Saldo contábil líquido	18.524	-	18.524
Custo	18.524	2.813	21.337
Depreciação acumulada	-	(2.813)	(2.813)
Saldo contábil líquido	18.524	-	18.524

Referência-se:
i. Terrenos mantidos pela Companhia, para uso ou realização no futuro, localizados no estado do Rio Grande do Sul, e estão reconhecidos a valor de custo de aquisição de R\$ 16.092. As áreas foram aportadas à Companhia, juntamente com a operação de aquisição da São Roberto S.A., e são objetos de estudo para realização por uso ou por venda.

ii. Terreno recebido pela Companhia em troca de créditos a receber de cliente no valor de R\$ 2.432.

iii. Referiam-se a edificações e terreno localizados em Rio Negrinho - SC. Em reunião do Conselho de Administração 01 de agosto de 2022 foi aprovada a venda da totalidade das edificações e terreno, pelo valor de R\$ 10.000 totalmente recebido mediante escrituração em 09 de agosto de 2022. O efeito positivo no resultado antes dos tributos sobre lucro foi de R\$ 7.274.

As propriedades para investimento estão avaliadas em 31 de dezembro de 2022 ao custo histórico. Para fins de divulgação a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, reduzido de eventuais custos para vender, no montante de R\$ 22.754 na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2022. As avaliações foram realizadas por avaliadores independentes e internos, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. A hierarquia do valor justo das avaliações é de nível 2.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado no exercício de 2022 e no exercício de 2021 é apresentada conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Administrativos	31.12.22	31.12.21
Produtivos	1.175	820
	55.265	57.682
	56.444	58.502

A abertura da amortização do intangível no exercício de 2022 e no exercício de 2021 é apresentada conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Administrativos	31.12.22	31.12.21
Produtivos	412	1.124
	3.627	4.112
	5.039	5.236

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (Impairment)

Não houve no exercício de 2022 a necessidade de reconhecimento de impairment.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados cedidos em garantia de operações financeiras, os quais se apresentam detalhados nas notas explicativas nº 16 e 17.

g) Goodwill

O goodwill gerado em combinação de negócios da São Roberto S.A.

21. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Circulante				
Parcelamento PIS	710	1.293	710	1.293
Parcelamento COFINS	3.272	5.958	3.272	5.958
Parcelamento IPI	1.189	1.073	1.189	1.073
Parcelamento ICMS	770	695	770	695
Parcelamento previdenciário RAT	-	62	-	62
	<u>5.941</u>	<u>9.081</u>	<u>5.941</u>	<u>9.081</u>
Não Circulante				
Parcelamento PIS	-	647	-	647
Parcelamento COFINS	-	2.979	-	2.979
Parcelamento IPI	1.386	2.325	1.386	2.325
Parcelamento ICMS	<u>1.125</u>	<u>1.711</u>	<u>1.125</u>	<u>1.711</u>
	<u>2.511</u>	<u>7.662</u>	<u>2.511</u>	<u>7.662</u>
Total dos parcelamentos	<u>8.452</u>	<u>16.743</u>	<u>8.452</u>	<u>16.743</u>

Trata-se principalmente de parcelamento de PIS e COFINS em que a Companhia realizou compensações com origem na exclusão do ICMS da base das referidas contribuições. A Companhia mantém a provisão para contingências em relação ao assunto, e em função da demora e da indecisão referente à modulação dos efeitos do julgamento em sede de repercussão geral por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), optou pelo seu parcelamento em julho de 2018. O montante total de tributo levado a parcelamento foi de R\$ 25.219 (R\$ 31.349 atualizado com multa e juros), sendo este parcelado em 60 meses.

No primeiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou a reversão da provisão para contingências tributárias reconhecidas em 2017, referente a crédito de IPI originalmente reconhecido a maior. O montante total do imposto levado a parcelamento foi de R\$ 3.548 (R\$ 4.864 atualizado com multa e juros).

No segundo trimestre de 2020, a Companhia parcelou em 60 meses débitos de ICMS com o Estado de São Paulo, referente às competências de março a maio de 2020. O montante total do imposto levado a parcelamento foi de R\$ 3.174 (R\$ 3.371 atualizado com multa e juros).

22. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Provisões cíveis	2.671	2.742	2.671	2.742
Provisões trabalhistas	5.027	4.795	5.196	5.145
Provisões tributárias	<u>20.228</u>	<u>11.926</u>	<u>20.228</u>	<u>11.926</u>
Total	<u>27.926</u>	<u>19.463</u>	<u>28.095</u>	<u>19.813</u>

Detalhamento das movimentações das provisões:

	Controladora				Consolidado							
	01.01.21	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.21	01.01.22	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.22
Controladora												
Cível	2.252	503	(13)	-	-	2.742	2.252	503	(13)	-	-	2.742
Trabalhista	5.407	848	(1.413)	(952)	905	4.795	5.777	1.187	(1.635)	(1.089)	905	5.145
Tributária	<u>10.011</u>	<u>3.837</u>	<u>(1.426)</u>	<u>(1.922)</u>	<u>905</u>	<u>11.926</u>	<u>10.011</u>	<u>3.837</u>	<u>(1.922)</u>	<u>(1.922)</u>	<u>905</u>	<u>11.926</u>
	<u>17.670</u>	<u>5.188</u>	<u>(1.426)</u>	<u>(2.874)</u>	<u>905</u>	<u>19.463</u>	<u>18.040</u>	<u>5.527</u>	<u>(1.648)</u>	<u>(3.011)</u>	<u>905</u>	<u>19.813</u>
Consolidado												
Cível	2.252	503	(13)	-	-	2.742	2.252	503	(13)	-	-	2.742
Trabalhista	5.777	1.187	(1.635)	(1.089)	905	5.145	5.777	1.187	(1.635)	(1.089)	905	5.145
Tributária	<u>10.011</u>	<u>3.837</u>	<u>(1.426)</u>	<u>(1.922)</u>	<u>905</u>	<u>11.926</u>	<u>10.011</u>	<u>3.837</u>	<u>(1.922)</u>	<u>(1.922)</u>	<u>905</u>	<u>11.926</u>
	<u>18.040</u>	<u>5.527</u>	<u>(1.648)</u>	<u>(3.011)</u>	<u>905</u>	<u>19.813</u>	<u>18.040</u>	<u>5.527</u>	<u>(1.648)</u>	<u>(3.011)</u>	<u>905</u>	<u>19.813</u>
Controladora												
Cível	2.742	207	(96)	(182)	-	2.671	2.742	207	(96)	(182)	-	2.671
Trabalhista	4.795	1.534	(1.413)	(29)	140	5.027	4.958	1.534	(1.413)	(29)	140	5.027
Tributária	<u>11.926</u>	<u>10.452</u>	<u>(1.509)</u>	<u>(2.361)</u>	<u>140</u>	<u>20.228</u>	<u>11.926</u>	<u>10.452</u>	<u>(1.509)</u>	<u>(2.361)</u>	<u>140</u>	<u>20.228</u>
	<u>19.463</u>	<u>12.193</u>	<u>(1.509)</u>	<u>(2.361)</u>	<u>140</u>	<u>27.926</u>	<u>18.040</u>	<u>5.527</u>	<u>(1.648)</u>	<u>(3.011)</u>	<u>905</u>	<u>19.813</u>
Consolidado												
Cível	2.742	207	(96)	(182)	-	2.671	2.742	207	(96)	(182)	-	2.671
Trabalhista	5.145	1.587	(1.426)	(250)	140	5.196	5.145	1.587	(1.426)	(250)	140	5.196
Tributária	<u>11.926</u>	<u>10.452</u>	<u>(1.509)</u>	<u>(2.150)</u>	<u>140</u>	<u>20.228</u>	<u>11.926</u>	<u>10.452</u>	<u>(1.509)</u>	<u>(2.150)</u>	<u>140</u>	<u>20.228</u>
	<u>19.813</u>	<u>12.246</u>	<u>(1.522)</u>	<u>(2.582)</u>	<u>140</u>	<u>28.095</u>	<u>19.813</u>	<u>12.246</u>	<u>(1.522)</u>	<u>(2.582)</u>	<u>140</u>	<u>28.095</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

a) Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de perdas e danos e rescisões contratuais de representação comercial. Em 31 de dezembro de 2022, havia no consolidado o valor de R\$ 2.671 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos.

b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de horas extras, adicionais de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado no consolidado o valor de R\$ 5.196 em 31 de dezembro de 2022 e, acredita que seja suficiente para cobrir prováveis perdas trabalhistas.

c) As provisões tributárias totalizam no consolidado o valor de R\$ 20.228 em 31 de dezembro de 2022, e se referem principalmente à:

i) Apropriação de Crédito Presumido de ICMS no Estado de Minas Gerais vinculado a Protocolo de Intenções para Investimento na Unidade Papel localizada no Município de Santa Luzia, o qual não foi iniciado pois aguarda autorização dos Órgãos Ambientais e por razões estratégicas de mercado da Companhia. O montante apropriado até 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 9.166, para o qual foi constituída provisão para riscos tributários no valor corrigido de R\$ 12.373.

ii) Processos Administrativo e Judicial referente a glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 1.016. Os processos encontram-se em trâmite na esfera administrativa e judicial e aguardam julgamento.

iii) Execução Fiscal nº 5001087-12.2019.4.04.7203 que tem por objeto cobrança de débito inscrito em dívida atizada referente à contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais, do período de 01/2002 a 08/2003, no valor atualizado é de R\$ 6.376. O assunto é objeto do Tema 281 no STF (*Leading Case* - RE nº 611.601) que recentemente foi julgado contrário aos Contribuintes reconhecendo a referida cobrança como constitucional.

Contingências
 Para as contingências avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Contingências trabalhistas	25.396	29.734
Contingências cíveis	9.816	8.598
Contingências tributárias	<u>145.260</u>	<u>142.987</u>
	<u>180.472</u>	<u>181.319</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 25.396 em 31 de dezembro de 2022. O montante refere-se principalmente a processos trabalhistas decorrentes do encerramento das atividades da unidade de Vila Maria - SP (operação descontinuada) em 2019, e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidentes de trabalho e pedidos de vínculo trabalhista com a Iraní, por funcionários de prestadores de serviços). Tais processos encontram-se em diversas fases processuais de andamento.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 9.816 em 31 de dezembro de 2022 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento.

Contingências tributárias passivas:

As ações tributárias avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 145.260 em 31 de dezembro de 2022 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina e do Estado de São Paulo, oriundos de crédito tributário supostamente indevido de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das Unidades Industriais instaladas nesses Estados, com valor em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 52.241. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos Administrativos referentes a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos supostamente de crédito tributário indevido, com valor em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 42.410. A Companhia contesta os referidos autos administrativa e judicialmente e aguarda respectivos julgamentos.
- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças de supostos débitos de INSS, oriundos de Notificações Fiscais que versam sobre contribuição social incidente sobre compensação de débitos com créditos originados pela aplicação de alíquota maior do Risco Ambiental do Trabalho (RAT) nas Unidades Administrativas da Companhia e processo referente a auto de infração de INSS oriundo de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, que totalizam em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$ 10.207. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processo Administrativo referente a Autos de Infração oriundo de compensação de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações com valor em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 6.516. A Companhia discute judicialmente a referida notificação fiscal.
- Processos referentes a Autos de Infração de IRPJ e CSLL oriundos de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, com valor em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 3.480. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Notificação Fiscal que tem por objeto aplicação de multa relativa ao IRPJ e CSLL dos exercícios 2015 a 2018, decorrentes de exclusões supostamente indevidas sobre o lucro líquido de cada período. A Receita Federal do Brasil entendeu que as reduções, com aumento do prejuízo fiscal, teriam origem em amortização fiscal de ágio, sem respaldo legal.

O processo se encontra suspenso em virtude de a Companhia ter apresentado a respectiva impugnação administrativa, pela qual aguarda julgamento. O valor da multa aplicada na Notificação Fiscal é de R\$ 332. Caso a Companhia não obtenha êxito haverá reflexo adicional de reversão de prejuízo fiscal pela amortização do ágio utilizado no período, que resulta em redução de aproximadamente R\$ 19.551 de IRPJ e CSLL ativo sobre o valor amortizado do ágio.

Contingências tributárias ativas:

No dia 07 de junho de 2021, o STF encerrou o julgamento virtual do tema n. 304, em sede de repercussão geral, declarando inconstitucionais os artigos. 47 e 48 da Lei 11.196/2005, que vedam a apuração de créditos de PIS e COFINS na aquisição de insumos recicláveis. A Companhia ajuizou em 2015 o Mandado de Segurança Preventivo nº 5035028-10.2015.4.04.7100, visando o direito de utilizar créditos de PIS e COFINS oriundos das aquisições de "desperdícios, resíduos e aparas" em razão da inconstitucionalidade do art. 47 da Lei nº 11.196/05. A referida medida judicial teve Recurso Extraordinário perante o STF admitido e diante do assunto estar sendo tratado em sede de Repercussão Geral no tema nº 304, determinou a devolução do processo da Companhia ao TRF4 para aguardar, suspenso, até o julgamento do "leading case". Assim, a Companhia protocolou, em 23 de agosto de 2021 perante o TRF4, um Pedido de Retratção para adequação do acordão proferido no processo nº 5035028-10.2015.4.04.7100 à Decisão do STF. No dia 16/08/2022, o Vice-Presidente do TRF4 determinou a remessa dos autos ao Órgão julgador do Tribunal, qual seja, a 2ª Turma para juízo de retratação. Em 22/11/2022 foi encerrado o julgamento do Juízo de retratação, o qual deu provimento à apelação da Companhia. Nos dias 01/12/2022 e 09/12/2022 a União e a Iraní, respectivamente, opuseram Embargos de Declaração que aguardam análise e julgamento. A Companhia estima o ganho da referida ação entre R\$ 195.000 e R\$ 215.000, líquidos de honorários advocatícios, considerando o período de cinco anos anteriores ao ajuizamento da Ação e que não haverá modulação de efeitos que afete o direito da Companhia. O referido valor poderá sofrer alterações em razão da inexistência de decisão final na ação movida pela Companhia, bem como em caso de existência de modulação de efeitos no âmbito do "leading case". O referido processo ativo, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, possui probabilidade de êxito provável, caracterizando-se como um ativo contingente. Por tratar-se de um ativo contingente, o ganho estimado na ação não foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária:
 No dia 08 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, no Recurso Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária.

Após a análise pelos respectivos Escritórios Jurídicos dos processos tributários em que a Companhia é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social**
 O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 566.895 (R\$ 566.895 em 31 de dezembro de 2021), composto em 31 de dezembro de 2022 por 246.359.319 ações ordinárias sem valor nominal (256.720.235 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021). O valor do capital social, líquido dos custos com emissões de ações de R\$ 22.961, é de R\$ 543.934 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 543.934 em 31 de dezembro de 2021).

b) **Remuneração dos acionistas**
 i) **Dividendos intercalares**
 De acordo com a Política de Distribuição de Dividendos e pagamento de Juros sobre o Capital Próprio da Companhia, que determina a distribuição trimestral do equivalente a 25% do lucro líquido apurado nas Demonstrações Financeiras, calculado conforme os artigos 22 a 29 do Estatuto Social da Companhia, os dividendos intercalares referentes ao 4º Trimestre de 2022 a serem aprovados pelo Conselho de Administração serão de R\$ 21.197.

O Conselho de Administração aprovou, em 04 de novembro de 2022, "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no terceiro trimestre de 2022, no montante de R\$ 23.568, correspondentes a R\$ 0,096031476 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 09 de novembro de 2022, pagos em 25 de novembro de 2022. Os Dividendos Intercalares – 3º Trimestre de 2022 distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2022, conforme faculta o supra citado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração aprovou, em 03 de agosto de 2022, "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no segundo trimestre de 2022, no montante de R\$ 23.626, correspondentes a R\$ 0,0956838 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 08 de agosto de 2022, pagos em 26 de agosto de 2022. Os Dividendos Intercalares – 2º Trimestre de 2022 distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2022, conforme faculta o supra citado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração aprovou, em 03 de maio de 2022, "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no primeiro trimestre de 2022, no montante de R\$ 24.813, correspondentes a R\$ 0,0996056 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 06 de maio de 2022, pagos em 25 de maio de 2022. Os Dividendos Intercalares – 1º Trimestre de 2022 distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2022, conforme faculta o supra citado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

ii) **Dividendos adicionais propostos**
 Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas na data de 28 de abril de 2022, foram aprovados dividendos adicionais referente ao exercício de 2021, no valor total de R\$ 70.888, sendo o dividendo por ação o valor de R\$ 0,2845563, pagos em 18 de maio de 2022.

c) **Ações em tesouraria**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
i) Programa de Recompra de Ações 2011	-	-	24.000	30
ii) Direito de rescesso	-	-	2.352.116	6.804
iii) Programa de Recompra de Ações 2021	-	-	2.790.000	18.565
iv) Programa de Recompra de Ações 2022	<u>1.487.700</u>	<u>11.642</u>	<u>1.487.700</u>	<u>11.642</u>
	<u>1.487.700</u>	<u>11.642</u>	<u>5.166.116</u>	<u>25.399</u>

i) Programa de Recompra de Ações 2011: teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011, portanto este Programa foi encerrado.

ii) Direito de rescesso: as ações adquiridas foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012 e da conversão das ações preferenciais em ordinárias em 08 de outubro de 2020. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2019.

iii) Programa de Recompra de Ações 2021: O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 27 de setembro de 2021 o Programa de Recompra de Ações 2021, que passou a vigorar a partir de 01 de outubro de 2021, com término aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de agosto de 2022, o total de ações adquiridas foi de 7.984.800 ações ordinárias, representativas de 7,54% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, e teve como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia.

iv) Programa de Recompra de Ações 2022: O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 17 de agosto de 2022 o Programa de Recompra de Ações 2022, que passou a vigorar a partir de 18 de agosto de 2022 e término em 17 de fevereiro de 2024, com limite de aquisição de 9.833.806 ações ordinárias, representativas de 10% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, e tem como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia.

Cancelamento de ações em tesouraria: O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 17 de agosto de 2022 o cancelamento das ações ordinárias no total de 10.360.916 ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão própria, mantidas em tesouraria em 17 de agosto de 2022, sem redução do valor do capital social da Companhia.

As movimentações das ações em tesouraria estão demonstradas no quadro que segue:

	Controladora				31.12.22	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
i) Programa de Recompra de Ações 2011	24.000	30	-	-	(24.000)	(30)
ii) Direito de rescesso	2.352.116	6.804	-	-	(2.352.116)	(6.804)
iii) Programa de Recompra de Ações 2021	2.790.000	18.565	5.194.800	34.829	(7.984.800)	(53.394)
iv) Programa de Recompra de Ações 2022	-	-	1.487.700	11.642	-	-
	<u>5.166.116</u>	<u>25.399</u>	<u>6.682.500</u>	<u>46.471</u>	<u>(10.360.916)</u>	<u>(60.228)</u>
					<u>1.487.700</u>	<u>11.642</u>

d) **Resultado do exercício**
 Em conformidade com o Art. 202 da Lei 6.404/1976, os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia está previsto no estatuto que os dividendos mínimos serão de 25% do lucro líquido após a compensação de prejuízos acumulados, a destinação da reserva legal e a destinação

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Abertura de custos e despesas por natureza	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Custos fixos e variáveis (matérias primas e matérias de consumo)	(832.847)	(850.135)	(796.399)	(817.372)
Gastos com pessoal	(173.668)	(151.443)	(180.653)	(164.492)
Variação valor justo dos ativos biológicos	82.430	28.689	139.003	43.849
Depreciação, amortização e exaustão	(75.461)	(73.644)	(103.028)	(92.444)
Frete de vendas	(81.006)	(58.499)	(83.455)	(60.012)
Contratação de serviços	(46.283)	(37.058)	(46.948)	(38.477)
Outras despesas com vendas	(50.443)	(47.960)	(50.930)	(48.552)
Total custos e despesas por natureza	<u>(1.177.278)</u>	<u>(1.190.050)</u>	<u>(1.122.400)</u>	<u>(1.177.500)</u>

Abertura conforme demonstrações do resultado para os exercícios

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Custo dos produtos vendidos	(1.020.966)	(1.019.023)	(1.017.597)	(1.017.659)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	82.430	28.689	139.003	43.849
Com vendas	(130.926)	(106.286)	(133.873)	(108.620)
Perdas por impairment contas a receber	(523)	(173)	(512)	56
Gerais e administrativas	(91.841)	(79.225)	(93.969)	(81.094)
Participação dos administradores	(15.452)	(14.032)	(15.452)	(14.032)
Total custos e despesas	<u>(1.177.278)</u>	<u>(1.190.050)</u>	<u>(1.122.400)</u>	<u>(1.177.500)</u>

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

A receita de venda de ativos refere-se principalmente a venda de ativos da operação descontinuada, conforme nota explicativa nº 10 e a venda das propriedades para investimento conforme nota explicativa nº 13.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Receita de bens sinistrados e alienados	2.451	1.611	2.451	1.611
Receita de venda de ativos	43.278	7.900	43.278	7.900
Crédito de carbono	1.375	509	1.375	509
Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP - Precatórios	-	2.365	-	2.365
Crédito PIS e COFINS sobre depreciação	3.225	-	3.225	-
Venda de propriedade para investimento	10.000	-	10.000	-
Outras receitas operacionais	7.408	5.413	7.469	5.431
	<u>67.737</u>	<u>17.858</u>	<u>67.798</u>	<u>17.876</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Despesas				
Custo dos bens sinistrados e alienados	(148)	(738)	(148)	(738)
Provisão para Contingência INSS - Cont. Substitutiva	(6.376)	-	(6.376)	-
Custo de venda de ativos	(38.560)	(5.735)	(38.560)	(5.735)
Custo venda de propriedade para investimento	(2.726)	-	(2.726)	-
Provisão de subvenção governamental Estado MG	(1.165)	(1.469)	(1.165)	(1.469)
Outras despesas operacionais	(3.201)	(2.413)	(3.226)	(2.444)
	<u>(52.176)</u>	<u>(10.355)</u>	<u>(52.201)</u>	<u>(10.386)</u>
Total Outras Receitas e Despesas Operacionais	<u>15.561</u>	<u>7.503</u>	<u>15.597</u>	<u>7.490</u>

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	65.055	17.151	68.453	17.920
Juros	9.902	3.761	9.903	3.761
Descontos obtidos	1.604	371	1.607	376
	<u>76.561</u>	<u>21.283</u>	<u>79.963</u>	<u>22.057</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	22.862	31.204	22.862	31.204
Variação cambial passiva	(25.965)	(32.889)	(25.965)	(32.889)
Variação cambial líquida	<u>(3.103)</u>	<u>(1.685)</u>	<u>(3.103)</u>	<u>(1.685)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(127.060)	(61.342)	(127.069)	(61.353)
Descontos concedidos	(1.098)	(240)	(1.110)	(281)
Desajustes/despesas bancárias	(418)	(642)	(448)	(650)
Juros Passivos Sobre Arrendamentos	(2.331)	(2.160)	(2.331)	(2.160)
Instrumentos derivativos - swap	(2.895)	(483)	(2.895)	(483)
Outros	(4.482)	(1.053)	(4.510)	(1.056)
	<u>(138.284)</u>	<u>(65.920)</u>	<u>(138.363)</u>	<u>(65.983)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(64.826)</u>	<u>(46.322)</u>	<u>(61.503)</u>	<u>(45.611)</u>

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:				
Lucro operacional antes dos efeitos tributários	515.486	389.415	518.360	390.213
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Débito (crédito) tributário à alíquota básica	(175.265)	(132.401)	(176.242)	(132.672)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	21.593	6.240	-	-
Despesas indutíveis	(831)	(1.004)	(525)	(1.004)
Constituição (reversão) incentivos fiscais	(43)	(11)	(40)	(11)
Rec. Créditos PIS/COFINS sobre depreciação	1.998	-	1.998	-
Exclusão Impairment Operação descontinuada	13.692	-	13.692	-
Não incidência de IR e CSLL sobre taxa SELIC na repetição de indébito	-	25.197	-	25.197
Diferença de tributação (empresas controladas)	-	-	18.719	5.442
Outras diferenças permanentes	1.580	(2.123)	2.248	(1.852)
	<u>(137.276)</u>	<u>(104.102)</u>	<u>(140.150)</u>	<u>(104.900)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(109.164)	(62.088)	(110.346)	(62.477)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(28.112)	(42.014)	(29.804)	(42.423)
Taxa efetiva - %	26,6	26,7	27,0	26,9

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital
A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações, debêntures e instrumentos financeiros derivativos - swap detalhadas nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e aplicações financeiras), conforme detalhado na nota explicativa nº 5, e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 23).
A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia, de acordo com a sua Política de Gestão Financeira, tem como meta manter uma estrutura de capital de 30% a 50% de capital próprio e 70% a 50% de capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de dezembro de 2022 foi de 39% capital próprio e 61% capital de terceiros.

Índice de endividamento
O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Dívida (a)	1.792.175	892.321	1.792.175	892.321
Instrumentos derivativos - swap (a)	(1.047)	419	(1.047)	419
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(1.016.776)	(486.908)	(1.049.208)	(506.268)
Dívida Líquida	<u>774.352</u>	<u>405.832</u>	<u>741.920</u>	<u>386.472</u>
Patrimônio Líquido	<u>1.125.085</u>	<u>957.438</u>	<u>1.125.085</u>	<u>957.438</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,69</u>	<u>0,42</u>	<u>0,66</u>	<u>0,40</u>

(a) A Dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, debêntures de curto e longo prazo e instrumentos financeiros derivativos - swap de curto e longo prazo, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18.

Categorias de instrumentos financeiros

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Ativos financeiros					
Designados ao valor justo por meio do resultado					
Caixa e saldos de bancos	5	702.762	11.050	735.194	30.410
Custo amortizado					
Aplicações Financeiras	5	314.014	475.858	314.014	475.858
Conta a receber de clientes	6	259.199	257.162	259.456	257.468
Outras contas a receber	9	29.204	6.590	29.409	6.762
Passivos financeiros					
Designados ao valor justo por meio do resultado					
Instrumentos derivativos - swap	18	-	419	-	419
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	16	460.205	306.004	460.205	306.004
Debêntures	17	1.331.970	586.317	1.331.970	586.317
Fornecedores	19	199.312	151.042	175.313	133.718
Passivo de arrendamento	34	20.687	23.066	20.687	23.066
Parcelamentos tributários	21	8.452	16.743	8.452	16.743
Dividendo e JCP a pagar		22.120	16.345	22.120	16.345
Outras contas a pagar		11.529	10.322	11.692	10.623

Fatores de risco financeiro
A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.
Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.
A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. O instrumento financeiro derivativo - swap em vigência foi contratado com o objetivo de troca de indexador de taxa de juros para otimizar a estratégia de gestão dos passivos financeiros e do caixa no longo prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 18.

Risco de exposição cambial
A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, essas operações apresentaram exposição líquida conforme o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Contas a receber	24.726	33.035	24.726	33.035
Adiantamento de clientes	(1.493)	(1.227)	(1.493)	(1.227)
Fornecedores	(2.131)	(3.632)	(2.131)	(3.632)
Adiantamento à fornecedores	10.948	25.055	10.948	25.055
Empréstimos e financiamentos	(40.298)	(28.448)	(40.298)	(28.448)
Exposição líquida	<u>(6.248)</u>	<u>24.783</u>	<u>(6.248)</u>	<u>24.783</u>

A Companhia mantém operações em moeda estrangeira que tem por objetivo fazer frente às eventuais variações do saldo de clientes de exportações.
A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade, que considera razoável para o negócio, considerando as incertezas das premissas, apresentando dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:
1 - Cenário base: para a definição do cenário base a cotação do dólar utilizada pela Companhia segue as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2023).

2 - Cenário adverso: depreciação de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de março de 2023.
3 - Cenário remoto: depreciação de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de março de 2023.

Operação	Saldo 31.12.22	Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
		U\$S	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa
Ativos							
Contas a receber e Bancos conta vinculada	4.739	5,38	768	6,72	7.142	8,07	13.516
Adiantamento a fornecedores	2.098	5,38	340	6,72	3.162	8,07	5.983
Passivos							
Fornecedores e Adiantamento de clientes	(695)	5,38	(113)	6,72	(1.047)	8,07	(1.982)
Empréstimos e financiamentos	(7.723)	5,38	(1.252)	6,72	(11.639)	8,07	(22.026)
Efeito líquido			<u>(257)</u>		<u>(2.382)</u>		<u>(4.509)</u>

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2022 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas.
Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores à sua carteira de clientes de exportações.
Destá forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu fluxo de caixa.

Risco de Taxas de Juros
A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDDES), CDI (Taxa de Juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos - swap que tem base de juros indexados está representada conforme a seguir:
1 - Cenário base: para a definição do cenário base o CDI e SELIC utilizados pela Companhia seguem as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2023). A TJLP é obtida do BNDDES e o IPCA do Boletim Focus.
2 - Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de março de 2023.
3 - Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de março de 2023.

Operação	Indexador	Saldo 31.12.22	Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
			Saldo	Taxa% a.a	Saldo	Taxa% a.a	Saldo	Taxa% a.a
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras								
CDB	CDI	1.043.890	13,67%	215	17,09%	36.958	20,51%	73.702
Captações								
Capital de Giro	CDI	(1.288.097)	13,67%	(265)	17,09%	(45.509)	20,51%	(90.753)
Capital de Giro	IPCA	(68.644)	4,26%	1.103	5,33%	332	6,39%	(440)
Finame Direto	IPCA	(419.533)	4,26%	6.661	5,33%	2.002	6,39%	(2.567)
Finame	TJLP	(5)	7,37%	-	9,21%	-	11,06%	-
Finame	SELIC	(253)	13,77%	-	17,21%	(9)	20,66%	(18)
Instrumentos financeiros derivativos - swap								
Swap Ativo	IPCA	62.108	4,26%	(998)	5,33%	(300)	6,39%	398
Swap Passivo	CDI	(61.061)	13,67%	(12)	17,09%	(2.114)	20,51%	(4.215)
Efeito Líquido no Resultado				<u>6.704</u>		<u>(8.640)</u>		<u>(23.893)</u>

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Utilizamos os métodos e premissas listados a seguir para estimar o valor justo:
- Os saldos contábeis de contas a receber e contas a pagar de curto prazo apresentados no balanço da Companhia se aproximam dos seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos - swap - considerando as dívidas, informações de mercado e as taxas de juros dos empréstimos, financiamentos e debêntures contratados, o valor justo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.681.328. A Companhia utilizou como técnica de avaliação fluxos de caixa descontados, considerando o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco da Companhia. O valor justo apurado é de nível 2, na hierarquia do valor justo.
Riscos de crédito

	(21.082)	(76.399)	(3.093)	(2.454)	(103.028)
	Consolidado				
	2021				
	Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado)	Papel para Embalagens Sustentáveis (Papel)	Resinas Sustentáveis (Breu e Terebintina)	Corporativo/eliminações	Total
Receita líquida de vendas					
Mercado interno	902.841	444.317	9.160	-	1.356.318
Mercado externo	-	83.176	166.340	-	249.516
Receita líquida de vendas totais	902.841	527.493	175.500	-	1.605.834
Variação valor justo ativo biológico	-	46.429	(2.580)	-	43.849
Custo dos produtos vendidos	(605.063)	(297.769)	(114.827)	-	(1.017.659)
Lucro bruto	297.778	276.153	58.093	-	632.024
Despesas operacionais	(71.282)	(25.094)	(17.766)	(82.058)	(196.200)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	226.496	251.059	40.327	(82.058)	435.824
Resultado financeiro	(21.646)	(22.998)	(1.014)	47	(45.611)
Resultado operacional líquido	204.850	228.061	39.313	(82.011)	390.213
Depreciação, exaustão e amortização	(16.066)	(71.265)	(2.922)	(2.191)	(92.444)

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateadas aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas corporativas proporcional ao faturamento de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) **Receitas líquidas de vendas**

As receitas líquidas de vendas no exercício de 2022 totalizaram R\$ 1.686.666 (R\$ 1.605.834 no exercício de 2021).

As receitas líquidas de vendas para o mercado externo no exercício de 2022 totalizaram R\$ 246.168 (R\$ 249.516 exercício de 2021), distribuída por diversos países, conforme composição que segue:

	Consolidado			Consolidado		
	2022			2021		
	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total		Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	
Pais						
Alemanha	40.220	2,38%		28.168	1,75%	
Argentina	24.507	1,45%		26.485	1,65%	
Arábia Saudita	21.922	1,30%		25.536	1,59%	
Portugal	21.199	1,26%		18.324	1,14%	
Paraguai	14.059	0,83%		17.873	1,11%	
México	12.707	0,75%		16.520	1,03%	
Japão	12.391	0,73%		13.539	0,84%	
África do Sul	11.320	0,67%		12.391	0,77%	
Chile	10.800	0,64%		10.065	0,63%	
França	10.582	0,63%		10.045	0,63%	
Índia	10.517	0,62%		9.436	0,59%	
Países Baixos	9.133	0,54%		8.575	0,53%	
Peru	7.841	0,46%		8.254	0,51%	
EUA	7.494	0,44%		7.974	0,50%	
Espanha	6.475	0,38%		7.587	0,47%	
Paquistão	5.897	0,35%		7.560	0,47%	
Outros Países	19.104	1,13%		21.184	1,32%	
	246.168	14,56%		249.516	15,53%	

As receitas líquidas de vendas da Companhia no exercício de 2022 no mercado interno totalizaram R\$ 1.440.498 (R\$ 1.356.318 no exercício de 2021).

No exercício de 2022, um único cliente representava 4,7% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagens Sustentáveis (Papelão Ondulado), equivalente a R\$ 44.148. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

32. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina e no Estado de Minas Gerais:

i) **ICMS/SC – Prodec:** possibilita que 60% do incremento de ICMS no Estado de Santa Catarina, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados seja diferido para pagamento após 48 meses. Esse benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média de 16,69% como custo de captação para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos caso não possuísse o benefício.

A vigência do benefício é de 14 anos (10 anos de fruição e 4 anos de carência), iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$ 346 (R\$ 4.070 em 31 de dezembro de 2021) de ICMS diferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental de R\$ 346 (R\$ 3.942 em 31 de dezembro de 2021).

ii) **ICMS/MG – Crédito Presumido:** O Estado de Minas Gerais concede como principal benefício crédito presumido de ICMS resultando no recolhimento efetivo de 2% do valor das operações de saída dos produtos industrializados pela Companhia. O efeito no lucro operacional antes dos efeitos tributários no exercício de 2022 foi de R\$ 8.482 (R\$ 10.934 no exercício de 2021).

33. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Total
Controladora e Consolidado				
Saldo em 01.01.21	5.165	13.156	2.859	21.180
Depreciação	(1.107)	(2.677)	(2.444)	(6.228)
Adição/baixa de contratos - efeito principal	964	4.890	414	6.268
Transferências de ativo imobilizado	-	-	3.254	3.254
Saldo contábil líquido em 31.12.21	5.022	15.369	4.083	24.474
Custo	7.758	22.124	14.726	44.608
Depreciação acumulada	(2.736)	(6.755)	(10.643)	(20.134)
Saldo contábil líquido em 31.12.21	5.022	15.369	4.083	24.474
Saldo em 01.01.22	5.022	15.369	4.083	24.474
Depreciação	(1.287)	(3.316)	(3.940)	(8.543)
Adição/baixa de contratos - efeito principal	840	2.707	2.510	6.057
Saldo contábil líquido em 31.12.22	4.575	14.760	2.653	21.988
Custo	8.598	24.831	17.236	50.665
Depreciação acumulada	(4.023)	(10.071)	(14.583)	(28.677)
Saldo contábil líquido em 31.12.22	4.575	14.760	2.653	21.988

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente pelas taxas de 12,06% a 14,43% a.a., calculadas considerando a taxa livre de risco (NTN), o spread de risco da Companhia, o risco equivalente do país e o risco específico do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos com prazo médio de 6,5 anos.

Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Total
Controladora e Consolidado				
Saldo em 01.01.21	4.713	13.446	2.944	21.103
Parcela do arrendamento	(1.820)	(4.034)	(1.510)	(7.364)
Adição/baixa de contratos - efeito no principal	964	4.890	(854)	5.000
Juros sobre arrendamento	555	1.356	386	2.297
Transferências para passivo de arrendamento	-	-	2.030	2.030
Saldo contábil líquido em 31.12.21	4.412	15.658	2.996	23.066
Saldo em 01.01.22	4.412	15.658	2.996	23.066
Parcela do arrendamento	(165)	(4.688)	(4.141)	(8.994)
Adição/baixa de contratos - efeito no principal	(2.058)	2.779	3.505	4.226
Juros sobre arrendamento	539	1.300	550	2.389
Saldo contábil líquido em 31.12.22	2.728	15.049	2.910	20.687
Curto prazo	-	-	7.025	7.025
Longo prazo	-	-	13.662	13.662

Os juros sobre arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros (não descontados) estão assim distribuídos:

	Vencimentos no longo prazo	Controladora e Consolidado
2024		2.947
2025		2.947
2026		2.947
2027		2.798
2028 em diante		2.023
		13.662

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de prédios, construções, equipamentos e instalações. Os efeitos potenciais de PIS/COFINS são apresentados no quadro a seguir:

	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxo de caixa		
Contraprestação do arrendamento	45.833	32.796
PIS/COFINS (9,25%)	4.240	3.034

Conforme o ofício circular CVM 02/2019, a Companhia adotou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação (fluxo real descontado à taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação, são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Irani Papel e Embalagem S.A.

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Irani Papel e Embalagem S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Irani Papel e Embalagens S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

No exercício de 2022 não houve renegociações de contratos de arrendamentos. A Administração avaliou a utilização de fluxos de caixa nominais e taxas nominais, conforme recomendado pela CVM, e concluiu que estes não geram diferenças materiais nas informações apresentadas conforme quadro a seguir:

	Fluxo real		Fluxo nominal	
	01.01.19	31.12.22	01.01.19	31.12.22
Passivo de arrendamento	41.769	26.367	48.992	45.833
Juros embutidos	(16.147)	(5.680)	(19.687)	(13.037)
	25.622	20.687	29.305	32.796

34. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades operacionais e de investimentos, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o exercício de 2022, a Companhia realizou créditos de PIS e COFINS sobre itens do imobilizado de R\$ 167 e efetuou pagamentos de aquisições de ativo imobilizado, intangível e ativo biológico no montante de R\$ 21.372, que foram anteriormente financiadas por fornecedores.

Durante o exercício de 2021, a Companhia realizou créditos de PIS e COFINS sobre itens do imobilizado de R\$ 495, reconheceu atualização de créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS no valor de R\$ 502, reconheceu créditos sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC na repetição de indébito no valor de R\$ 25.197.

35. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	Passivos			Passivos		
	Controladora			Consolidado		
	Passivos			Passivos		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo de arrendamento	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo de arrendamento
Saldo em 31.12.20	588.232	10.467	21.103	588.247	10.467	21.103
Alterações que afetam caixa	239.294	(89.933)	(7.364)	239.279	(89.933)	(7.364)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(89.933)	-	-	(89.933)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(5.067)	-	-	(5.067)
Empréstimos captados	262.772	-	-	262.772	-	-
Emissão de debêntures (Líquido dos custos de captação)	59.547	-	-	59.547	-	-
Empréstimos e debêntures pagos	(42.488)	-	-	(42.503)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(40.537)	-	-	(40.537)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(2.297)	-	-	(2.297)
Alterações que não afetam caixa	65.214	95.811	9.327	65.214	95.811	9.327
Passivo de arrendamento - Adição/baixa	-	-	5.000	-	-	5.000
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	61.831	-	-	61.831	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	2.297	-	-	2.297
Juros capitalizados	5.413	-	-	5.413	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	95.811	-	-	95.811	-
Transferências para passivo de arrendamento	(2.030)	-	2.030	(2.030)	-	2.030
Saldo em 31.12.21	892.740	16.345	23.066	892.740	16.345	23.066

	Controladora			Consolidado		
	Passivos			Passivos		
	Controladora			Consolidado		
	Passivos			Passivos		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures e swap	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo de arrendamento	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo de arrendamento
Saldo em 31.12.21	892.740	16.345	23.066	892.740	16.345	23.066
Alterações que afetam caixa	743.164	(158.786)	(8.994)	743.164	(158.786)	(8.994)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(158.786)	-	-	(158.786)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(6.605)	-	-	(6.605)
Empréstimos captados	213.355	-	-	213.355	-	-
Emissão de debêntures (Líquido dos custos de captação)	700.307	-	-	700.307	-	-
Empréstimos e debêntures pagos	(62.328)	-	-	(62.328)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e swap	(80.299)	-	-	(80.299)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(2.389)	-	-	(2.389)
Pagamento de juros capitalizados	(27.871)	-	-	(27.871)	-	-
Alterações que não afetam caixa	156.271	164.561	6.615	156.271	164.561	6.615
Passivo de arrendamento - Adição/baixa	-	-	4.226	-	-	4.226
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e swap	125.849	-	-	125.849	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	2.389	-	-	2.389
Juros capitalizados	29.375	-	-	29.375	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	164.561	-	-	164.561	-
Ajuste de swap	1.047	-	-	1.047	-	-
Saldo em 31.12.22	1.792.175	22.120	20.687	1.792.175	22.120	20.687

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pérciles Pereira Druck

Presidente

Eurito de Freitas Druck	Paulo Sergio Viana Mall
-------------------------	-------------------------

Mensuração dos Ativos biológicos

Veja as Notas 3 (I) e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas são representados principalmente por florestas plantadas de pinus e são mensurados ao valor justo deduzido das despesas de venda.

A determinação do valor justo desses ativos contém incertezas relacionadas às premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuros, em especial o ciclo de produtividade projetado e a taxa de desconto.

Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor justo dos ativos biológicos da Companhia e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em mensuração de valores justos de ativos biológicos, do método, das premissas e dados utilizados na mensuração do valor justo dos ativos biológicos. Avaliamos especialmente a premissa da taxa de desconto e preço de venda da madeira e resinas. Comparamos as premissas da Companhia com informações históricas disponíveis e com dados observáveis de mercado entre outras; e
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas-chave mais sensíveis na mensuração do valor justo dos ativos biológicos incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos ajuste em relação a taxa de desconto utilizada, decorrente de interpretação metodológica, que resultaria em uma redução nos valores justos dos ativos biológicos, o qual não foi registrado pela administração, por ter sido considerado imaterial.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos de ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

QUARTIER PARTICIPAÇÕES S.A.CNPJ 10.370.032/0001-32
NIRE 43300062597

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Data, hora e local: Dia 30 de outubro de 2022, às 10h, na sede da Quartier Participações S.A. (a “Companhia”), localizada na Rua Ernesto Alves, nº 150, 1º andar – setor B, bairro Floresta, Porto Alegre/RS, CEP 90220-190.

Convocação e Presença: Dispensada a convocação na forma do §4º, do art. 124 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades Anônimas”), e os presentes à assembleia os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente: **Celso Kiperman;** Secretária: **Adriane Kiperman. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia no valor de **R\$ 1.899.391,46;** (ii) a ratificação da nomeação dos peritos contratados para elaboração de laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da **Artmed Panamericana Editora S.A.;** (iii) a aprovação do laudo de avaliação mencionado no item (ii) acima; (iv) a integralização das novas ações da Companhia emitidas em decorrência do aumento de capital deliberado nesta assembleia geral mediante conferência de ações emitidas pela **Artmed Panamericana Editora S.A.;** e (v) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o quanto segue: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia, que se encontra totalmente subscrito e integralizado, mediante a emissão de 2.928.379 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às ações ordinárias já existentes, pelo preço total de emissão de **R\$ 1.899.391,46.** Os acionistas presentes concordaram com os critérios adotados para fixação do preço de emissão das 2.928.379 novas ações ordinárias ora emitidas, nos termos do art. 170 da Lei das Sociedades Anônimas, e declararam que o referido preço de emissão total, no valor de **R\$ 1.899.391,46,** foi fixado sem diluição injustificada de suas participações. Assim, o capital social da Companhia passa **de R\$ 111.684.371,38 para R\$ 113.583.762,84,** representado por 130.150.183 ações, sendo 128.242.917 ações ordinárias e 1.907.266 ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal. Os acionistas presentes renunciaram, expressamente, aos seus respectivos direitos de preferência para subscrição do aumento de capital ora aprovado, dispensando, portanto, a concessão de prazo de decadência para exercício do direito de preferência, nos termos do art. 171, §4º da Lei das Sociedades Anônimas. As 2.928.379 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, foram emitidas e subscritas conforme Boletim de Subscrição anexo à presente ata como **Anexo I,** por **Jaleko Investimentos e Participações Ltda. (ii)** ratificar, nos termos do art. 8º da Lei das Sociedades Anônimas, a nomeação da empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa **Artmed Panamericana Editora S.A.,** com data-base de 30 de setembro de 2022, a fim de permitir a avaliação das 1.046.389 ações (as “**Ações Artmed**”) de titularidade da subscritora das novas ações emitidas pela Companhia em decorrência do aumento de capital aprovado neste ato, conforme Boletim de Subscrição constante do **Anexo I,** a saber: **Sólido Estrutura de Negócio S/A,** representada pelos seus sócios, Srs. **Douglas Marques Ferreira e Cassius Zenon Da Silva.** A empresa avaliadora apresentou à avaliação dos acionistas da Companhia, neste ato, laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação adotados e instruídos com os documentos relativos aos bens avaliados (i.e., patrimônio líquido da **Artmed Panamericana Editora S.A. (valor contábil)**) (o “**Laudo de Avaliação**”), nos termos do §1º do artigo 8º da Lei das Sociedades Anônimas. (iii) aprovar o **Laudo de Avaliação,** datado de 28 de outubro de 2022, elaborado com base no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2022 da **Artmed Panamericana Editora S.A.,** ora apresentado pela empresa avaliadora, nos termos do **Anexo II,** conforme descrito no item anterior. Os acionistas presentes verificaram que o **Laudo de Avaliação** concluiu que o valor do patrimônio líquido contábil da **Artmed Panamericana Editora S.A.,** em 30 de setembro de 2022, é de **R\$ 113.583.914,64,** sendo que o valor proporcional atribuído às Ações Artmed conferidas ao capital social da Companhia corresponde a **R\$ 1.899.391,46.** (iv) aprovar a integralização da totalidade das 2.928.379 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas conforme Boletim de Subscrição constante do Anexo I, mediante a conferência das Ações Artmed ao capital social da Companhia. (v) aprovar, face às deliberações tomadas acima, a consolidação o Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo III. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião e suspenso os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa: Celso Kiperman – Presidente; Adriane Kiperman – Secretária. Acionistas: Celso Kiperman, Adriane Kiperman, Leda Erdman Kiperman, Milton Hecht, Kiena Private Equity IV Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, representado por Kiena Private Equity Investimentos S.A., Bewatour Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, representado por Paraty Capital Ltda; Fagner O. de Deus; Luiz Felipe L. Trivelato; e Jaleko Investimentos e Participações Ltda, representada por Lucas Cottini da Fonseca Passos.** A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Porto Alegre/RS, 30 de outubro de 2022. Mesa: Celso Kiperman – Presidente; Adriane Kiperman – Secretária.

ANEXO III - A Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Quartier Participações S.A. realizada em 30 de Outubro de 2022. Estatuto Social da Quartier Participações S.A. - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º - A Quartier Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades Anônimas”). **Artigo 2º -** A Companhia tem sede e foro na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Jerônimo de Omeles, nº 670, parte, Bairro Santana, CEP 90040-340, podendo manter filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País ou no exterior. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto a participação em sociedades que atuem nas seguintes atividades: (i) a distribuição, o comércio, a importação e a exportação de livros, jornais e periódicos de mídia impressa, eletrônica ou outros suportes que venham a surgir; (ii) a distribuição e a comercialização de software, bem como a atividade de representação de empresas de software; (iii) a consultoria em implantação e integração de sistemas e treinamento em tecnologias para educação; e (iv) a participação em outras sociedades do mesmo segmento de atuação como sócia, acionista ou por meio de joint ventures. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital. Artigo 5º -** O capital social da Companhia totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, é de **R\$ 113.583.762,84** (cento e treze milhões, quinhentos e oitenta e três mil, setecentos e sessentas e dois reais e oitenta e quatro centavos), representado por 130.150.183 (cento e trinta milhões, cento e oitenta e três) ações, sendo 128.242.917 (cento e vinte e oito milhões, duzentas e quarenta e duas mil, novecentas e dezessete) ações ordinárias e 1.907.266 (um milhão, novecentas e sete mil e duzentas e sessenta e seis) ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º -** Cada ação é indivisível perante a Companhia. **§ 2º -** Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia. As ações preferenciais classe B não conferem a seu titular direito a voto. **§ 3º -** As ações preferenciais classe B conferem prioridade no reembolso de capital em relação às ações ordinárias, sem prêmio. As ações preferenciais classe B serão conversíveis a qualquer tempo em ações ordinárias à razão de 1:1, mediante deliberação do Conselho de Administração, sujeito às disposições do acordo de acionistas da Companhia, datado de 30 de novembro de 2018, arquivado na sede social da Companhia (“**Acordo de Acionistas 1**”). **§ 4º -** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de até 70.000.000 (setenta milhões) de novas ações ordinárias ou preferenciais classe B. O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização das ações emitidas. **Artigo 6º -** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia, bem como a existência destes títulos em circulação. **Artigo 7º -** Qualquer alienação de ações ou direitos a elas inerentes que viole o disposto neste Estatuto Social, no Acordo de Acionistas 1 ou no Acordo de Acionistas datado de 30 de julho de 2020 (“**Acordo de Acionistas 2**”), e em conjunto com o Acordo de Acionistas 1, os “**Acordos de Acionistas**”) será nula e ineficaz perante os acionistas, a Companhia e terceiros.

Capítulo III - Das Assembleias Gerais. Artigo 8º - As assembleias gerais serão ordinárias ou extraordinárias, podendo ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora e instrumentadas em ata única. As assembleias gerais ordinárias deverão ser realizadas dentro dos 4 (quatro) meses após o encerramento de cada exercício social, para discussão, votação e aprovação das respectivas matérias contempladas pela Lei das Sociedades Anônimas. As assembleias gerais extraordinárias poderão ser realizadas sempre e na medida em que os negócios da Companhia assim exigirem. **Artigo 9º -** As assembleias gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da assembleia geral indicará um dos presentes (que não necessitará ser acionista) para ocupar a função de secretário, sendo a mesa responsável por registrar as discussões e deliberações ocorridas em atas, as quais serão lavradas na forma sumária. Qualquer medida solicitada ou permitida a ser tomada por qualquer assembleia geral ou pela lei aplicável, deverá ser tomada de acordo com as disposições deste Estatuto Social e dos Acordos de Acionistas. **§ 1º -** As assembleias gerais poderão ser convocadas a qualquer tempo pelo Presidente do Conselho de Administração, por sua própria iniciativa, ou a pedido por escrito de qualquer acionista ou de outra forma prevista pela Lei das Sociedades Anônimas. A omissão por parte do Presidente do Conselho de Administração em convocar tal assembleia solicitada por qualquer acionista no prazo de 5 (cinco) dias corridos a partir da data de recebimento da solicitação pertinente permitirá que tal acionista convoque a assembleia aplicável. Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, os avisos de convocação deverão ser entregues a cada um dos acionistas, de acordo com os procedimentos previstos nos Acordos de Acionistas, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência para assembleias instaladas em primeira convocação ou com antecedência mínima de 8 (oito) dias para assembleias instaladas em segunda convocação. Os avisos de convocação também conterão informações sobre o local, data e hora em que a respectiva assembleia geral será realizada, os dados de acesso e conexão para participação remota e a respectiva ordem do dia detalhada, bem como qualquer documentação que deverá ser usada para dar suporte aos assuntos a serem discutidos em tal assembleia. Salvo se de outra forma for acordado pelos acionistas, a assembleia geral será realizada na sede da Companhia. Não obstante o disposto acima, uma assembleia geral deverá ser considerada devidamente convocada e instalada, sem a entrega de qualquer aviso de convocação, se todos os acionistas comparecerem à tal assembleia. **§ 2º -** Qualquer acionista poderá participar de uma assembleia geral remotamente, por teleconferência, videoconferência ou equipamento similar de comunicação, por meio do qual todos os participantes da reunião possam ouvir uns aos outros sem quaisquer interferências, e tal participação constituirá presença física em tal assembleia. Uma cópia assinada do voto dado por este acionista, se aplicável, deverá ser entregue por e-mail ao Presidente do Conselho de Administração imediatamente antes do término da assembleia, e uma via original será entregue ao Presidente do Conselho de Administração dentro de 5 (cinco) dias úteis após a assembleia e arquivada na sede da Companhia. O acionista que participar remotamente assinará fisicamente, assim que possível, a lista de presença e a ata da assembleia, mas em qualquer caso em até 20 (vinte) dias após a data da assembleia. **Artigo 10 -** Além das matérias previstas em lei, caberá à assembleia geral deliberar sobre as seguintes matérias, sujeito a eventual quórum qualificado previsto nos Acordos de Acionistas: (i) aquisição ou alienação pela Companhia de valores mobiliários ou qualquer direito de participação no capital social (incluindo direito de preferência na subscrição) de outra pessoa jurídica, bem como de sua participação em qualquer joint venture (ou parceria similar) ou o término de qualquer joint venture (ou parceria similar) existente; (ii) aprovação de qualquer opção de compra de ações, plano de participação nos lucros ou plano de remuneração semelhante, e quaisquer alterações ou cancelamentos destes; (iii) resgate, amortização ou recompra de qualquer ação ou valor mobiliário, conversíveis ou não, emitido pela Companhia ou cancelamento, permanência em tesouraria e posterior alienação de ações ou outros valores mobiliários da Companhia; (iv) qualquer transformação, fusão, incorporação de ações, cisão, ou qualquer forma de reorganização societária da Companhia; (v) emissão de qualquer valor mobiliário pela Companhia, conversível ou não, qualquer redução de capital social (com ou sem cancelamento de ações), qualquer aumento de capital com emissão de novas ações fora do limite do capital autorizado, ou ainda quaisquer alterações nas características, direitos ou privilégios das ações ou valores mobiliários existentes; (vi) qualquer alteração material dos princípios ou políticas contábeis ou fiscais da Companhia; (vii) grupamento ou desdobramento de ações representativas do capital social da Companhia; (viii) fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia; (ix) registro de companhia aberta e realização de qualquer IPO da Companhia; (x) participação em grupos de sociedades, nos termos do artigo 265 da Lei das Sociedades Anônimas; (xi) suspensão do exercício dos direitos dos acionistas, nos termos do artigo 120 da Lei das Sociedades Anônimas; (xii) alteração deste Estatuto Social; (xiii) dissolução, processo de reorganização judicial ou extrajudicial, atos voluntários de reorganização financeira, falência ou liquidação ou cessação do estado de liquidação; e (xiv) alteração do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social ou declaração de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em desacordo com o previsto neste Estatuto Social ou com as leis aplicáveis. **Artigo 11 -** Ressalvadas as exceções previstas em lei, neste Estatuto Social ou nos Acordos de Acionistas da Companhia, as deliberações da assembleia geral serão aprovadas pelo voto de acionistas representando a maioria das ações com direito a voto de emissão da Companhia presentes à assembleia geral. **Artigo 12 -** A Companhia deve sempre preparar e manter atas das assembleias gerais, que deverão registrar com precisão todas as deliberações, incluindo discussões relacionadas às matérias que não resultarem em decisões consensuais. O Presidente deverá garantir que cópias das atas de todas as assembleias gerais sejam disponibilizadas a cada acionista após a respectiva assembleia. **§ 1º -** A Companhia realizará, de forma tempestiva, as publicações exigidas pela Lei das Sociedades Anônimas. **Capítulo IV - Da Administração. Artigo 13 -** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Artigo 14 -** O Conselho será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, e até um número igual de suplentes, que serão eleitos pelos acionistas, nos termos dos Acordos de Acionistas. **§ 1º -** Os membros do Conselho de Administração deverão servir durante um mandato unificado de 2 (dois) anos. É permitida a reeleição para os membros do Conselho de Administração, sem número máximo de mandatos consecutivos. **§ 2º -** Todos os membros do Conselho de Administração terão o direito de serem reembolsados pela Companhia de qualquer despesa razoável com viagens, desde que decorrentes do desempenho de suas atividades e funções. **Artigo 15 -** No caso de vacância de qualquer cargo no Conselho de Administração, incluindo vacância por renúncia, o membro do Conselho de Administração substituído deverá ser nomeado pelo acionista que tiver nomeado o membro do Conselho de Administração então substituído, para o período remanescente para completar o prazo do respectivo mandato. **Artigo 16 -** O Conselho de Administração deverá realizar reuniões na hora e local conforme determinado pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração deverá se reunir ordinariamente ao menos 1 (uma) vez por mês, nas datas e horários que forem estabelecidos pelos membros do Conselho de Administração na primeira reunião de cada ano. Pelo menos 8 (oito) dias antes de qualquer reunião ordinária do Conselho de Administração, a Companhia deverá entregar a todos os membros do Conselho de Administração a respectiva ordem do dia e os respectivos documentos e materiais de suporte então preparados e disponíveis para fundamentar a(s) deliberação(ões). **§ 1º -** As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, por sua própria iniciativa ou mediante solicitação por escrito de qualquer membro do Conselho de Administração, ou por quaisquer 2 (dois) membros do Conselho de Administração. O aviso de convocação deverá ser entregue, pessoalmente com protocolo, por e-mail, seguido de uma confirmação de recebimento ou por correio com aviso de recebimento. A omissão do Presidente do Conselho de Administração em convocar qualquer reunião solicitada por qualquer membro do Conselho de Administração no prazo de 5 (cinco) dias corridos a partir da data de recebimento do pedido por qualquer membro do Conselho de Administração, autorizará qualquer outro membro do Conselho de Administração a convocar a reunião solicitada. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito e com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência. O aviso de convocação especificará o local, a data e o horário da reunião, os dados de acesso e conexão para participação remota, e informará a ordem do dia detalhada e anexará qualquer documento preparado pela Companhia antes da reunião, que dê suporte a qualquer deliberação, e toda documentação necessária relacionada a mesma, se disponível. As formalidades de convocação poderão ser dispensadas pelos membros do Conselho de Administração por escrito ou mediante a presença de todos os membros do Conselho de Administração. Os acionistas comprometer-se-ão a enviar seus melhores esforços para assegurar que os membros do Conselho de Administração por eles indicados compareçam às reuniões do Conselho de Administração regularmente convocadas. Salvo se de outra forma acordado pela maioria dos membros do Conselho de Administração, as reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da Companhia. **§ 2º -** Qualquer membro do Conselho de Administração que não possa comparecer fisicamente a uma reunião do Conselho de Administração, por qualquer motivo, poderá participar da respectiva reunião do Conselho de Administração por teleconferência, videoconferência ou equipamento similar de comunicação por meio do qual todas as pessoas participantes da reunião possam ouvir uns aos outros sem quaisquer interferências e tal participação constituirá presença pessoal em tal reunião, desde que antes do término da reunião seja enviado por e-mail uma cópia assinada do voto emitido por tal membro do Conselho de Administração para o Presidente do Conselho de Administração, com cópia para todos os outros membros do Conselho de Administração, sendo que uma via original do voto deverá ser entregue ao Presidente do Conselho dentro de 5 (cinco) dias úteis após a reunião e arquivada na sede da Companhia. Ademais, se qualquer membro do Conselho de Administração não puder comparecer a uma reunião, pessoalmente, por teleconferência ou por meio similar, então tal membro do Conselho de Administração poderá, em conformidade com a lei aplicável e este Estatuto Social, outorgar uma instrução de voto para outro membro do Conselho de Administração. O membro do Conselho de Administração que estiver participando de forma remota deverá, assim que possível, assinar fisicamente a lista de presença e a ata da reunião. **§ 3º -** O quórum para instalação de uma reunião do Conselho de

Administração somente ocorrerá se a maioria dos membros do Conselho de Administração estiver presente (incluindo, a fim de evitar dúvidas, membros do Conselho de Administração que estiverem participando por teleconferência ou videoconferência) na respectiva reunião, sendo que, caso qualquer matérias de maioria qualificada prevista no artigo 17 deste Estatuto incluída no aviso de convocação/ordem do dia, a reunião somente poderá ser instalada na primeira chamada se o quórum qualificado necessário estiver presente em tal reunião. Caso uma reunião do Conselho de Administração não seja instalada em primeira convocação devido à falta do quórum exigido, os membros do Conselho de Administração presentes deverão adiar a reunião para o 5º (quinto) dia subsequente (levando em consideração qualquer circunstância que possa impedir qualquer dos membros do Conselho de Administração de estar presente ou participar em tal reunião reconvoçada), e, no mesmo dia, deverão imediatamente enviar uma notificação por escrito aos membros do Conselho de Administração indicando o local e o horário em que a reunião de segunda convocação será reinstalada. Uma reunião de segunda convocação será considerada validamente instalada com a presença de qualquer número de membros do Conselho de Administração e, neste caso, caso o quórum qualificado não esteja presente, referida matéria de maioria qualificada será validamente discutida, votada e aprovada pelo voto da maioria simples dos presentes em tal reunião. **Artigo 17 -** As principais funções do Conselho de Administração serão estabelecer as diretrizes básicas de política geral da Companhia e monitorar e direcionar sua implementação. Além das matérias previstas em lei, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias, sujeito a eventual quórum qualificado previsto nos Acordos de Acionistas: (i) deliberar e aprovar o orçamento anual e o plano de negócios da Companhia, bem como qualquer alteração, revisão ou atualização destes; (ii) contratação ou alteração de financiamentos, empréstimos, endividamento ou operação financeira (incluindo série de operações relacionadas) que resulte em uma alavancagem igual ou superior a 1,0x (uma vez) a dívida líquida/EBITDA da Companhia, conforme definido nos Acordos de Acionistas; (iii) nomeação ou substituição de auditores independentes da Companhia; (iv) aquisição e/ou alienação de ativos envolvendo preço superior a **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais) por transação individual ou série de transações relacionadas; (v) celebração, rescisão ou alteração de qualquer operação com partes relacionadas da Companhia ou de qualquer subsidiária desta, bem como a celebração, rescisão, ou alteração de qualquer instrumento, contrato ou acordo, incluindo contratos de trabalho com uma parte relacionada e contratos de locação com partes relacionadas da Companhia; (vi) aprovação para acordo, ou transação similar para o término de qualquer litígio ou para liquidação de qualquer contingência envolvendo um montante igual ou superior a **R\$ 500.000,00** (quinhentos mil reais); (vii) propositura de qualquer ação judicial ou medida administrativa envolvendo valor superior a **R\$ 500.000,00** (quinhentos mil reais); (viii) concessão ou alteração de garantias, fianças ou avais, com exceção de garantias, fianças ou avais em garantia de obrigações da Companhia ou suas subsidiárias cujo valor não exceda, por operação ou série de operações relacionadas no mesmo exercício social, **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais); (ix) oneração de ativos da Companhia, com exceção de ônus no curso normal dos negócios cujo valor não exceda, por operação ou série de operações relacionadas no mesmo exercício social, **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais); (x) alteração na política de remuneração ou plano de benefícios de administradores ou empregados, incluindo bônus, distribuição de lucros e programas de incentivo à remuneração, outorga de opções de compra de ações ou instrumentos similares; (xi) assunção de qualquer obrigação de não concorrência que vincule a Companhia ou suas subsidiárias; (xii) qualquer despesa cujo valor individual supere **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais), por operação ou série de operações relacionadas no mesmo exercício social; (xiii) qualquer investimento cujo valor individual seja superior a **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais), por operação ou série de operações relacionadas no mesmo exercício social; (xiv) distribuição desproporcional de lucros em qualquer subsidiária da Companhia; (xv) celebração, alteração e/ou rescisão de contratos (a) que regem o relacionamento comercial junto aos parceiros comerciais da Companhia; (b) com instituições de ensino superior, ou (c) que envolvam obrigações para a Companhia em valor superior a **R\$ 2.000.000,00** (dois milhões de reais) pelo prazo do contrato (ou por um período de 2 (dois) anos, caso o prazo seja indeterminado); (xvi) decisão sobre a utilização do benefício relativo à amortização de ação decorrente da aquisição de sociedades pela Companhia ou subsidiárias; (xvii) suspensão ou interrupção das atividades de qualquer linha de negócio da Companhia e suas subsidiárias; (xviii) assunção de obrigações em benefício exclusivo de terceiros exonerada por liberalidade de terceiros do cumprimento de obrigações, prática de atos gratuitos ou de favor e renúncia à diretos, exceto por (a) descontos comerciais no curso regular dos negócios, ou (b) doações de obras literárias cujo valor agregado não exceda **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais) em um mesmo exercício social; e (xix) escolha de instituições financeiras ou empresas de assessoria responsáveis pela coordenação ou implementação de operações de M&A, societárias e/ou de mercado de capitais, ou emissão e reestruturação de dívida. **§ Único -** Os valores mencionados neste artigo serão corrigidos anualmente a partir de 01 de janeiro de 2020, pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro índice equivalente que venha a substituí-lo. **Artigo 18 -** Ressalvadas as exceções previstas em lei, neste Estatuto Social ou nos Acordos de Acionistas da Companhia, as deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas pela maioria simples de votos dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião, sendo que o Presidente do Conselho terá o voto de minerva em caso de empate. **Artigo 19 -** A Companhia elaborará e manterá sempre precisas e completas as atas das reuniões do Conselho de Administração, as quais devem registrar com precisão as deliberações, incluindo as deliberações relacionadas às matérias que não resultem em decisões consensuais. **Artigo 20 -** A Diretoria deverá ser composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) diretores, sendo (i) um Diretor Presidente; (ii) um Diretor Financeiro; e (iii) os demais Diretores sem denominação específica. **§ 1º -** Os membros da Diretoria deverão ser nomeados e removidos pelo Conselho de Administração, sujeitos às disposições deste Estatuto Social, dos Acordos de Acionistas e da Lei das Sociedades Anônimas. **Artigo 21 -** Cada membro da Diretoria deverá servir por um período de 02 (dois) anos ou, caso superior, até que o sucessor de tal membro seja indicado pelo Conselho de Administração ou, caso inferior, até a morte, renúncia ou remoção de tal diretor, conforme permitido nos Acordos de Acionistas. A reeleição é permitida para os membros da Diretoria, sem número máximo de mandatos consecutivos. O mandato de um membro da Diretoria deverá começar no dia da assinatura do respectivo termo de posse. **§ Único -** Os membros da Diretoria terão o direito a receber a remuneração baseada nas práticas de mercado, não excedendo o montante anual bruto aprovado pelo Conselho de Administração com base na remuneração global anual da administração aprovada pela assembleia geral. **Artigo 22 -** A Diretoria deverá realizar reuniões, mensalmente, e reuniões extraordinárias sempre que os interesses sociais assim o exigirem e sempre que convocada por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, cabendo ao Diretor Presidente estabelecer a ordem do dia de tais reuniões, no entanto qualquer diretor terá o direito de convocar reuniões extraordinárias e propor a ordem do dia. A convocação pode ser dispensada se houver um calendário aprovado para todo o semestre ou ano. Todas e quaisquer regras relacionadas às reuniões da Diretoria serão determinadas pela própria Diretoria. Todas as atas de toda e qualquer reunião da Diretoria, juntamente com os materiais nela apresentados, devem ser enviados aos membros do Conselho de Administração, no prazo de 05 (cinco) dias a contar de tal reunião. **Artigo 23 -** Além das matérias previstas em lei, a Diretoria será responsável pelas seguintes matérias nos termos dos Acordos de Acionistas: (i) gestão do dia a dia, administração e supervisão dos negócios e atividades da Companhia e todas as decisões relacionadas às atividades rotineiras da Companhia, de acordo com as disposições deste Estatuto e dos Acordos de Acionistas e funcionará de forma colegiada, deliberando por maioria absoluta de votos, sem embargo da responsabilidade individual de seus membros. Havendo empate a matéria será submetida ao Conselho de Administração; (ii) preparação e implementação do plano de negócios e do orçamento anual, e submissão destes à aprovação do Conselho de Administração; (iii) transigir, renunciar, acordar e firmar compromissos, assumir obrigações, investir os recursos, adquirir, dispor, alugar, hipotecar, penhorar ou de qualquer outra forma criar ônus sobre quaisquer outros ativos da Companhia, sujeito às disposições deste Estatuto e dos Acordos de Acionistas; (iv) aprovar todas as medidas necessárias e realizar todos os atos ordinários de natureza administrativa, financeira e econômica, de acordo com as disposições estabelecidas nos Acordos de Acionistas e com as deliberações aprovadas pela assembleia geral e pelo Conselho de Administração; (v) preparar as demonstrações financeiras da Companhia e ser responsável pela manutenção dos livros societários, tributários e contábeis da Companhia; e (vi) reportar ao Conselho de Administração sobre qualquer litígio material, bem como quaisquer questões de compliance, relacionados à Companhia e/ou qualquer subsidiária. **Artigo 24 -** A representação da Companhia, em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete (i) ao Diretor Presidente, isoladamente; (ii) a quaisquer 2 (dois) diretores em conjunto; (iii) a qualquer diretor em conjunto com um procurador; ou (iv) a 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Artigo 25 -** A Diretoria poderá, em reunião, indicar qualquer diretor, ou autorizar a outorga de mandato a terceiros para, isoladamente, praticar atos de atribuição da Diretoria ou de qualquer diretor, sem prejuízo de poderes ou atribuições idênticas conferidas por este Estatuto ou pela Diretoria, a ela própria ou a qualquer diretor. **Artigo 26 -** As escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral quaisquer outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia em valor superior a **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais), serão obrigatoriamente assinados (i) pelo Diretor Presidente; ou (ii) por quaisquer 2 (dois) diretores em conjunto. **§ Único -** Obedecido o disposto no artigo 25 deste Estatuto, a Companhia poderá ser representada por um único diretor ou procurador, agindo isoladamente. **Artigo 27 -** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de 1 (um) ano. **Artigo 28 -** O Conselho de Administração, pelo voto da maioria simples de seus membros e observado o disposto nos Acordos de Acionistas, terá o direito de formar e compor comitês a fim de auxiliar em suas responsabilidades e funções. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal. Artigo 29 -** O Conselho Fiscal da Companhia deverá ser composto por 3 (três) membros e um número equivalente de suplentes, e deverá atuar apenas quando convocado pelos acionistas, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas. **Capítulo VI - Do Exercício Social, do Balanço e dos Lucros. Artigo 30 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro de um determinado ano e terminará em 31 de dezembro de tal ano. **Artigo 31 -** Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes, as quais serão auditadas por auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Artigo 32 -** A Companhia não distribuirá nenhum dividendo aos seus acionistas enquanto ela tiver apurado prejuízos e/ou os acionistas deliberarem na respectiva assembleia geral que a distribuição de dividendos é incompatível com a situação financeira da Companhia no momento de tais deliberações. De outro modo, a Companhia deverá declarar e pagar um dividendo anual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) de seu lucro líquido, ajustado conforme previsto na Lei das Sociedades Anônimas. **Capítulo VII - Da Liquidação. Artigo 33 -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à assembleia geral estabelecer o modo da liquidação, eleger o liquidante e, se em funcionamento, os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII - Arbitragem. Artigo 34 -** Com exceção de disputas relacionadas a obrigações sujeitas a execução judicial imediata, todas e quaisquer conflitos societários, incluindo, mas não se limitando a, todas as disputas relacionadas à Lei das Sociedades Anônimas ou a este Estatuto Social, incluindo quaisquer questões relativas à existência, validade, vigência ou execução deste Estatuto Social (“**Disputa**”), serão obrigatoriamente, exclusiva e definitivamente submetidas a arbitragem a ser conduzida pelo Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“**CAM-CCBC**” ou “**Câmara de Arbitragem**”), mediante entrega de notificação por escrito por qualquer parte às demais partes e à Câmara de Arbitragem, solicitando a instauração de arbitragem (“**Notificação de Arbitragem**”). O procedimento arbitral deverá ser instaurado e processado de acordo com as Regras de Arbitragem da Câmara de Arbitragem (“**Regras de Arbitragem**”). **§ 1º -** Para que não haja dúvidas, o Artigo 34 vincula igualmente a Companhia e todos os acionistas, que concordam em cumprir e se submeter aos termos e condições deste Artigo 34, que estará irrevogavelmente em pleno vigor e efeito, e sujeito a execução específica. Nenhum instrumento ou condição adicionais são necessários para torná-la plenamente vigente e efetiva, incluindo, entre outros, o “compromisso arbitral” conforme o artigo 10 da Lei de Arbitragem. **§ 2º -** O tribunal arbitral (“**Tribunal Arbitral**”) será composto por 3 (três) árbitros, sendo que 1 (um) deles será nomeado pela parte que solicitou a instauração da arbitragem, outro, pela parte contra qual a arbitragem foi instaurada, e o terceiro - que será o Presidente do Tribunal Arbitral -, pelos 2 (dois) árbitros escolhidos pelas partes da arbitragem. Caso o Presidente do Tribunal Arbitral não seja nomeado pelos co-árbitros dentro de, no máximo, 10 (dez) dias úteis a partir da nomeação do segundo árbitro, será de responsabilidade do Presidente da Câmara Arbitral nomear o Presidente do Tribunal Arbitral. No caso de litisconsórcio entre as partes, os requerentes ou requeridos, conforme o caso, deverão acordar mutuamente a respeito de um árbitro para participar do Tribunal Arbitral, ficando entendido que, caso as partes não consigam chegar a um acordo a esse respeito, o árbitro deverá ser escolhido pelo Presidente da CAM-CCBC, conforme as Regras de Arbitragem. Caso haja muitas partes com interesses diferentes, de forma que um litisconsórcio entre partes seja inviável, todas as partes envolvidas deverão nomear em conjunto 2 (dois) árbitros, que, por sua vez, nomearão o Presidente do Tribunal Arbitral; caso as partes envolvidas deixem de nomeá-lo em 10 (dez) dias úteis após a submissão de qualquer disputa à arbitragem, todos os 3 (três) árbitros serão nomeados pela CAM-CCBC, conforme as Regras de Arbitragem. Além dos impedimentos previstos nas Regras de Arbitragem, nenhum árbitro nomeado de acordo com esta cláusula compromissória de arbitragem poderá ser um empregado, representante ou ex-empregado de qualquer uma das partes ou de qualquer pessoa associada, direta ou indiretamente, a elas, ou proprietário de qualquer das partes ou de uma pessoa direta ou indiretamente associada a elas. **§ 3º -** O local da arbitragem será a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, onde a sentença será proferida. **§ 4º -** O idioma oficial para todos os atos de arbitragem segundo este Estatuto Social será o português e as leis da República Federativa do Brasil serão aplicáveis. O Tribunal Arbitral não deverá recorrer às regras de equidade para resolver as disputas submetidas a ele. **§ 5º -** A sentença arbitral será final, irrecurável e vinculativa para as partes, incluindo a Companhia, seus sucessores e cessionários, que concordam em cumprir a espontaneamente e renovar expressamente a qualquer forma de recurso, com exceção da solicitação de correção de erro material ou esclarecimento de incerteza, dúvida, contradição ou omissão da sentença arbitral, conforme previsto no artigo 30 da Lei de Arbitragem, com exceção, ainda, do exercício de boa-fé na anulação estabelecida no artigo 33 da Lei de Arbitragem. Caso necessário, a sentença arbitral poderá ser executada em qualquer tribunal que tenha jurisdição ou autoridade sobre os acionistas, a Companhia ou seus ativos. A decisão incluirá a distribuição de custos, incluindo honorários advocatícios e despesas razoáveis conforme o Tribunal Arbitral considerar adequado. **§ 6º -** Antes da instituição da arbitragem, as partes poderão pleitear medidas cautelares ou de urgência ao Poder Judiciário ou ao Árbitro de Emergência, na forma do Regulamento. Após a instituição da arbitragem, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao tribunal arbitral, a quem caberá manter, modificar e/ou revogar quaisquer medidas anteriormente concedidas pelo Poder Judiciário ou ao Árbitro de Emergência, conforme o caso. **§ 7º -** Medidas cautelares ou de urgência antes de instituída a arbitragem, bem como ações de execução e de cumprimento da sentença arbitral e quaisquer medidas judiciais permitidas pela Lei 9.307/96, quando aplicáveis, deverão ser pleiteadas na comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O requerimento de quaisquer medidas judiciais permitidas pela Lei 9.307/96 não será considerado uma renúncia aos direitos previstos neste Artigo ou à arbitragem como único mecanismo de resolução de Disputas. **§ 8º -** Todos e quaisquer documentos e/ou informações trocados entre as partes, incluindo entre qualquer acionista e a Companhia ou com o Tribunal Arbitral serão mantidos confidenciais pelas partes e não deverão ser considerados uma violação da obrigação de confidencialidade prevista nos Acordos de Acionistas. A menos que de outro modo expressamente acordado por escrito pelos acionistas ou exigido por Lei, as partes, incluindo a Companhia, seus respectivos representantes e afiliadas, as testemunhas, o Tribunal Arbitral, a Câmara de Arbitragem e seu secretariado, comprometem-se a manter confidenciais a existência, o conteúdo e todas as sentenças e decisões relacionadas ao procedimento arbitral, juntamente com todo o material nele utilizado e criado para seus fins, assim como outros documentos elaborados pelos demais acionistas ou pela Companhia durante o procedimento arbitral que não sejam de outro modo de domínio público - exceto se e na medida em que a divulgação for exigida por um dos acionistas ou pela Sociedade nos termos da Lei. **§ 9º -** A menos que de outra forma acordado por escrito, as partes devam continuar a executar de forma diligente suas respectivas funções e obrigações nos termos deste Estatuto Social enquanto um processo arbitral estiver pendente. **§ 10º -** A Companhia está vinculada a este compromisso arbitral para todos os fins legais. **Capítulo IX - Da Liquidação. Artigo 35 -** A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo X - Disposições Gerais. Artigo 36 -** A Companhia observará os Acordos de Acionistas arquivados na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades Anônimas, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ao Presidente das assembleias gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados em infração aos Acordos de Acionistas. **Artigo 37 -** A Companhia obriga-se a disponibilizar para os acionistas todos e quaisquer contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de compra de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 38 -** Na hipótese de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, a Companhia obriga-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidades administradoras de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa previstas Instrução CVM 578, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada. **Artigo 39 -** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regidos pelas leis aplicáveis. Porto Alegre/RS, 30 de outubro de 2022. Mesa: **Celso Kiperman - Presidente; Adriane Kiperman - Secretária.** JUCISRS. Certificado registro sob o nº 8557493 em 09/12/2022 da Empresa Quartier Participações S/A, CNPJ 10370032000132 e protocolo 224068849 - 30/11/2022. Autenticação: 77BD2AE4937189D18AE2CFA6B377A51B25E7E93. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

PUBLICIDADE LEGAL

QUARTIER PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ 10.370.032/0001-32
NIRE 43300062597

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. 1. **Data, Hora e Local:** dia 05 de janeiro de 2023, às 10h, na sede da Quartier Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Ernesto Alves nº 150, 1º andar, Setor B, bairro Floresta, CEP 90.220-190, na cidade de Porto Alegre (RS). 2. **Presença:** Presentes os acionistas titulares de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme se verifica no Livro de Registro de Presença de Acionistas. 3. **Convocação:** Formalidades de convocação dispensadas, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"). 4. **Composição da Mesa:** Foram eleitos para compor a mesa diretora dos trabalhos os Srs. Celso Kiperman e Adriane Kiperman, na qualidade de presidente e secretária respectivamente. 5. **Lavratura da Ata:** Foi aprovada a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da LSA. 6. **Ordem do Dia:** 6.1. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 6.2. Fixar a remuneração dos administradores da Companhia. 7. **Deliberações:** 7.1. Foi aprovada, pela totalidade dos acionistas presentes, a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia a seguir identificados, para mandato unificado de 2 (dois) anos: a) **Celso Kiperman**, como Presidente do Conselho de Administração; b) **Adriane Kiperman**; c) **Cristiano Gioia Lauretti**; d) **Camilo Cabianca Ramos**; e e) **Carlos Alberto Guerra Filgueiras**. 7.2. Foi aprovada, pela totalidade dos acionistas presentes, a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia a seguir identificados, para mandato unificado de 2 (dois) anos: a) Rogério Frota Melzi; b) Luciano Brochmann; e c) Paula Picinini. Os Conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante: a) a assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; e b) a apresentação de declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável; o que deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data. 7.3. Foi aprovada, pela totalidade dos acionistas presentes, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia em R\$ 135.409,00 (cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e nove reais), devendo a distribuição entre os membros da administração ser definida conforme deliberação do Conselho de Administração. 8. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, que lida e aprovada foi assinada pela totalidade dos acionistas da Companhia. Porto Alegre (RS), 05 de janeiro de 2023. **Assinaturas: Mesa:** Celso Kiperman e Adriane Kiperman - presidente e secretária, respectivamente. **Acionistas:** Celso Kiperman, Adriane Kiperman, Leda Erdman Kiperman, Milton Hecht, Luiz Filipe Lanna Trivelato, Fagner Oliveira de Deus, Kinea Private Equity IV Master Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, e Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia. Declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Celso Kiperman** - Presidente. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 8687956 em 24/01/2023 da Empresa Quartier Participacoes S/A, CNPJ 10370032000132 e protocolo 230087485 - 10/01/2023. Autenticação: 6C1E67CD41733C78BF42ED856415F78651A4D. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. 1. **Data, Hora e Local Da Reunião:** Dia 05 de janeiro de 2023, às 13h, na sede da Quartier Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Ernesto Alves nº 150, 1º andar, Setor B, bairro Floresta, CEP 90.220-190, na cidade de Porto Alegre (RS). 2. **Quórum de Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. **Convocação:** Dispensada, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme previsto no Artigo 16º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia. 4. **Composição da Mesa:** Foram eleitos para compor a mesa diretora dos trabalhos o Sr. Celso Kiperman e a Sra. Adriane Kiperman, na qualidade de presidente e secretária, respectivamente. 5. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição dos Diretores da Companhia. 6. **Deliberações:** 6.1. Foi aprovada, pela unanimidade dos presentes, a reeleição dos Diretores da Companhia a seguir identificados, para mandato de 02 (dois) anos a contar da presente data: (i) **Diretor Presidente: Celso Kiperman**; (ii) **Diretora sem designação específica: Adriane Kiperman**; (i) **Diretor Financeiro: Renato Veisman** e (ii) **Diretor sem designação específica: Luiz Filipe Lanna Trivelato**. Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante: a) a assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia; e b) a apresentação de declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável; o que deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data. 7. **Encerramento:** Nada mais tendo a tratar, foi lavrada esta ata, que lida e aprovada, é assinada por todos os presentes. **Assinaturas: Mesa:** Sr. Celso Kiperman e a Sra. Adriane Kiperman, na qualidade de presidente e secretária, respectivamente. **Conselheiros:** Celso Kiperman, Adriane Kiperman, Cristiano Gioia Lauretti, Camilo Cabianca Ramos, Carlos Alberto Guerra Filgueiras, Rogério Frota Melzi, Luciano Brochmann e Paula Picinini. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Porto Alegre (RS), 05 de janeiro de 2023. **Mesa: Celso Kiperman** - Presidente; **Adriane Kiperman** - Secretária. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 8708298 em 01/02/2023 da Empresa QUARTIER PARTICIPACOES S/A, CNPJ 10370032000132 e protocolo 230088287 - 10/01/2023. Autenticação: 2BC83135DC8433E94EDDB67D9F5FAE1AAD351E. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O
APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
Versão para folhear
Notificações das notícias mais importantes





**CTA - CONTINENTAL
TOBACCOS ALLIANCE S/A**

CNPJ nº 00.095.840/0001-85
NIRE nº 43 3 0003383 0

MENSAGEM DA DIRETORIA

Senhores acionistas:
Em atendimento às disposições legais e estatutárias vigentes, no ensejo do encerramento das atividades deste ano, temos a satisfação de submeter a sua apreciação as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Venâncio Aires, 24 de fevereiro de 2023.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	2022		2021		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022		2021	
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	272.868	260.059			Fornecedores	30.738	10.187		
Contas a receber	367.575	139.458			Empréstimos e financiamentos	877.790	685.742		
Adiantamentos a fornecedores de tabaco	117.755	19.156			Obrigações sociais e trabalhistas a recolher	11.469	8.265		
Estoques	278.921	338.194			Obrigações fiscais a recolher	8.357	1.867		
Tributos a recuperar	43.386	20.858			Total do passivo circulante	967.992	744.317		
Instrumentos financeiros derivativos	354	-			Não circulante				
Tributos diferidos	-	9.293			Empréstimos e financiamentos	4	46		
Outros créditos	11.577	9.895			Obrigações com acionistas	1.886	3.592		
Total do ativo circulante	1.092.436	796.913			Tributos diferidos	3.999	-		
					Outras obrigações	1.373	1.289		
Não circulante					Total do passivo não circulante	7.262	4.927		
Adiantamentos a fornecedores de tabaco	2.725	4.144			Total do passivo	975.254	749.244		
Tributos a recuperar	9.714	9.642			Patrimônio líquido				
Tributos diferidos	-	3.534			Capital social	164.109	164.109		
Outros créditos	590	800			Ajuste de avaliação patrimonial	88.196	90.545		
Direitos de uso por arrendamento	584	823			Reserva de lucros	142.994	77.310		
Investimentos	114	101			(-) Ações em tesouraria	(3.124)	(3.124)		
Imobilizado	215.844	222.802			Total do patrimônio líquido	392.175	328.840		
Intangível	45.422	39.325							
Total do ativo não circulante	274.993	281.171							
Total do ativo	1.367.429	1.078.084			Total do passivo e patrimônio líquido	1.367.429	1.078.084		

	2022	2021
Receita operacional líquida	1.644.893	726.238
Custo dos produtos vendidos	(1.341.990)	(547.629)
Lucro bruto	302.903	178.609
Despesas operacionais		
Com vendas	(55.931)	(20.696)
Administrativas	(35.509)	(25.775)
Outras receitas e despesas operacionais	(1.620)	(8.967)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	209.843	123.171
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(81.025)	(44.913)
Receitas financeiras	4.617	3.603
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(927)	(22.650)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	132.508	59.211
Imposto de Renda e Contribuição Social	(49.866)	(16.184)
Resultado líquido do exercício	82.642	43.027
Ações do capital social no final do exercício (em milhares)	982.911	982.911
Lucro líquido por ações do capital social no fim do exercício (em R\$)	84,08	43,78

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de incentivos fiscais	Reserva Legal	Reserva para aumento de capital	Reserva para manutenção de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	164.109	(3.124)	1.687	2.928	18.475	11.086	7.391	93.127		295.679
Lucro líquido do exercício									43.027	43.027
Realização do ajuste de avaliação patrimonial								(3.913)	3.913	
Tributos sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial								1.331		1.331
Destinação do resultado										
Reserva legal				2.152					(2.152)	
Reservas para aumento de capital					16.796				(16.796)	
Reserva para manutenção do capital de giro						10.077			(10.077)	
Reserva de lucros							6.718		(6.718)	
Juros capital próprio									(9.636)	(9.636)
Dividendos									(1.561)	(1.561)
Em 31 de dezembro de 2021	164.109	(3.124)	1.687	5.080	35.271	21.163	14.109	90.545		328.840
Lucro líquido do exercício									82.642	82.642
Realização do ajuste de avaliação patrimonial								(3.559)	3.559	
Tributos sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial								1.210		1.210
Destinação do resultado										
Reserva legal				4.132					(4.132)	
Reservas para aumento de capital					30.776				(30.776)	
Reserva para manutenção do capital de giro						18.466			(18.466)	
Reserva de lucros							12.310		(12.310)	
Juros capital próprio									(16.027)	(16.027)
Dividendos									(4.490)	(4.490)
Em 31 de dezembro de 2022	164.109	(3.124)	1.687	9.212	66.047	39.629	26.419	88.196		392.175

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	82.642	43.027
Outros componentes do resultado abrangente - ajuste de avaliação patrimonial	3.559	3.913
Efeito Fiscal	(1.210)	(1.331)
Total do resultado abrangente do exercício	2.349	2.582
Total do resultado abrangente do exercício	84.991	45.609

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	2021
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	82.642	43.027
Ajustes por		
Depreciação e amortização	31.793	24.741
Baixa de investimentos, imobilizado e intangível	274	4.680
Reversão para perdas estimadas com créditos a receber	1.797	3.258
Tributos diferidos	18.037	3.694
Provisão para valor de mercado dos estoques	(1.107)	1.950
Juros provisionados	62.100	23.965
Juros provisionados s/arrendamento	47	-
Variações cambiais líquidas	(10.166)	26.526

	2022	2021
Decrécimos (acrécimos) em ativos e passivos		
Contas a receber	(230.794)	48.040
Estoques	53.351	(132.469)
Tributos a recuperar e diferidos	787	12.711
Outros créditos	(105.217)	6.696
Despesas antecipadas	4.102	(2.039)
Fornecedores	20.551	6.168
Obrigações trabalhistas, sociais e fiscais	7.289	4.794
Outras obrigações	(6.878)	21.056
Outros ativos	117	7
Outros passivos	(1.345)	(6.916)
Caixa gerados das operações	(72.620)	89.890
Juros sobre financiamentos pagos	(53.268)	(28.090)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.199)	(12.421)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(149.087)	49.379
Atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e investimento	(3.042)	(2.635)
Aquisições de bens do ativo intangível	(20.865)	(17.351)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(23.907)	(19.986)
Atividades de financiamento		
Captação de financiamentos	1.238.902	701.292
Amortização de financiamentos	(1.043.020)	(515.203)
Juros de capital próprio e dividendos pagos	(9.752)	(11.197)
Amortização de arrendamento	(327)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	185.803	174.892
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	12.809	204.285
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	260.059	55.774
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	272.868	260.059

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional
A CTA - Continental Tobaccos Alliance S.A. (a "Companhia" ou "CTA") é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 14 de junho de 1994, com sede em Venâncio Aires, no estado do Rio Grande do Sul, e com quatro filiais, voltadas exclusivamente para a compra de tabaco, nos municípios de Araranguá, Ituporanga e Papanduva, no estado de Santa Catarina e no município de Iriti, no estado do Paraná. Tem por objeto social a indústria de beneficiamento de tabacos em folha, o comércio, importação e exportação desses produtos e o comércio de bens de produção, como implementos e insumos para a agricultura, sementes, fertilizantes, corretivos e inseticidas.
A produção agrícola do tabaco é realizada por produtores rurais integrados à empresa. O sistema integrado de produção é baseado em uma parceria técnico - comercial com produtores de tabaco, os quais têm a contratação da sua safra de tabaco com a garantia de compra de todo o volume produzido, e onde a empresa presta assistência técnica especializada para a produção da safra e para o planejamento econômico, social e ambiental da propriedade. A empresa, em comum acordo com o produtor, realiza ainda o fornecimento de insumos legais e com qualidade mínima requerida, garantindo ao mesmo o acesso a um pacote tecnológico de produção que atenda aos princípios de boas práticas agrônomicas e de sustentabilidade. A produção de tabaco pelo produtor rural ocorre no período de maio a dezembro, podendo haver pequenas variações devido às condições climáticas de cada região produtora. O recebimento do tabaco pela Companhia se dá aproximadamente entre os meses de janeiro a julho, e o beneficiamento estende-se normalmente até o mês de agosto.
Em um contexto da pandemia arrefecendo, porém com a ocorrência de um conflito internacional, 2022 foi para a CTA um ano de conquistas e desafios. Tivemos um dos melhores resultados operacionais da nossa história, apesar da pressão inflacionária e restrições logísticas.
No cenário internacional continuamos a enfrentar restrições logísticas na cadeia global, além da guerra da Rússia/Ucrânia estabelecida, que levou a Companhia a realizar a redistribuição de exportações que estavam direcionadas para a Rússia, alocando-as para outros destinos previamente alinhados com os clientes. Ocorreram aumentos fora dos padrões dos fretes marítimos, gerando impacto nos custos. O mercado global mudou significativamente, e à medida que a pandemia arrefecia, crescia o volume global de negócios, mudando a estratégia das empresas para exportar e consequentemente aumentando o preço dos produtos a nível mundial. A mudança na cadeia logística teve reflexos dentro do território nacional, pois para a Companhia atender a demanda de clientes no exterior foi necessário migrar embarques que seriam realizados pelo porto de Rio Grande (RS) para outros portos, devido a várias omissões de navios neste que é o principal porto de containers do RS, para o de Itajaí (SC) e para outros portos do país, gerando aumento significativo dos custos de transporte. Devido aos dois anos da pandemia iniciada, a rotina das famílias alterou, e com a volta ao "normal", não havia como atender a demanda em todo o mundo. Além disso, em alguns países como a China, a Covid fechou portos importantes, uma vez que os chineses trabalham com o índice de "Covid Zero". As restrições devido ao conflito internacional impactaram também o mercado de insumos agrícolas, que são fornecidos aos produtores integrados, levando a Companhia à tomada de ações para garantir a compra daqueles de origem da Rússia, em um momento de incertezas e preços elevados para toda a indústria.
Ainda assim, fechamos o ano de 2022 com um dos maiores resultados da companhia, resultante do forte desempenho operacional e da disciplina financeira.

2 Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção da adoção do custo atribuído sobre o ativo imobilizado. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
A Diretoria da Companhia aprovou as demonstrações financeiras emitidas em 21 de fevereiro de 2023.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis, ordens de pagamento recebidas de clientes do exterior e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia, com prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos, sendo, portanto, classificadas no ativo circulante. São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas (PECLD).

2.4 Adiantamento a fornecedores de tabaco
O saldo de adiantamento de fornecedores de tabaco é formado pelos adiantamentos efetuados aos produtores pelo fornecimento de insumos para a produção da próxima safra em contrapartida a entrega do tabaco na safra 2023, bem como, parcelas de financiamento de crédito rural, que serão pagas aos bancos em nome dos produtores. Além disso, compõe estes saldos as dívidas dos produtores rurais de anos anteriores. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 (doze) meses ou menos, os adiantamentos a fornecedores de tabaco são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.
O valor da provisão de créditos de liquidação duvidosa foi calculado através da aplicação do percentual médio de inadimplência sobre o saldo devedor atual. Este percentual médio foi apurado pelo histórico de pagamentos das últimas 3 (três) safras, de acordo com a classificação do produtor e o valor provisionado representa a melhor estimativa para ajustar o saldo de adiantamento ao valor esperado de liquidação.

2.5 Estoques
Os estoques foram avaliados de acordo com o custo médio de aquisição ou produção, reduzidos ao valor realizável líquido, quando aplicável. O custo de produção é apurado com base no método de absorção total de custos de produção da safra. Os estoques de tabaco beneficiado incluem custos da matéria-prima, assim como, custos diretos e indiretos relacionados ao seu beneficiamento.

2.6 Ativos intangíveis
(a) Desenvolvimento de produtores agrícolas
A Companhia reconheceu no ativo intangível o valor dos gastos com o desenvolvimento dos seus fornecedores de tabaco.
Para esse reconhecimento foram atendidas as exigências de reconhecimento e mensuração inicial constantes no CPC 04 (R1) - Intangível, quais sejam:
(i) Existe um ativo identificável que gerará benefícios econômicos futuros esperados;
(ii) É possível determinar com confiabilidade o custo do ativo;
(iii) Capacidade de usar ou vender o ativo intangível.

A constituição do intangível de desenvolvimento de produtores, observou ainda, os demais aspectos da norma contábil, como a viabilidade técnica de concluir o ativo de forma que esteja disponível para uso ou venda, a capacidade de usar ou vender o ativo intangível, disponibilidade de recursos técnicos e financeiros para concluir o seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo e a intenção de concluir o ativo intangível de forma que esteja disponível para uso ou venda.
Os custos incorridos pela Companhia para fomentar a produção de tabaco junto ao produtor rural para assim constituir, desenvolver e manter a carteira de produtores, foram mensurados com a utilização dos custos e despesas despendidos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do produtor rural.
O valor total aplicado no desenvolvimento de produtores totalizou, até 31 de dezembro de 2022, R\$ 176.619, sendo amortizados até esta data o total de R\$ 119.342 e registrado um *impairment* no total de R\$ 11.922 ante a R\$ 11.716 em 2021.
A vida útil estimada da carteira de produtores é de 5 anos, e a sua amortização é calculada de forma linear.
Ao fim de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil dos seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma redução ao valor recuperável (*impairment*).

Continua >

Continuação



CTA - CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S/A

CNPJ nº 00.095.840/0001-85
NIRE nº 43 3 0003383 0

Para isso, considera como metodologia de cálculo do valor recuperável, a identificação e análise da menor unidade geradora de caixa, ou seja, cada região produtora, com os respectivos produtores por região e as estimativas de produção contratadas.

(b) Softwares

Também é parte do valor registrado no intangível o custo histórico de aquisição de softwares, deduzidas das amortizações correspondentes, cuja vida útil estimada é de 5 anos.

2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros da Companhia são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução do valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* dos ativos são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Para fins desse teste, o custo é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa.

2.8 Ativo Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábrica, escritórios, área recreativa, centro de treinamento, refeitório e unidades de compra (filiais). O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais o custo atribuído, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e o custo atribuído é baseado nas alterações introduzidas no Brasil, em face da adequação às normas internacionais de contabilidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As depreciações foram calculadas pelo método linear com base na expectativa da vida útil dos bens. Os terrenos não são depreciados.

2.9 Contas a pagar de fornecedores e credores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 (doze) meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11 Provisões

As provisões para passivos contingentes referentes às ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.13 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia, que estabelece que o dividendo mínimo anual é 25% do lucro líquido ajustado do exercício.

A Companhia poderá pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.14 Capital social

O Capital Social está representado por 992.986 (novecentas e noventa e duas mil, novecentas e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 10.075 (dez mil e setenta e cinco) ações ordinárias são atualmente mantidas em tesouraria. A estrutura societária é composta por acionistas pessoas físicas brasileiras e duas pessoas jurídicas norte americanas, a saber, G. F. Vaughan Tobacco Co. Inc. e Hail & Cotton (Brazil) LLC.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos – tabaco beneficiado

As vendas de tabaco realizadas no mercado nacional são reconhecidas no momento que o produto é entregue para o cliente e através da emissão da respectiva nota fiscal de venda e correspondem a 1,4% do total das vendas de tabaco. As exportações indiretas, da

mesma forma, são contabilizadas no momento da emissão da nota fiscal de venda equiparada à exportação e a transferência efetiva do controle do bem ao cliente. Já a receita de vendas nas exportações diretas é determinada pela conversão em moeda nacional de seu valor expresso em moeda estrangeira à taxa de câmbio fixada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em vigor na data de embarque no navio, no porto de origem (Brasil), dos produtos para o exterior, sendo as diferenças decorrentes de alterações na taxa de câmbio tratadas como variações cambiais passivas ou ativas. Cerca de 98,6% de sua produção é voltada ao mercado externo, exportando para mais de 30 países, abrangendo os mercados América do Norte, Europa, Leste Europeu, África, Oriente Médio, América Latina, Ásia e Oceania.

(b) Venda de mercadorias – insumos de produção

Para produzir tabacos de qualidade e na quantidade necessária para atender aos seus clientes, a CTA-Continental possui parceria com os produtores rurais através do sistema integrado de produção de tabaco. Dessa forma, a empresa, em comum acordo com o produtor, realiza o fornecimento de insumos, como defensivos, fertilizantes, equipamentos de proteção individual (EPIs) e sementes, garantindo o acesso a um pacote tecnológico de produção que atenda aos princípios de boas práticas agrônômicas e de sustentabilidade. Essas receitas são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal de venda e da entrega da mercadoria ao produtor, em contrapartida a conta de adiantamento a fornecedores de tabaco.

(c) Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.16 Conversão em moeda estrangeira

Moeda Funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é concomitantemente a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

2.17 Instrumentos financeiros

(a) Classificação

Com a adoção do CPC 48, os ativos e passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração:

(i) Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

(ii) Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo das rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores de tabaco, derivativos e outros ativos, classificados como ativos financeiros, e o saldo da rubrica de empréstimos, contas a pagar, fornecedores, derivativos e outros passivos, como passivos financeiros.

Para ativos e passivos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas são registrados no resultado financeiro.

(b) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(c) Mensuração

Custo amortizado – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

(d) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui operação contratada de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022, sendo que não havia em 2021.

A Companhia classifica os seguintes passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

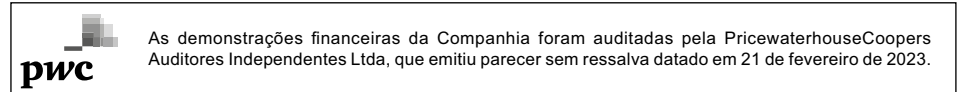
(i) Swap CDI x Fixed (US\$)

As variações dos passivos acima são reconhecidas em rubricas para instrumentos financeiros, no resultado financeiro.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são provisionadas.

As principais operações e saldos impactados por estimativas e julgamentos estão relacionadas à avaliação de perdas ao valor de recuperação de ativos financeiros (contas a receber de clientes e créditos com fumulcutores), na avaliação da recuperabilidade e amortização do ativo intangível, na avaliação do registro de ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos, na avaliação de instrumentos financeiros derivativos e na determinação de passivos referentes a provisões.



DIRETORIA

Eduardo Renner Diretor-Presidente CEO Chief Executive Officer		Irineu Alfonso Henn Diretor Vice-Presidente de Operações COO Chief Operating Officer		Daniel de Moura Barbosa Diretor Vice Presidente Financeiro CFO Chief Financial Officer		Contadora: Jussara Calderipe Cezar Gerente de Controladoria Contadora CRC RS-056961/O CPF: 620.278.160-20
DIRETORIA EXECUTIVA						
Angela Regina Fischer Diretora Executiva	Djovane Gass Diretor Executivo	Gilberto Bender Diretor Executivo	Leandro Augusto Jaeger Diretor Executivo	Milton José Lauer Diretor Executivo	Roger Feix Diretor Executivo	

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

